



ISSN - 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias, Marechal Dias
Praça Duque de Caxias, 29 - 2º andar
20.465 - Rio de Janeiro (RJ)



Nº 749
JUL/SET-90



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
SEGURANÇA NACIONAL: IDEOLOGIA OU NECESSIDADE INERENTE AO ESTADO?	7
Carlos de Meira Mattos	
CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	17
Claudio Moreira Bento	
AS GUERRAS DO "CORNO DE ÁFRICA"	37
Helio Felgas	
A INTELIGÊNCIA (INFORMAÇÃO) NO BRASIL	53
Osmar José de Barros Ribeiro	
EUCLIDES DA CUNHA, O CONSELHEIRO E A PSIQUIATRIA	70
Walter Pinheiro Guerra	
OS MILITARES E OS POLÍTICOS DURANTE O IMPÉRIO ...	83
Mário Jorge da Fonseca Hermes	
A INDÚSTRIA — SUBSÍDIOS PARA CANDIDATOS À ECEME	106
Ricardo José Pessoa de Magalhães	
TECNOLOGIA ANTIMATERIAL	125
John B. Alexander	
GASOLINA OU ÁLCOOL?	141
Júlio Sérgio Dolce da Silva e Gustavo Borges	
DESTAQUES DA IMPRENSA	149

BIBLIOTECA DO

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio Dias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º andar
20.455 - Rio de Janeiro (RJ)

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Thezores: BERTOLDINO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUSA RIOS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Rios (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Paris Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Anno 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

CAPEMI	69
SENAI	124
AEROSPATIALE	4ª Capa



NOSSA CAPA

Foto do Tanque Osório, carro de combate de 40 ton, equipado com canhão 105 ou 120 mm. Nos testes, tem superado, até agora, os similares existentes no mundo.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente: Gen Bda João Edie Kraemer
Diretor-Secretário: Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo: Cel Geraldo Martinez y Alonso
Diretor-Tesoureiro: 2º Ten Roberto Fraga Gadelha

Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Salim Nigri
Cel Paulo Roberto Laranjeiras Caldas
T C Masilhã de Farias Paura

Suplentes: Cel Descartes Leite Gahiva
Cel Marcio Paiva Barroso
Maj Paulo de Oliveira Lisboa

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe: Gen Bda João Edie Kraemer
Redator-Executivo: Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
Cel Claudio Moreira Bento
CMG José Correia de Sá e Benevides
Professor Jorge Boaventura

Publicidade: Cel R/1 José Eugênio de Carvalho

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para serviço de

Relações Públicas da Bibliex - tel: (021) 253-7535

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

FOTOCOMPOSIÇÃO: Gráfica e Editora Prensa Ltda.



SEGURANÇA NACIONAL: IDEAL OU NECESSIDADE INERENTE AO

Editorial

Nossa edição do primeiro trimestre do ano corrente reproduziu o artigo da revista argentina "Geopolítica", intitulada "América Latina: Cooperação ou Conflito?" que se propõe apresentar um novo enfoque analítico do relacionamento dos países latino-americanos e que trata a Segurança Nacional como ideologia.

Na presente edição, é reproduzido o artigo do General Carlos de Meira Mattos (nossa chamada de capa) que contesta, com legitimidade de argumentação, esse conceito tão ao gosto dos chamados "segmentos progressistas"

Dá para pensar.

A onda de liberalismo, que invade o mundo atual, combinado com as perplexidades, maiores a cada dia, do indivíduo, no conflito de suas aspirações com a nebulosa realidade à sua volta, vem contribuindo para desestabilizar suas crenças e valores, mutáveis ao sabor de tudo o que venha em socorro de sua arrumação interna. Tudo em que crê permanentemente é posto em xeque. A novidade o atrai. As idéias valem por sua sonoridade, pouco importando tenham apenas aparência de verdade.

Com isso, suas convicções ficam à mercê de modificações perigosas.

Quando estas atingem somente o indivíduo, o prejuízo é sobretudo seu, e ele pode remediá-lo por si próprio. Este é o caso de sua submissão às novas e abundantes seitas religiosas que surgem a cada dia.

Mas quando chegam a atingir as instituições, toda a sociedade virá a sofrer com o malogro. A experiência marxista que o diga, nos países onde foi implantada.

Este é o caso da Segurança Nacional.

Mude-se-lhe o nome, ao sabor da semântica, que melhor eco produza. Chame-na ideologia. Mas não se esqueçam dos princípios que a regem. Nem da sua essencialidade para a sobrevivência da Nação. Nem do seu correto entendimento.

Não seja ela afetada, irreversivelmente, pela modernização, palavra de sentido vago, reputada capaz de corrigir todos os erros e redimir todos os males nacionais.



SEGURANÇA NACIONAL: IDEOLOGIA OU NECESSIDADE INERENTE AO ESTADO?

Carlos de Meira Mattos

*Reprodução de artigo publicado no Caderno de Estudos
Estratégicos N.º 13, de outubro de 1988, do Centro Brasileiro
de Estudos Estratégicos (CEBRES).*

A NECESSIDADE DE SEGURANÇA NACIONAL

Nosso tema é a Segurança Nacional nos Estados democráticos, onde a fonte do poder se encontra na legitimidade da autoridade e das instituições jurídicas. É princípio jurídico unanimemente aceito o de que não há lei sem que haja sanção para o seu descumprimento.

A institucionalização do Princípio de Segurança (seja qual for o nome que se lhe dê: Defesa do Estado, Segurança do Estado, Conservação do Estado etc.) é tão velha como as antigas dinastias do Vale do Tigre e do Eufrates, que se

constituíram nos primeiros Estados de projeção histórica. Assim como tudo na sociedade humana, esse princípio vem se adaptando às exigências inovadoras de espaço e tempo.

O grande historiador contemporâneo Arnold Toynbee, nos seus alentados livros intitulados "Study of History", "Mankind and Mother Earth" e "Experiences", analisando a façanha do homem sobre a Terra desde os idos da criação da civilização dos sumérios, por volta de 3.000 anos antes de Cristo, conclui que, "para que surgisse uma sociedade organizada, a fim de que os grupos humanos superassem o período de vida vegetativa

e se afirmassem numa autodeterminação grupal, visando a realizar-se como sociedade, e assim defender-se das forças do ambiente físico e dos grupos rivais, tiveram que aceitar normas de governo, que mais tarde passaram a se chamar *razão de estado*." Aí surgiu a liderança encarregada de interpretar os interesses da dinâmica social do grupo, aos quais teriam que se submeter as vontades individuais.

O famoso escritor norte-americano Ralph Waldo Emerson, referindo-se a esta necessidade social de segurança, assim se expressa: "Tão cedo se manifestou a vida humana apareceu o perigo; tão cedo surgiu o perigo foi necessária a proteção, a segurança. Esta, tão fundamental entre os impulsos humanos nada tem de estranho, a não ser quando se transforma num desejo compulsivo de segurança absoluta. A questão é até onde a preocupação com a segurança não deve ultrapassar as normas razoáveis do comportamento."

Montesquieu, o filósofo da Revolução Francesa, após declarar que cada nação constitui uma sociedade que deve ser mantida, para o que se afigure a necessidade de estabilidade e segurança, analisa os tipos de segurança: a policial e judiciária, quando se trata dos direitos do cidadão; a interna e externa, quando diz respeito à manutenção da autoridade legal e à defesa da soberania nacional.

Atualmente, esta milenar e

inequívoca necessidade de segurança adquiriu uma abrangência muito mais ampla, em face das novas ameaças que envolvem os Estados modernos, na paz e na guerra. Sobre essa nova amplitude do conceito de segurança nacional, diz o jurista brasileiro Hely Lopes Meirelles: "A preocupação universal dos Estados modernos é a manutenção da ordem jurídica instituída, tanto nos países socialistas quanto nos Estados democráticos, em que as liberdades públicas não podem chegar ao ponto de permitir a destruição das instituições e das garantias constitucionais, pois a Segurança Nacional é o suporte dos direitos sociais e individuais, assegurados na Constituição da República."

A abrangência da segurança nacional no conceito atual é uma decorrência das novas necessidades de preservação do Estado contemporâneo, em face das ameaças que o envolvem na paz e na guerra.

Os conceitos em separado de segurança interna, nos dias de hoje, perderam o sentido clássico em que se mantiveram durante muitos séculos. As novas formas de agressão ao Estado moderno, através das técnicas de *guerra subversiva* ou *guerra revolucionária*, forma de agressão ideológica e permanente, cuja ação é interna mas cujo objetivo está a serviço de um expansionismo externo, confundiram esses conceitos clássicos; como nos diz Jean François Revel "o expansionismo mundial

do comunismo busca não a interpretação do mundo, mas uma técnica de conquista e de posse do mundo”.

A segurança nacional passou a ter um sentido global de defesa da soberania e preservação das instituições e da ordem contra os novos tipos de agressão, cuja intensidade de aplicação é uma característica da guerra revolucionária, seqüestros, sabotagens, atentados de toda ordem, discriminados e indiscriminados, usando poderosos explosivos de destruição, propaganda organizada, direcionada, solerte e agressiva, utilizando todos os meios de comunicação de massa, e guerrilhas, cujo objetivo é enfraquecer, até levar à queda as instituições dos Estados não comunistas e transformá-los em repúblicas socialistas. A arma da propaganda é o mau governo, os privilégios de castas ou de classes, o sofrimento do povo e as injustiças vigentes e, em troca, instituir um regime socialista satélite.

Os meios eletrônicos de telecomunicação invadem hoje os territórios nacionais com todo tipo de mensagem e propaganda; os engenhos bélicos modernos já não conhecem limites de alcance nem de poder destrutivo. Os conceitos clássicos de defesa nacional tiveram que ser reavaliados na conjuntura das novas ameaças e novos perigos, como, ademais, todos os outros conceitos foram reajustados às exigências da dinâmica da sociedade atual, assim como a pró-

pria jurisprudência pública e privada.

O jurista brasileiro, Oscar Dias Corrêa, preocupado em conciliar os fundamentos do Estado democrático e as necessidades de segurança assim se expressa: “Não há que negar, pois, a esta altura, que se impõe preveja o regime democrático, instaurado em estado de direito, para sua segurança, os processos e instrumentos de defesa, criando mecanismo excepcional, que possa ser acionado imediatamente, em caso de crise que ponha em risco as instituições.

“Há contudo de, respeitada aquela margem de discricionariedade, na qual é impossível avaliar exatamente os motivos que caracterizam a situação que exige a excepcionalidade, examinar as condições ocorrentes, tendo em vista, além do ensinamento da doutrina, as peculiaridades nacionais.”

Verificadas, inicialmente, a *excepcionalidade* e a *urgência* — traços essenciais (pois de outra forma não demandariam emergência, nem poderes anormais, excepcionais, fora de regra, de exceção) haveria que estabelecer, desde logo:

- o alcance — medidas fora da normalidade, que podem ser admitidas;
- os limites — duração do tempo determinada, para que a exceção não se torne regra comum, de emergência, não se torne permanência;
- as garantias — vencido o ciclo de

atuação, retornar-se-á à normalidade; e os poderes excepcionais se manterão dentro das normas que lhe forem prefixadas, aceita a supervisão, *a posteriori*, de um órgão estranho ao seu exercício.

Em muitos países, o imperativo de proteção do Estado constava das cartas constitucionais e diplomas jurídicos, sob o título genérico de Defesa Nacional. A extraordinária extensão dos meios e formas de agressão ao Estado levou a se procurar uma denominação mais ampla, de maior abrangência, tal como Segurança Nacional. Nesse novo conceito de Segurança Nacional, Defesa Nacional é a parte que envolve as medidas de proteção tipicamente militar, em consequência da ameaça bélica, partindo de potências estrangeiras.

OS MECANISMOS DE SEGURANÇA NACIONAL

Normalmente os mecanismos de Segurança Nacional estão contidos nas Constituições dos Estados e são completados por leis especiais. A legislação especial recebe nomes diferentes de "lei de exceção", "lei de emergência", "lei de proteção do Estado" ou mesmo "lei de segurança nacional", conforme o país. Algumas dessas leis prevêem foro e tribunais especiais para o julgamento dos crimes contra a segurança do Estado. A aplicação de determinadas medidas de segurança, de grau mais severo, exige a decre-

tação prévia do "estado de sítio" ou do "estado de emergência" e, em caso extremo, do "estado de guerra" (lei marcial), decretações estas sempre previstas nas Constituições nacionais.

As leis que regulam o direito constitucional, referente à proteção do Estado, contido nas cartas magnas dos diferentes países, usualmente estabelecem as medidas de exceção, penas para os crimes contra a Segurança. Dependendo do país, as medidas gerais de exceção, suspensíveis de garantias constitucionais, compreendem: suspensão do *habeas corpus*, censura prévia da imprensa, prisão sem culpa formada, adiamento das eleições, suspensão de imunidades parlamentares, intervenção em Estado membro, mobilização, requisição compulsória. As penas individuais geralmente ascendem na seguinte escala de gravidade: detenção, prisão celular, suspensão de função pública, inelegibilidade, suspensão de direitos políticos, confinamento, confisco de bens, banimento e pena de morte.

Normalmente os mecanismos de segurança do Estado estão contidos em suas próprias cartas constitucionais e são completados por legislação especial. Para citar alguns exemplos, lembramos que na França estão contidos no Art. 16 da Constituição, que trata das figuras de exceção: lei marcial, estado de sítio e estado de emergência. Legislação complementar regula e disciplina sua aplicação.

Para ilustrar com alguns exemplos, citaremos de modo sumário os mecanismos de proteção dos Estados vigentes na França, Bélgica, Estados Unidos e Inglaterra, todos países de reconhecida reputação democrática.

A atual Constituição francesa, no seu Art. 16, trata das figuras do estado de sítio e do estado de emergência. Essas duas situações configuram os perigos em que pode o Estado se ver envolvido, em face principalmente da agressão do inimigo interno. Em ambos os casos, concentram-se nas mãos do Presidente da República os poderes que, em tempos normais, estão divididos entre os três poderes do Estado. Ademais, os estados de sítio e de emergência podem ser decretados pelo Conselho de Ministros, sem necessidade de nenhuma deliberação ou voto da Assembléia Legislativa, por um prazo não superior a 12 dias. Durante esse prazo, nenhuma norma legislativa ou jurídica restringe a latitude do poder presidencial.

Na Bélgica, o Código Penal, no seu livro II, título I, "Dos crimes e delitos contra a Segurança do Estado", estabelece as penas contra aqueles que, através de atentados e complôs, ameaçam a vida do Rei e da família real, e a forma de Governo. Nos capítulos seguintes, trata dos crimes e delitos contra a segurança interior do estado belga, variando as penas, de prisão com trabalhos forçados, à morte. Quando trata em particular

da segurança interna, o direito belga codifica os tipos de atentados: incitação à guerra civil, devastação de bens, massacre, pilhagem, invasão de propriedade, seqüestro de bens de pessoas, e outras figuras de agressão, estipulando apenas que, partindo da detenção, alcançam até 20 anos de prisão.

A jurisprudência norteamericana, que cobre o direito de segurança nacional, não deixa dúvida de sua visão conceitual sobre essa problemática, desde que a primeira Constituição da República entrou em vigência, em março de 1789. Do preâmbulo desta constam os objetivos de "assegurar a tranqüilidade e prover a defesa comum". No seu artigo I, seção 8ª, nº 15, prevê a convocação, com a aprovação do Congresso, das milícias estaduais, "para fazer cumprir as leis da União, sufocar as insurreições e repelir invasões". Os dois dispositivos citados marcam, de sobejo, a adoção do Princípio de Segurança Nacional pelos fundadores da grande república democrática do Norte: George Washington, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin e Alexander Hamilton. Instituído o princípio, encontramos, no decorrer destes 200 anos de vida política da República norte-americana, várias emendas constitucionais e leis complementares adaptando o conceito de segurança às necessidades conjunturais da nação e à evolução dos instrumentos de agressão psicológica e física a que está submetido

o Estado. Em 1947, os legisladores do Capitólio, de cujo pensamento liberal não se pode duvidar, incorporaram à jurisprudência do país o "National Security Act", visando a garantir a preservação dos direitos do Estado e dos cidadãos em face dos novos perigos que passaram a ameaçar o mais precioso bem da comunidade nacional: "as bênçãos da liberdade e da democracia" de que fala a Constituição Washingtoniana. Encontramos no "Freedom of Information Act", promulgado em 1967, cujo objetivo foi oferecer ao povo uma administração transparente, o cuidado em excluir dessa transparência as informações que possam causar dano à segurança externa e interna dos Estados Unidos.

Na Inglaterra, onde não existe uma Constituição escrita, as medidas de segurança e defesa do Estado encontram-se na legislação ordinária. Destacam-se como mais recentes o "Act to Prevention and Supression of Terrorism" (1982), válido para todos os territórios de além-mar, e o "Act to Prevention of Terrorism" (1984). Nestes dois atos são capitulados inúmeros crimes de agressão ao Estado, às autoridades e às pessoas, e estabelecidas as penas correspondentes.

Acreditamos não pairar dúvidas nos espíritos lúcidos e descomprometidos de serem a França, a Bélgica, os Estados Unidos e a Inglaterra exemplos indiscutíveis de Estados democráticos modernos. Não acreditamos que

influências espúrias tenham conseguido induzir os legisladores dessas nações soberanas e respeitáveis a legislar sobre matéria desnecessária, descabida ou atentatória ao Direito.

No Brasil, já a Constituição do Império (1824) trata do assunto de salvação do Estado e segurança do Estado. Prevê medidas coatoras para os casos de rebelião (interna) ou invasão por inimigo externo, dando poderes excepcionais ao Imperador quando ocorressem esses casos.

UMA CONTRAFACÇÃO IDEOLÓGICA

Em que pese o cenário mundial ser o de uma demonstração inequívoca do aumento do grau de segurança, refletida na legislação dos Estados de tendência socialista ou democrática, percebe-se nitidamente a existência de um movimento político-ideológico, particularmente nos países de governos democráticos da América Latina, conduzido por elementos influenciados pelo esquerdismo marxista, visando a tachar a Segurança Nacional de ideologia criada para servir aos interesses dos governantes e das classes privilegiadas. Não escapa a ninguém que esta é mais uma arma visando a desestabilizar os Estados de estrutura democrática para, do caos do seu enfraquecimento, erigir-se a Sociedade Socialista. Esta já foi a estratégia defendida por Marx e depois por Lênine, visando à mar-

cha para a vitória do movimento marxista internacional. Neste particular, o artifício de querer desqualificar os princípios e medidas de proteção do Estado como se fossem imposturas de interesse opressor, apresentando-os assim apenas em sua propaganda contra os governos democráticos e, pelo contrário, aplaudindo a poderosa máquina de segurança das ditaduras socialistas, revela bem a falta de sinceridade e de coerência dos grupos intelectuais de esquerda.

A caracterização da Segurança Nacional como uma ideologia imposta teve na América Latina seu teórico mais conhecido na figura do padre belga Joseph Comblin, autor do livro "A Ideologia da Segurança Nacional". O Padre Comblin escreveu o original do seu livro em francês (1977), depois traduzido para o espanhol e português. Formado em Teologia e professor nas Universidades de Harvard (Estados Unidos) e Louvain (Bélgica), viveu por vários anos na América Latina e participou de inúmeros congressos e conferências promovidos pela Igreja Católica. Pertence ao grupo dos sacerdotes católicos ligados às doutrinas de libertação. Segundo os seguidores das teorias do Padre Comblin, a doutrina da Segurança Nacional, nascida de sua ideologia, conduz à permanente prática da violação, quase institucionalizada, dos direitos do homem, levando ao desaparecimento das liberdades democráticas e dos direitos individuais.

Há no conceito do padre belga, a nosso ver, dois equívocos fundamentais. O primeiro é que confunde as medidas de proteção do Estado (cujos fundamentos se encontram na própria existência do Estado) com ideologia. Ora, ideologia, segundo Fierbach e Hegel, é a representação do real, não é o real. Segundo Marx, ideólogo é aquele que inverte as relações entre as idéias e o real. Assim, a ideologia (que inicialmente designava uma consciência natural de aquisição, pelo homem, das idéias calcadas sobre o real), passou a designar um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação com o real.

O filósofo contemporâneo francês Claude Lefort, de reconhecida projeção como intérprete da História, analista de Marx e teórico político, não foge ao conceito de que a ideologia é a representação do real, mas pode não ser o real. Diz o filósofo francês: "Interrogando-nos sobre o nascimento da ideologia, estamos colocando uma questão cuja resposta parece comandada pela investigação histórica. Nós nos referimos a um tempo e a um lugar nos quais, segundo pensamos, esboça-se pela primeira vez, nos limites do suposto real para além do mito e da religião, um sistema de representação que se sustenta por si mesmo, e converte estas condições universais da experiência às condições de fato da prática social e do discurso social."

Em outra passagem de sua

obra "As Formas da História", Claude Lefort escreve: "O discurso da ideologia não vale senão de um quase escutar-se, de um escultor sempre deferido, que se refere, assim, a si mesmo, a partir do lugar ausente do outro, e que a este lugar, nós que buscamos escutá-lo, somos convocados e só podemos fazer a experiência da impossibilidade de ocupá-lo."

Em síntese, apoiados nesses autores, podemos concluir que a ideologia é uma crença em suposta realidade. Ora, como considerar ideologia o instituto legal que preservar a existência do Estado desde seus primórdios?

A respeito dos mecanismos de Segurança Nacional, o que é preciso respeitar, nos regimes democráticos, é a justa medida de sua aplicação. Repetiríamos aqui a citação de Ralph Waldo Emerson: "A questão é até onde a preocupação com a segurança não deve ultrapassar as normas razoáveis de comportamento."

CONCLUSÕES

Vivemos em um mundo atormentado por crises violentas de toda ordem, onde o princípio de autoridade periclita ou ultrapassa de seus limites e onde o respeito aos direitos humanos cada vez mais é desrespeitado e violado. Nesse quadro de inquietação das sociedades modernas, certos grupos de fanáticos, alegando ideologia, utilizando intensas e muitas vezes cruéis máquinas de propaganda,

tentam sempre promover a confusão nos espíritos, numa manifestação de teses, numa derrubada de valores éticos e morais que sustentam as famílias e as sociedades. Seu linguajar é sempre apelativo: liberdade, direitos humanos, nacionalismo, sociedade sem classes, democracia. Mas suas verdadeiras intenções (pelo menos daqueles que comandam este processo) é muito outra: visam ao enfraquecimento das nações democráticas, à desagregação de suas estruturas de governo para, sobre o caos, implantarem a sociedade que almejam, a utópica sociedade sem classes que fracassou rotundamente nas experiências soviética, chinesa, e aqui, na América Latina, nas experiências cubana e na mais recente nicaragüense. No que chegaram essas sociedades sem classe, essas repúblicas dos trabalhadores, esses produtos de ideologia marxista? Conseguiram apenas criar as mais opressivas e cruéis ditaduras do mundo. Mas o intento de desagregar as nações de índole democrática continua. Para isso é preciso destruir as instituições de defesa, de proteção dos Estados que as abrigam. Para isto é mister combater o Instituto da Segurança Nacional que as protege.

Repassemos as origens milenares das leis de proteção do Estado: o que todas as nações vêm fazendo no decorrer desses milênios é reajustar suas exigências de superação social e de defesa

diante das novas ameaças, dos novos processos e armas de agressão. Quanto aos mecanismos de proteção de Estado, verificamos que todos estabeleceram em suas próprias constituições nacionais o princípio legal que assegura sua preservação contra os atos de agressão externa e interna. Via de regra, na maioria dos Estados, legislação especial completa esses princípios constitucionais preservando e detalhando as situações de suspensão das garantias constitucionais e a figura dos crimes contra o Estado, e estabelecendo as medidas de exceção e as penalidades para cada caso. Essas situações se inscrevem normalmente na configuração dos estados de exceção: estado de guerra (lei marcial), estado de sítio e estado de emergência. As medidas gerais de exceção mais conhecidas são a suspensão do *habeas corpus*, censura prévia à imprensa, prisão sem culpa formada, adiamento de eleições, suspensão de imunidades parlamentares, intervenção em Estado membro, mobilização, requisição compulsória. As penalidades prescritas em ordem crescente de gravidade, variando de país para país, costumam ser: detenção, prisão celular, afastamento de cargo público, confinamento, confisco de bens, cassação de direitos políticos, banimento e pena de morte.

Terminamos com uma conceituação de Segurança Nacional: "A Segurança Nacional é o grau de garantia que, através de ações po-

líticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona à Nação para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais."

Este conceito, baseado no grau de garantia, deve preservar a Nação contra o abuso das medidas de proteção do Estado. O que deve caracterizar as democracias quando obrigadas, em legítima defesa, a aplicar sua legislação garantidora da proteção do Estado, é sua capacidade de, em o fazendo, serem capazes de resguardar, em todo o processo, o princípio fundamental de respeito à dignidade da pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA

- LEFORD, Claude — "As Formas da História", tradução Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.
- GODINHO, Gualter — "Sistemas Jurídicos de Defesa do Estado", Editora Revista dos Tribunais, Brasília, 1986.
- COMBLIN, Joseph — "A Ideologia da Segurança Nacional", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- METHOL FERRÉ, Alberto — "Sobre a Atual Ideologia da Segurança Nacional", Montevideu, 1976.
- SOUZA BRASIL, Francisco de — "Debates de Segurança Nacional", artigo publicado no Jornal do Brasil, Out/1978.
- CHAUI, Marilena — "O que é Ideologia", Editora Brasiliense, São Paulo, 3ª edição, 1981.
- TOYNBEE, Arnold — "A Study of History" — Royal Institute of International Affairs, Oxford University Press, Londres, 1923. — "Experiences" — Oxford University Press, Londres, 1969. — "Mankind and Mother Earth" — Oxford University Press, Londres, 1976.

MORGENTHAU, Hans — "Politics among Nations", Borzoi Books, Chicago, 1949.

MACHIARELLI, Nicolo — "Il Principe", Milano, 1916.

LIPSON, Leslie — "Os Grandes Problemas da Ciência Política", Zahar Editores, Rio de Jan., 1960.

WHITTESEY, Derwent — "The Earth and State" — tradução espanhola — Editora Fondo de Cultura Econômica, México.

MONTESQUIEU, Charles Louis — "L'esprit des Lois", 1748.

MEIRAMATTOS, Carlos — "Mecanismos da Segurança Nacional" — Conferência proferida em São José (Costa Rica), no Seminário do Instituto Interamericano de Direitos Jurídicos, 1982.

MANNHEIM, Karl — "Ideologia e Utopia", Zahar Editores, 1968.



General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos — RI, nascido em São Carlos, SP, a 23 de julho de 1913. Fez os estudos secundários na capital paulista; iniciou a vida profissional militar em 1936, como aspirante-a-oficial da Área de Infantaria; promovido a general-de-brigada em 1968, e a general-de-divisão em 1973; passou para a reserva de 1.ª classe em 1977. Tem o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, e o Curso Superior de Guerra da ESG. Exerceu funções docentes em escolas superiores do Exército e da Aeronáutica. Ainda no posto de capitão, participou de operações bélicas na 2.ª Guerra Mundial como integrante da FEB na Itália, e, como coronel comandou a Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz na Repú-

blica Dominicana, em 1965-66. Em sua carreira militar desempenhou, entre outras, as funções de Adido Militar na Bolívia, Chefe da Divisão de Assuntos Políticos da ESG, Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA, e Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, D.C.. É autor de numerosos trabalhos dos quais cumpre destacar: "Bandeiras Históricas do Brasil" (1951), "Projeção Mundial do Brasil" (1960), "Pensamento revolucionário brasileiro" (1964), "Operações na Guerra Revolucionária" (1966), "A experiência da FAIBRAS na República Dominicana" (1966), "Doutrina Política da Revolução de 31 de março de 64" (1967), "Brasil Geopolítica e Destino" (1975). Possui inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras. É membro do Instituto Histórico e Demográfico de São Paulo e do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil. Depois de passar para a Reserva, tem exercido cargos de direção em empresas privadas de renome e exercido o magistério em universidades nacionais.



CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Claudio Moreira Bento

A participação militar no processo político há de ser sempre fonte de interpretações controvertidas e, muitas vezes, tendenciosas.

Neste artigo, o autor procura rebater, à luz de depoimentos de autoridades em assuntos da nossa História, algumas versões desse teor sobre a Proclamação da República Brasileira.

INTRODUÇÃO

Em artigo, "Deodoro — O Destino de um Soldado", publicado na Revista do Brasil, comemorativa do Centenário da República, e em outros periódicos, afirmamos:

"Os segredos do movimento que culminou na Proclamação da República foram levados para o túmulo por seus principais protagonistas no Exército, marechais Deodoro da Fonseca e Floriano

Peixoto, Tenente-Coronel Benjamin Constant e Major Solon Ribeiro, deixando um vazio na história do 15 de Novembro, que permitiu o surgimento de diversas versões."

A revista *Veja*, em edição especial² assinala, a certa altura:

"Há versões conflitantes, hiatos inexplicáveis e, dependendo de quem relata, ênfases enganosas na atuação de determinado personagem. Permanece no entanto o essencial da história: na-

quele dia o Brasil acordou monárquico."

Assim, cada corrente, conforme o interesse político, mesmo inconsciente, tem emitido sua versão do fato histórico. Tentando tratar, isentos de paixão, tais controvérsias, as abordaremos com apoio em estudos feitos, por ocasião do Centenário da República, por diversos e consagrados estudiosos, para que, dentro da definição "informação é liberdade de escolha", bastante citada por Francisco Ruas Santos, o estudioso ou pesquisador do presente e do futuro faça juízo próprio e tome posição com a maior segurança possível.

Como principais controvérsias registrem-se:

1.^a — Proclamação da República, Golpe-de-Estado ou Revolução?

2.^a — Houve apoio popular à Proclamação da República ou o "povo assistiu bestializado" ao seu advento?

3.^a — O Marechal Deodoro proclamou ou não a República? Caso positivo, em que momento?

4.^a — Deodoro era republicano ou monarquista?

5.^a — Qual a real motivação dos militares do Exército, "científicos" e "tarimbeiros", na Proclamação da República e qual o exato entendimento dessa divisão?

6.^a — Quais as causas da Proclamação da República: questões políticas? desequilíbrio de classes?, ou necessidade de nova forma de dominação?

7.^a — Como julgar Floriano Peixoto: conspirador ou traidor em 15 de novembro?

8.^a — Qual a doença que afetava Deodoro no dia da Proclamação da República?

9.^a — Deodoro deu um viva ao Imperador, ao penetrar no Quartel General, em 15 de novembro, ou não?

Proclamação da República — Golpe-de-Estado ou Revolução?

A primeira dificuldade em responder à primeira pergunta advém da insegurança e plasticidade dos conceitos de golpe-de-estado e revolução alinhados pelo Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. São eles muito variáveis, dependendo da categoria funcional, ideologia e filosofia do classificador. Dir-se-ia ser uma questão de foro íntimo. O vencido, de modo geral, acha-se vítima de um golpe-de-estado e o vencedor, protagonista de uma revolução, segundo entendimento de um amigo que se diz muito realista.

Adotaremos como conceitos de golpe-de-estado e de revolução os de Ortega Gasset, abordados por Amerino Raposo, em palestra sobre o Clube Militar e a República, em 11 de outubro de 1985, no Clube Militar.

O golpe-de-estado "visa a exacerbar ou restaurar usos". Seria uma ação política brusca que freia um movimento popular, democrático, progressista, consistente e pressuposto a melhorar as

condições do povo em geral. Ação política que visa, em última instância, a manter o *status quo*.

A revolução "visa a mudar usos". Seria um movimento popular, democrático, progressista, consistente, pressuposto a melhorar as condições do povo em geral, alterando substancialmente o *status quo*, por promover mudanças na ordem social e política e avanços, em geral, para o povo.

Dentro desse entendimento, Amerino Raposo classificou a Proclamação da República como revolução, por haver mudado o regime e alterado a ordem jurídico-política, e não como golpe-de-estado, classificação adotada pela escritora Raquel de Queiroz, em palestra, na mesma época, no Clube Militar. O conceito esboçado por Barbosa Lima Sobrinho⁴ no artigo, "O Centenário da República", publicado no *Jornal do Brasil*, reconhece raízes populares na Proclamação da República.

Também classificou a Proclamação da República de golpe-de-estado ou militar, em palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 10 de novembro de 1989, o professor Francisco Inglesias.

Para Luiz Macedo de Carvalho, no artigo "Ideais Republicanos"⁵, a Proclamação da República "marcante acontecimento histórico, não pode jamais ser rotulado de golpe-de-estado, em virtude de, na realidade, ter-se verificado mudança total das instituições, o que, sociologicamente,

distingue revolução de quarte-lada". E busca apoio em Ruy Barbosa que, se aceita a tese de golpe-de-estado, seria de historicamente um golpista ao escrever, em 16 de novembro de 1889, no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro: "O Império estava para a República, como o *"ancien regime"* estava para a Revolução Francesa".

Entre as mudanças que caracterizam o 15 de novembro como revolução, e não golpe-de-estado, Luiz Macedo aborda: a eliminação do Poder Moderador; a extinção da vitaliciedade dos senadores; a instituição do federalismo, do presidencialismo e do bicameralismo; a decretação do sufrágio universal; a separação da Igreja do Estado e, por via de consequência, a liberdade de religião e a secularização dos cemitérios, e, ainda, a promulgação do Código Penal e das leis da justiça local e Federal, hipotecária, e das sociedades anônimas.

Portudo isso, alinho-me entre os que julgam que a Proclamação da República foi uma revolução. Se boa ou má é outra questão.

Muitos historiadores e escritores usam a expressão golpe militar, para caracterizar a mudança brusca em uma situação com apoio armado. Diversos historiadores que aceitam a participação do povo no processo histórico que culminou com a Proclamação da República classificam a derrubada da Monarquia como fruto de um golpe militar, aqui com sentido de apoio armado, circunstância co-

num nas revoluções e sinônimo de ação militar de surpresa, como na expressão golpe-de-mão.

Houve participação popular na Proclamação da República, ou o povo assistiu bestializado seu advento? Qual o sentido usado por Aristides Lobo? Surpresa ou marginalização?

Aristides Lobo escreveu, em 15 de novembro de 1889, a "Carta do Rio", publicada, em 19, no *Diário Popular*, de São Paulo, em que aplica o termo "bestializado". Até hoje, o termo tem sido explorado, por uns como marginalização do povo, em 15 de novembro de 1889, do processo da Proclamação da República e, pelo próprio Aristides Lobo, com o sentido de surpresa, imposto pela necessidade de manter-se segredo sobre a conspiração de que ele próprio participou ativamente.

Eis o teor do trecho explorado negativamente, abordado na recente biografia do seu autor, feita por Aurélio de Lyra Tavares:

"O que se fez é um degrau; talvez nem tanto para o advento da grande era. Em todo o caso o que está feito pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder (e ele era um deles) tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade. Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu bestializado, atônito,

surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada."

Este é o trecho explorado pelos que negam a participação popular no processo que culminou na Proclamação da República.

O trecho do mesmo artigo a seguir, geralmente omitido pelos que defendem a alienação popular, e explorados pelos que defendem o sentido de bestializado como sendo o de surpresa, possui o seguinte teor:

"Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo latente, quebrando o enlevo dos espíritos. Pude ver a sangue frio tudo aquilo."

O acadêmico e escritor Aurélio de Lyra Tavares, ainda a respeito dessa controvérsia, assim escreveu na *Revista do Exército Brasileiro*⁷, comemorativa ao Centenário da República:

"O momento e o processo militar da Proclamação da República chegaram inesperadamente, como tinha de acontecer, porque tudo fora tramado secretamente, entre os principais condutores do movimento, militares e civis, pois do contrário, ela correria o risco de perder-se. A surpresa, como teve de explicar, depois, Aristides Lobo, para esclarecer a sua carta convertida, sobretudo pelos monarquistas, estava, principalmente, no como, no quando e no com quem desencadeá-lo, pois, do contrário, o movimento correria o risco de perder-se.

"Porque era fácil pressenti-

-lo. Os indícios eram visíveis e ouvíveis. Estavam nas reuniões, nos comícios, nos jornais republicanos e na própria repressão policial. Vivia-se, por isso mesmo, num ambiente carregado, que recomendava sigilo, mas não inatividade. Basta lembrar o Clube Tiradentes, com o nome do mártir da Inconfidência Mineira, completamente esquecido pelo Império, homenageado e revivido, em hora oportuna, sob a presidência de Aristides Lobo."

Assim, creio que, em 15 de novembro de 1889, houve participação popular no sentido descrito por Barbosa Lima Sobrinho "de que a queda da Monarquia correspondeu aos sentimentos do povo brasileiro", e não o de participação efetiva na ação militar que derrubou o gabinete Ouro Preto, a qual foi fruto de uma bem urdida, coordenada e secreta conspiração republicana que, se envolvesse o povo, poderia pô-la a perder e produzir outros Tiradentes, além de arriscar inutilmente a vida de populares desarmados. A participação popular se intensificou a partir da derrubada do Gabinete Ouro Preto e foi expressiva na Proclamação da República, a concluir-se de Luiz Werneck da Silva, no Congresso de História sobre a República, do IHGB.

O sentido bestializado, atônito, surpreso do povo do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, foi consequência do secretismo, por medida de segurança, com que foi conduzida a revolução re-

publicana até a derrubada do Gabinete de Ouro Preto. Conquistado esse objetivo, a participação popular intensificou-se até a Proclamação da República, durante o resto do dia 15 de novembro, como expresso por Aristides Lobo: "Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente..."

Barbosa Lima Sobrinho, no artigo já citado, no Jornal do Brasil, no alto de sua autoridade de historiador membro do IHGB, acadêmico e Presidente da ABI, afirmou:

"Aos partidos dos tempos da Monarquia bastava serem afastados do poder para combaterem as instituições, como tantas vezes aconteceu.

"Não seria exagero reconhecer que a queda do regime correspondeu aos sentimentos do povo brasileiro, cujo republicanismo espontâneo se reforçara com a hostilidade ao Terceiro Reinado."

E noutro trecho:

"Só não concordo com a frase de Aristides Lobo, que o povo assistiu bestializado a Proclamação da República."

Hélio Silva, em polêmica com José Joffily⁸, afirmou "não ter havido participação do povo brasileiro na Proclamação da República e que, até hoje, o povo não sabe se isto é uma República".

José Joffily respondeu: "Enfim, parece insensato analisar o 15 de novembro do pressuposto de um povo bestializado — classificação alienada — sintoma da en-

fermidade mental que sofreu Aristides Lobo até falecer. Não. Definitivamente o 15 de novembro não foi mais uma quartelada."

Foi o que procurou provar, em seu discurso de posse no IH-GRGN, em 16 de agosto de 1889, o qual transformou em plaquete⁹.

O citado Professor José Werneck da Silva, no Congresso da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República, afirmou e reafirmou, em palestra do IHGB, nos dias 8 e 10 de novembro de 1989, a participação do povo (no caso do Rio de Janeiro) que, através da sessão concorrida de sua Câmara Municipal proclamou a República, antes que Deodoro, por instância da mesma, o fizesse provisoriamente para todo o Brasil, através do Decreto nº 1 do Governo provisório, "Governo que, por sinal, compareceu à Câmara do Rio de Janeiro para ser empossado, em sessão com expressiva participação popular".

O Ministro Clóvis Ramalhet, em palestra sob o título "República uma Surpresa da História", em 29 de setembro de 1989, disse, a certa altura: "Os fatos sempre apontaram a República para o desfecho do futuro do Estado Soberano do Brasil, ainda em curso de formação".¹⁰

E, mais adiante: "Assim, a partir da insatisfação militar que apenas pretendia depor o Ministério, os fatos aglutinaram-se, forçaram caminho, e conduziram os insurretos à Proclamação da Re-

pública em poucos dias de surpresa."

Aliás, o princípio-de-guerra da Surpresa é, na Arte Militar, um dos mais seguros passaportes para a vitória. Ela foi conseguida em 15 de novembro. Do contrário, é bem provável que tivesse havido um confronto sangrento. A correta aplicação desse princípio-de-guerra se deve à expressão de o Estado de São Paulo, de 16 de novembro de 1889, então Província de São Paulo: "Nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz."

Nelson Werneck Sodré, em recente trabalho "A República (Uma Revisão Histórica)", afirma:

"A idéia da República não se gerou na proclamação de Deodoro. Este apenas aceitou um fato consumado e lhe deu forma e sentido prático. O episódio em si carece de importância, serve apenas para as comemorações e para os quadros e monumentos. Porque a República já estava na consciência do povo... E foi a proclamação de Deodoro que anunciou publicamente a mudança. A Monarquia terminou sem resistência, porque não tinha base política para isso.

"O episódio de 15 de novembro de 1889 coroou um longo processo e se tornou viável, como uma festa, sem luta, sem contrastes, justamente porque os alicerces estavam lançados e eram profundos e firmes."

Assim, o 15 de novembro de 1889 foi o epílogo feliz de um longo processo revolucionário republi-

cano, iniciado em 1710, em Olinda, no qual houve intensa participação popular no sentido descrito por Barbosa Lima Sobrinho, pelo qual "a queda da Monarquia corresponde aos sentimentos do povo brasileiro".

A não participação popular efetiva na ação militar que derrubou o Gabinete Ouro Preto, a qual foi fruto de uma bem urdida, coordenada, secreta e incruenta conspiração das lideranças republicanas civis e militares, foi para evitar que ela fosse abortada, produzisse outro Tiradentes e arriscasse inutilmente a vida de populares.

Dominada a situação militar por Deodoro, às 9 horas da manhã, o povo passou a ter crescente participação, particularmente através da Câmara do Rio de Janeiro, que proclamou a República, à tarde, e passou a forçar Deodoro, até que este a decretasse, para todo o Brasil.

Assim foi que Aristides Lobo passou a definir a situação, das 9 horas da manhã até a noite: "Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente..."

A respeito do 15 de novembro de 1889 e da eficaz participação popular na revolução republicana (1710-1889), cujo desfecho feliz e incruento foi a Proclamação feita pelo Marechal Deodoro, reafirmamos, ampliando o que escrevemos no álbum A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República¹².

"O Marechal Deodoro e os que o apoiaram em 15 de novembro concretizaram os sonhos e aspirações, então amadurecidos, dos olindenses em 1710, dos poetas da Inconfidência, dos inconfidentes mineiros e baianos, dos libertários nordestinos de 1817 e 1824, dos republicanos liderados por Gonçalves Ledo, em 1822, da quase maioria dos deputados brasileiros de 1832, dos sabinos da Bahia, dos republicanos farrapos (1836-45) (catarinenses e gaúchos), dos convencionais paulistas de 1870 e 1873, dos signatários da moção plebiscitária de São Borja e das demais Câmaras que a apoiaram, dos clubes republicanos, dos republicanos históricos, de civis e militares e de milhares de brasileiros de todos os segmentos sociais que desde a Guerra dos Mascates, em 1710, em Pernambuco, sonharam e lutaram e até se imolaram pelo advento da centenária república brasileira."

Face ao exposto, como negar-se participação popular na Proclamação da República?

O Marechal Deodoro proclamou ou não a República: Caso positivo, em que momento?

No citado Congresso de História sobre a República, no IHGB, de 8 a 10 de novembro 89, a Dra. Helga Landgraf Piccolo, relatora geral da 2.^a Seção, a certa altura colocou em debate o fato de que, até hoje, se discutia se o Marechal Deodoro proclamou ou não a Re-

pública. No plenário, concordaram que Deodoro não havia proclamado a República os historiadores Lourenço Luiz Lacombe, Joaquim Ponce Leal e Affonso Celso Vilela de Carvalho. O esclarecimento da dúvida foi feito pelo historiador, 2º Vice-Presidente do Instituto, Jonas Correia, que lembrou que Deodoro proclamou a República, à tarde, ao assinar o Decreto nº 1 do Governo Provisório e que era taxativo:

“Artigo 1.º — *Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira — a República Federativa* (os grifos correspondem às ênfases do ilustre Vice-Presidente citado)”.

A certa altura percebeu-se que a dúvida referia-se ao momento em que Deodoro penetrou no Quartel-General e recebeu a adesão da tropa que o defendia, quando, segundo Calmon, “Deodoro dominou a situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro.”

Houve unanimidade, na assembléia, de que Deodoro aí não se manifestara sobre República, nem após derrubar o Gabinete de Ouro Preto, o que só o fez por escrito, à tardinha, através de Decreto e como Presidente Provisório.

Depois de penetrar no Quartel-General e obter a adesão da tropa que o defendia, pode-se afirmar, simbolicamente, que Deodoro conquistou o poder para proclamá-la, sem tê-lo feito ali, entretanto.

Assim, a gravura clássica de Deodoro a cavalo penetrando no Quartel-General, pintada por Henrique Bernadelli, não simboliza Deodoro proclamando a República e sim, “dominando a situação no pátio do QG, conquistando o governo, passando a presidir o futuro”, na feliz interpretação de Pedro Calmon.¹³

Em 15 de novembro, Deodoro viveu pelo menos cinco momentos decisivos, sendo o mais crítico o forçamento do portão do Quartel-General e, em seguida, sua aclamação pelas tropas que o defendiam internamente. Esses momentos decisivos foram sucessivamente: a conquista da adesão das tropas que defendiam o QG pelo lado de fora; o incidente com o Ministro da Marinha, Barão de Ladário, do qual poderia ter sido neutralizado por ferimento grave ou por morte; a conquista da adesão das tropas que defendiam o QG pelo lado de dentro; a deposição do Gabinete Ouro Preto, na Secretaria da Guerra, e a assinatura do Decreto nº 1, proclamando a República, à tarde.

Acreditamos que Bernadelli quis fixar, para a posteridade, sobre a Proclamação da República, o seu momento mais crítico e decisivo.

Deodoro era republicano ou monarquista?

Esta é outra questão polêmica.

Deodoro não se definia repu-

blicano. Mostrava-se grato aos conservadores por terem defendido o Exército em determinadas ocasiões. No Sul, manteve estreitos contatos com os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil, nos quais declarou que seria capaz de votar.

O historiador Alberto Martins da Silva, em comunicação no citado Congresso de História da República do IHGB, demonstra que Deodoro era cercado e convivía com parentes declaradamente republicanos, como o seu irmão Pedro Paulino e o seu sobrinho Hermes da Fonseca.

Aliás, sobre esse assunto, o historiador Ponce Leal, em comunicação à Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB (CEPHAS), em 1989, transmitiu a informação de que o Major Floriano Peixoto mais o futuro Barão de Ladário participaram de reunião secreta no Rio de Janeiro, na qual foi preparado o Manifesto Republicano de Itu, fato repetido por José Caetano de M. Requião, ao escrever sobre o "Barão de Ladário e a Proclamação".¹⁴

O acadêmico historiador Francisco Assis Barbosa¹⁵, no artigo "Pedro II e a queda da Monarquia", menciona, com o apoio de André Rebouças, a seguinte afirmação de D. Pedro II:

"Eu sou republicano... Todos o sabem. Se fosse egoísta proclamaria a República para ter as glórias de Washington... Somente sacrificaria o Brasil à minha vaidade... porque as províncias não

têm pessoal para a Federação e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação."

Sobre a Monarquia, segundo Eça de Queiroz, citado por Francisco Assis Barbosa, "nada separava a República da Monarquia, a não ser o Imperador, que se tinha a tal ponto desimperializado, que entre a Monarquia e a República não havia senão um fio — tão gasto, tão frouxo, que, para o cortar de um golpe, bastou a espada do Marechal Deodoro da Fonseca."¹⁶

Concluindo: embora Deodoro não fosse republicano ardoroso, sofreu muita influência para colocar-se ao lado dessa nova idéia. Ou, que, embora não se definindo republicano, possuía a idéia da República na cabeça, como única alternativa de sobrevivência do Exército e de acesso da classe militar à cidadania, no sentido de participação legislativa e na administração do país, e para minorar a situação do Exército, definida como se segue, pelo insuspeitíssimo Eduardo Prado, citado por Américo Jacobina Lacombe: "O Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado". (Conferência sobre A Questão Militar)¹⁷

Contra o Imperador, Deodoro não tinha a não ser o convencimento de que não mais governava, por doente, conforme o demonstrou exaustivamente o citado professor Américo Lacombe no artigo "A Questão Militar", resultado de palestra no Curso "Os Militares e

a Proclamação da República", no IHGB e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Essa consideração, e o impedimento por doença do Imperador, foi demonstrado pelo irmão do Marechal Deodoro, Coronel João Severiano da Fonseca, em discurso no IHGB, em 19 de novembro de 1889:¹⁸

"A retirada do Imperador não foi um castigo, foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com eles seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um aposentado retirando-se com todas as honras e distinções."

Qual a real motivação dos militares do Exército ("científicos" e "tarimbeiros") na Proclamação da República? Qual o exato entendimento dessa divisão?

As posições dos tarimbeiros, liderados pelo Marechal Deodoro, eram de sentido profissional militar. Ou seja, uma Reforma Redentora do Exército para reverter o quadro definido pelo já citado e insuspeitadíssimo Eduardo Prado: "O Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado."

Tratava-se, portanto, da atualização do Exército na Arte e Ciência Militar, que vinha sendo descurada e mantida a níveis incompatíveis de suas funções nor-

mais, empregado na captura de criminosos e escravos fugidos.

Os tarimbeiros, através de suas lideranças, queriam ser verdadeiros soldados "e não lacaios", no dizer de Ruy Barbosa, ou "janízaros", no dizer de Benjamin Constant, em célebre discurso na Escola Militar em presença do Ministro da Guerra. Queriam integrar um Exército de verdadeiros soldados profissionais, e não uma instituição dominada, segundo Goes Monteiro mais tarde, "por um espírito miliciano ou pretoriano", conforme artigo nosso no jornal Letras em Marcha, de 1990.

Personalidades, como Cote-gipe e Ouro Preto, e cientistas jurídicos, não tiveram sensibilidade para perceber essa colocação dos cientistas militares. E daí resultou um confronto nocivo para a nação, que perdurou de 1831-1930, com reflexos negativos até hoje.

Queriam desagrar a força de maltratos, humilhações e desrespeito, os valores do soldado comuns em todo o mundo: honra, pundonor, brio, etc.

Os científicos possuíam valores antagônicos aos tarimbeiros. Desprezavam-nos, junto com a sociedade que, segundo Goes Monteiro, revelava "um repúdio ao espírito militar brasileiro, sob a forma de antimilitarismo" — mais um preconceito nocivo à nação brasileira.

Segundo Edmundo Campos Coelho, os científicos defendiam a tese do cidadão-soldado "com direito de livre manifestação e de

pensamento e crítica, e uma disciplina militar inteligente e pensante".¹⁹

Os tarimbeiros eram orgulhosos, cultivavam seus feitos militares e ostentavam, orgulhosos, suas medalhas conquistadas em defesa do Brasil.

Os científicos, sob influência da religião da Humanidade, segundo Tasso Fragoso, aluno das escolas Militar da Praia Vermelha e Superior de Guerra, até a Proclamação, questionavam as glórias do passado militar do Brasil e debochavam dos veteranos da Guerra do Paraguai "que desfiliavam com o peito coberto de medalhas". O científico Visconde de Taunay registra que, quando um civil queria humilhá-lo, o chamava por Major e, se queria prestigiá-lo, o chamava de doutor. Benjamin Constant líder dos científicos; que gozava de certo prestígio na sociedade, preferia ser chamado de doutor a de tenente-coronel.

Os tarimbeiros queriam melhores condições para defender o Brasil como verdadeiros soldados, e os científicos lutavam por acesso à cidadania, para participarem da construção e administração política, então dominada, de modo desequilibrado, por bacharéis de direito egressos da classe dominante.²⁰

Essa dicotomia foi fruto do ensino militar equivocado de 1873 a 1905, só corrigido com o Regulamento de Ensino em 1905, que freou o bacharelismo militar dos científicos e consagrou o profissio-

nalismo militar dos líderes tarimbeiros. Mas essa valorização do cientificismo militar perdurou ainda longo tempo no inconsciente coletivo do Brasil, sob a forma de os mais privilegiados intelectualmente preferirem as armas técnicas às armas-base.

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro era o líder da corrente tarimbeira, e Benjamin Constant o líder da corrente dita científica.

Benjamin Constant, Ministro da Guerra, com o Regulamento de Ensino de 1890, agravou ainda mais o problema do cientificismo e da figura do cidadão-soldado, em detrimento do soldado profissional, só corrigido a partir de 1905, mas com algumas recaídas.

Essa crítica é lugar comum na voz de grandes chefes e profissionais militares que cursaram a Escola Militar (1873-1905) e que vieram liderar a Reforma Militar (1897-1945).

Assim, em 15 de Novembro de 1889, os tarimbeiros e científicos conseguiram participar decisivamente da Proclamação com os seguintes objetivos conflitantes:

- **Tarimbeiros:** atalhar a extinção ou erradicação em curso no Exército de desagravo por maltratos, desatenções, humilhações e marginalização do Exército do processo de atualização doutrinária. Enfim, melhorar a operacionalidade do Exército, em níveis compatíveis com a responsabilidade do Brasil no cenário internacional;

- **Científicos:** derrubar a Monarquia, por motivação republi-

cana e condição de acesso à cidadania, traduzida pela participação no governo e na administração civil, e por influência positivista.

A Questão Militar traz em seu bojo muito desse anseio profissional militar justo, patriótico e minimizado e contrariado pelos sucessivos gabinetes de Ministros, de 1865 — Guerra do Paraguai, a 1889 — Proclamação da República. Assim, nesse período de 24 anos, 80% dos Ministros da Guerra foram parlamentares, bacharéis de direito, e somente 20% dos militares foram a nível de heróis nacionais e titulares do Império: Caxias, Osório, Pelotas e Maracaju. Tal anseio não tem sido bem captado e compreendido pelos historiadores atuais. É preciso que o percebam, para a correta interpretação da História do Brasil.

A Reforma Militar foi realizada de 1897 a 1945 por muitos profissionais militares veteranos ou filhos de veteranos — soldados da Guerra do Paraguai: Medeiros Mallet, Argolo, Hermes da Fonseca, Caetano de Farias, etc.

Quais as causas da Proclamação da República: Questões Políticas? Desequilíbrio de classes? Ou nova forma de dominação?

É clássica e generalizada a interpretação de que a República teve como causa a Questão Religiosa ou Epíscopo-Maçônica, a Questão Militar, a Abolição, a doença do Imperador e a indesejável

perspectiva de um 3º Reinado. Essa é a interpretação geral que faço. Hélio Silva, consagrado estudioso da República, em seu último trabalho, *O Primeiro Século da República* (Rio, Jorge Zahar Editores, 1989), em linhas gerais reafirma aquelas causas, todas muito bem exploradas e aproveitadas pela propaganda republicana.

Américo Jacobina Lacombe²¹, ao radiografar a Questão Militar, a viu como uma reação dos militares contra os bacharéis de Direito, egressos das classes dominantes e que controlavam o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e até a Imprensa, num flagrante desequilíbrio de classes. É que, em 15 de novembro, militares x bacharéis de Direito jogaram a própria sobrevivência do Exército, objeto de uma política de erradicação, iniciada por volta de 1831, segundo demonstrou Edmundo Campos Coelho²², com o qual concordo.

Para Sandra Pesavento²³, o Brasil se achava conectado, por laços comerciais a um mercado capitalista, desde a fase colonial, mas se tratava agora (final do Império) da penetração do capitalismo na estrutura interna brasileira.

No bojo desse processo de transformação, surgiram novos grupos sociais, que passaram a pressionar o sistema instalado: a burguesia cafeeira, na liderança da renovação econômica, segmentos urbanos, e um Novo Exército, com aspirações de

participação política. As classes emergentes — burguesia e classe média — associadas ao grupo funcional descontente (Exército) articularam a queda da Monarquia.

Quanto aos militares, no quadro institucional então vigente, tornava-se impossível sua participação no processo decisório do poder. É o que José Luiz Werneck chamou de negação aos militares de acesso à cidadania²⁴ e, por via de consequência, influir com a Ciência e Arte Militar na construção de um Exército compatível com o estágio atingido pela nação, o que lhes era negado.

Mario Maestri Filho assim falou, em palestra no Curso 1.º Centenário da República, promovido pela Coroci-RS²⁵: “Cremos ter a escravidão fecundado essencialmente dois terços da história nacional e determinado, quando de sua crise, a gênese do Estado Republicano.”

Para o citado historiador, a República teria surgido como “necessidade de nova forma de dominação”.

Américo Jacobina Lacombe, no artigo citado “A Questão Militar”²⁶ documentou expressivamente a doença do Imperador, detalhe que não escapou aos líderes republicanos da época que se apressaram a fazer a República, pacificamente, pelo afastamento do Imperador doente, para evitar ter de fazê-lo, com sangue, com o Conde D’Eu que, segundo interpretação que ouvi, contava com

oposição da Inglaterra, fato não confirmado.

Assim, as causas da República variam entre a Questão Militar e a Abolição, como determinantes, e a Questão Religiosa e a doença do Imperador, como acessórias, e mais as seguintes registradas por Barbosa Lima Sobrinho e Clóvis Ramalhete²⁷: “O costume dos políticos liberais e conservadores que, quando caíam do poder, minavam indiretamente a Monarquia, com críticas amargas ao Imperador e, por não defendê-la, terminaram por esgotar uma autoridade.”

Autores, como o acadêmico A. de Lyra Tavares, vêem na Guerra do Paraguai²⁸, através de suas consequências econômicas, políticas e sociais uma das causas da República, com o que concordamos.

Resumindo, como causas da Proclamação da República teríamos: as consequências da Guerra do Paraguai; as questões religiosas e militares; a abolição; a doença do Imperador; a perspectiva indesejável de um 3.º Reinado; o mau costume de políticos liberais e conservadores minarem indiretamente a Monarquia, quando fora do governo, por ataques amargos ao Imperador; a propaganda republicana objetiva.

O Marechal Floriano — conspirador ou traidor em 15 de novembro?

Escrevemos sobre o assunto as seguintes considerações: “Ou-

tro buraco negro que ficou na história da Proclamação da República consiste na explicação e reconstituição das ações e pensamentos do Marechal Floriano Peixoto nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1889."²⁹

Por isso, seu biógrafo, Salm de Miranda, na obra *Floriano*, escreveu:

"O Marechal-de-Campo Floriano Peixoto é, incontestavelmente, um dos personagens mais discutidos da Proclamação da República. Os maiores ataques que lhe têm sido feitos, as maiores dúvidas contra ele o focalizam durante a jornada de 15 de novembro. Acusam-no uns de desleal porque, sendo Ajudante-General do Exército, praticamente o Comandante do Exército, não reuniu forças, não tomou providências, nem comandou a resistência. Acusam-no outros de duplicidade de atitudes, porque estava junto ao Gabinete Ouro Preto, reunido no Ministério do Exército, apesar de conhecer e estar comprometido com a conspiração. Acusam-no de apático e indiferente aos graves acontecimentos de que foi parte."

E aqui é importante que se refira ao que disse o líder civil do movimento, Quintino Bocaiuva, sobre o Marechal Floriano, na conspiração de que resultou no 15 de novembro:

"O Floriano era dos nossos, havia muito. Era mesmo dos que estavam senhores do movimento. Era apenas cauteloso, com ronha (astúcia), que todos lhe conhe-

ciam. De vez em quando dizia: "Vejam bem o que vão fazer. Não se precipitem". (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino Bocaiuva*, 1987, V. 1 p. 646).

O Marechal Rondon, testemunha e também um dos protagonistas do 15 de novembro de 1889, viu, como preocupação central de Floriano, evitar derramamento de sangue nesse dia, o que foi conseguido.

Medeiros de Albuquerque conta que recebeu convocação de Aristides Lobo para uma viagem urgente e confidencial a São Paulo. Da sua missão constava um fato importante que ele contou a Campos Sales: "Floriano Peixoto estava firmemente conosco. Convidado por Deodoro, ele declarara que, para derrubar o ministério, não concorreria. Prestaria, porém seu apoio, se preciso fosse, para a Proclamação da República."³⁰

É atribuída a Benjamim Constant a revelação de que, caso Deodoro não pudesse liderar a 2ª Brigada em 15 de novembro, que ela o seria por Floriano, que era o Comandante de toda a Guarnição do Exército do Rio.

Floriano continuou Ajudante-General na confiança de todo o Governo Provisório.

Não resta dúvida de que ele estava senhor de toda a trama republicana e foi um dos seus pilares.

Após 15 de novembro, exerceu cargos da maior importância, sendo eleito Vice-Presidente da

República, na chapa de Prudente de Moraes.

Foi consagrado pela História como o Marechal de Ferro e o brasileiro "que dignificou, popularizou e consolidou a República".³¹

A TV Globo, em seu programa alusivo à Proclamação da República, transmitiu aos telespectadores uma falsa e injusta imagem do Marechal Floriano, que não encontra amparo em nenhuma interpretação histórica séria, justo no ano do sesquicentenário desse grande brasileiro.

Apresenta-o inclusive como ditador, o que Jonas Correia prova em contrário, assegurando a legitimidade constitucional do seu mandato presidencial, no artigo "Floriano Peixoto — o Consolidador da República".³²

Umberto Peregrino, no artigo "Marechal Floriano Peixoto — o Consolidador e Símbolo da República", após traçar o retrato do grande brasileiro, assim finalizou:³³

"Floriano, pelo seu exemplo de homem do povo, nas origens e na simplicidade do seu viver, sensibilizou a alma nacional para a causa da República incipiente e frágil, no sentido do interesse popular.

"Querido o presidente, querida ficou sendo a República, salva, talvez, por ter sido Floriano quem foi.

"Por tudo é possível afirmar-se Floriano símbolo e consolida-

dor do Centenário da República Brasileira."

Essa afirmação, por certo, encontra amparo em recentes pesquisas históricas, como o livro "Os radicais da República", da Professora Suely R. R. de Queiroz, da USP, focalizando o jacobinismo. e por nós resenhado em artigo com o nome do livro no Jornal Letras e Artes (Nov/Dez 1989), da Rio Arte e no Jornal Ombro a Ombro (Nov 1989).

É a voz do Tribunal da História, e não das conveniências conjunturais políticas, prática muito comum e talvez uma das características de nossos tempos, a confundir e a tumultuar a nação.

Sobre Floriano, em seu sesquicentenário, escrevemos no Jornal do Commercio, em A Defesa Nacional, Letras em Marcha e Jornal de História e Geografia. Talvez, uma das raras e poucas homenagens que o ilustre brasileiro e soldado recebeu. Sinal dos tempos. Será que o Programa da TV Globo anulou a verdade histórica?

Qual a verdadeira doença que acometia o Marechal Deodoro em 15 de novembro?

Apoiado em Alberto Martins da Silva, historiador militar e estudioso da família Fonseca, na Proclamação da República³⁴, "o Marechal Deodoro sofria de asma brônquica crônica que era exacerbada com mudanças de temperatura e stress emocional."

A revista Veja relativa à Pro-

clamação da República registra que o Marechal sofria de arterioesclerose no seguinte trecho: "A arterioesclerose e a falta de ar freqüentemente fazem com que Deodoro oscile rapidamente entre a exaltação e a prostração — como aconteceu na sexta-feira passada."

A esse respeito escrevemos à Veja, de que somos assinantes, a seguinte carta, não respondida:

"Rio de Janeiro, RJ, 2 de outubro de 1989

Ilmo Sr. Diretor da revista VEJA

"A reportagem "100 anos de República", surpreendeu estudiosos do assunto por apresentar pela primeira vez o Marechal Deodoro como sofrendo de arteriosclerose. É assunto que merece ser comprovado para ser levado em conta.

"Até hoje, era conhecido que ele sofria de asma brônquica crônica, que se exarcebava com "stress" e mudanças de tempo, e que em 15 de novembro estava em pleno domínio de suas faculdades mentais — ao contrário do Venerável Imperador, vítima de diabetes; apresentando envelhecimento acelerado, perdas de memória e abulia, circunstâncias que teriam apressado, também, a República".

O jornalista ou historiador que classificou de arterioesclerose, ironiza as palavras "pundonor", "brio", "dignidade" e "hombridade" do Exército, valores inerentes a todos os exércitos do mundo, desde que eles exis-

tem. Aliás, o redator tem também, como jornalista ou historiador, escala de valores que fazem a grandeza dos verdadeiros profissionais dessas especialidades.

Os que, na época, não compreendiam a escala axiológica dos militares, acusavam-nos de quererem que o Exército "ao invés de soldados verdadeiros fosse constituído de "lacaio" ou de "janizáros".

Foi, aliás, a força invisível desses valores que impulsionou Deodoro em 15 de novembro, na seguinte forma descrita por Quintino Bocaiuva:

"Deodoro, eu soubera na véspera, estava com o peito que era uma chaga (devido a ventosass), incapaz de apanhar um chinelo. Entretanto, procurado em nosso nome, fez um esforço sobre-humano, fardou-se, pediu um carro e saiu, pela manhã, para São Cristóvão. No Mangue, encontrou-se com a força (2.^a Brigada) e então aquele homem, quase morto, transfigurou-se ao som marcial dos clarins.

"Saltou do carro, tomou o cavalo de um oficial e pôs-se à frente do Corpo para comandar a vitória."³⁵

O que o clarim mexeu foi no pundonor, brio, dignidade e hombridade de um soldado. Um grande soldado. Um dos maiores que o Brasil possuiu, conforme tivemos oportunidade de escrever.³⁶

Fala-se muito em ataques de dispnéia sofridos por Deodoro. En-

fim, esse assunto deve ser definido por médicos. O diagnóstico de arteriosclerose nos parece, à primeira vista, malicioso, até prova em contrário.

O Marechal Deodoro deu um viva ao Imperador ao penetrar no Quartel-General em 15 de novembro ou não?

Este é um argumento usado para diminuir Deodoro e apresentá-lo como incoerente.

Quem afirmou isto foi, mais tarde, o Marechal Rondon, que participou do 15 de novembro, como alferes, cursando a Escola Superior de Guerra. Em depoimento a Esther de Viveiros³⁷ disse ter ouvido Deodoro dar um viva ao Imperador.

Não existe fonte segura para afirmá-lo ou negá-lo.

Para Humberto Peregrino, em sessão do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), seria compreensível, pois não havia nada contra o Imperador, preservado e respeitado, em todos os momentos, mas sim contra uma situação adversa ao Exército.

Essa consideração fica bem clara em todos os lances da Proclamação, dentro do que era possível, naquelas críticas circunstâncias.

Havia uma realidade. O Imperador estava doente e incapaz de governar em toda a sua plenitude. E disto estava consciente a liderança republicana.

Assim foi que o irmão de De-

odoro, João Severiano, em discurso no IHGB, em 19 de novembro de 1889, referiu-se ao assunto que, repetimos, é por muito poucos conhecidos e, sobretudo, muito esclarecedor:

"A retirada do Imperador não foi um castigo; foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande virtuoso varão. Saiu porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um aposentado, retirando-se com todas as honras e distinções."³⁸

É indiscutível o respeito e veneração que D. Pedro II sempre mereceu dos brasileiros e, neles, se inclui Deodoro.

Não seria de estranhar Deodoro dar um viva ao Imperador, pouco antes de depor o Gabinete Ouro Preto.

Para Amerino Raposo, o fato de Deodoro viver o Imperador, poderia ser parte de um ritual de liderança, para afirmá-la sobre as tropas que defendiam o interior do Quartel-General, por confundi-las momentaneamente, para dominá-las.

Por solicitação de Américo Jacobina Lacombe, nada encontrei no Arquivo do Exército, que desse como norma no Regulamento de Continência do Exército da época, um Comandante dar viva ao Imperador.

É uma questão sem resposta segura. Mas, em realidade, a fa-

mília imperial foi aposentada compulsoriamente, cercada do máximo de considerações possíveis.

Não foi massacrada pelo terror, como nas revoluções francesas de 1785 e russa de 1818. É a maneira brasileira de fazer as coisas.

E isto é pouco reconhecido. Muitos brasileiros festejaram mais a Revolução Francesa com suas "Luzes e Trevas", do que o Centenário da República Brasileira, feita pacífica e incruenta.

É um fato a ser estudado por sociólogos e psicólogos.

Uma importante consideração

O venerando e legendário jurista Sobral Pinto (SP), em entrevista publicada no jornal Diário de Cuiabá, de 15 de novembro de 1989, assim respondeu à Agência Estado (AE):

"AE: Valeu a pena termos entrado na República através de um golpe, uma vez que os militares estavam mais preocupados com suas relações de poder do que com as populares aspirações republicanas?

SP: Embora não seja e não tenha sido jamais monarquista, respondo, sincera e lealmente: não valeu a pena. O país não estava preparado, em fins de 1889, para viver sob o regime republicano. Proclamado pelos militares, o regime sempre esteve sob a pressão e a fiscalização deles. As crises, que surgiram no país, ao longo de 100 anos de República, tiveram a sua

origem em elementos saídos dos quartéis, habilmente manipulados por civis ambiciosos de poder e mando. O militar, em virtude de sua educação e formação, é necessariamente autoritário, o que é normal e natural na sua profissão. O governo de uma Nação, porém, tem a sua base essencial no Direito e na Justiça, aplicados na forma da Lei Constitucional da Nação, e através do debate sério e do argumento correto, temperados pela tolerância. Tudo isso é, evidentemente, incompatível com a mentalidade militar. Urge não esquecer, todavia, que o militar é elemento indispensável no governo de qualquer país civilizado."

Espero que todas as nossas considerações sirvam para rebaatar, como distorcida, a pergunta-afirmação da Agência do Estado, e concordar com o conceito do ilustre jurista de que "o militar é elemento indispensável". Foi justamente aí que falharam os juristas do Império (1831-89), querendo erradicar o Exército, como o comprovou Edmundo Coelho Campos³⁹, ou por marcarem uma presença maciça e monopolista do poder e provocarem a Questão Militar⁴⁰, conforme o comprovou Américo Jacobina Lacombe, com o apoio do brasilianista John Schultz, na tese "O Exército e os Políticos (1850-1894)". Nessa tese, ele resgata a luta nos bastidores do poder entre os bacharéis de direito e militares, com apoio, por sua vez, nos jornais "O Militar" e "O Soldado", revelados pela Bi-

biblioteca Nacional, na sua Exposição Comemorativa do Centenário da República. Talvez da leitura do comportamento abusivo dos bacharéis ou legistas do Império o ilustre jurista venha, com imparcialidade, a compreender melhor os militares brasileiros na República como fruto de comportamentos abusivos ao poder de seus colegas juristas imperiais, o que não se verificou nos Estados Unidos da América, por exemplo.

O ilustre jurista vê a importância e a indispensável participação militar no governo de qualquer país civilizado.

Mas os juristas do Império não tiveram essa visão, repetimos, e daí se estabeleceu o confronto militares e juristas, que teve seu ponto culminante em 15 de novembro, e ainda continuou forte na República Velha dominada por oligarquias.

Outra lição a ser colhida é a de que os militares brasileiros sempre interferiram no processo em busca da construção de uma força com operacionalidade à altura da nação. O exemplo da tranqüilidade

da Nova República se deve ao entendimento sincero, pelo Governo, desta aspiração justa, repetimos, não entendida pelos dirigentes do Império, predominantemente bacharéis de direito.

A sociedade brasileira, como um todo, para entender o Brasil, precisa fazer uma leitura da história das relações militares x bacharéis de Direito no governo de 1831 a 1930, à semelhança do que acaba de ser feito pela mestre em História Leila Capella⁴¹, no artigo "O Exército, a República e a Nação Brasileira". Por aí se verá que o bicho não tem sido tão feio como pintam, segundo expressão popular.

Para finalizar, e como reflexão presente e futura, vale recordar a seguinte expressão de Goes Monteiro, nos anos 30:⁴²

"As Forças Armadas têm sido no Brasil, um fulcro de explorações, apoiando, às vezes, se bem que enganadas, as mais torpes mistificações de falsos Salvadores da Pátria... ora no pelourinho, ora num falso pedestal."



CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Coronel da Reserva do Exército, foi designado para o serviço ativo, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército. Possui, além dos cursos militares regulares, o de Analista A da Escola Nacional de Informações e o de pesquisador das Forças Terrestres Brasileiras. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, integra a Academia Brasileira de História, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto dos Centenários e o Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro. Foi o coordenador da construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e atualmente, preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar (Jun 86—Jul 88).

- 1 Ano 4, n.º 8/89, p. 39. Também publicada em *Letras em Marcha*, Nov 89, na *Defesa Nacional*, n.º 744, Jul/Ago 89 e nos *Anais do Congresso de História do IHGB* sobre a República.
- 2 Edição Especial n.º 37, dedicada ao Centenário da República p. 5.
- 3 Editado pela Editora FGV (MEC-EME), 1982, pp. 520-521 e 1045 e 1076.
- 4 *Jornal do Brasil*, Rio. Transcrito no *Jornal O Corujão*, da AMRJ-Resende, de 15 Nov 1989.
- 5 *Jornal Letras em Marcha*, Nov 1989, pp 4-5.
- 6 *Aristides Lobo e a República*. Rio, Bibliex, 1987.
- 7 Volume 126, n.º 40, Out/Dez 1989, p. 16. Completada por considerações sobre Aristides Lobo, no *IHGB — Jornal de História e Geografia*, Nov/Dez 89.
- 8 *IHGB — Jornal de História e Geografia*, Nov/Dez 1989.
- 9 15 de Novembro — 100 anos depois. Londrina, Líder, 1989.
- 10 *Carta Mensal*, V. 35, n.º 414 set/out 1989, Rio, do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.
- 11 Porto Alegre, UFRGS, 1985. Ponto de vista reafirmado no *Jornal Letras e Artes*, da Rio Arte, n.º 7, Nov/Dez 1989.
- 12 Editado pela POUPEX em 1989, sob as versões álbum e calendário, com ilustrações do pintor Newton Coutinho e distribuído amplamente nos quartéis das Forças Armadas e para os seus oficiais-generais, historiadores e entidades culturais.
- 13 Expressão que temos repetido diversas vezes, pela felicidade com que ele interpretou o momento histórico.
- 14 *Revista do Clube Naval*, n.º 281, 1989, p. 9 dá detalhes.
- 15 *Revista do Brasil*. n.º 8/89, p. 6-7.
- 16 Idem nota anterior.
- 17 *Revista do Brasil* n.º 8/89, p. 26m, *Revista do Exército Brasileiro* n.º 4 Out/Dez 89, *Anais do Congresso de História da República do IHGB* em 1989, e *Revista do Clube Militar* n.º 280/87, p. 12, focalizando a Questão Militar.
- 18 Discurso por nós difundido na Introdução da fonte citada em nota 12.
- 19 COELHO. *Em busca da identidade: O Exército e a política...* Rio, Forense, 1976 p. 56.
- 20 Américo Jacobina Lacombe demonstra esse desequilíbrio nas fontes citadas na nota 17. Visão que se completa com a leitura da obra da nota anterior.
- 21 Idem fontes nota anterior.
- 22 Fonte citada na nota 19.
- 23 *História do Rio Grande do Sul*. Palegre, Mercado Aberto 1985. (A República Positiva).
- 24 Declaração no Congresso de História do IHGB, 8-10. Nov 1989, sobre a República.
- 25 COMCCI. *Curso Centenário da República*. Palegre, COMCCI, 1989.
- 26 Idem nota 20.
- 27 Fonte das notas 4 e 10.
- 28 Depoimento do autor.
- 29 *Letras em Marcha*, n.º 218, Nov 1989; *A Defesa Nacional*. n.º 744, Jul/Ago 89; *Revista do Brasil* 8/89 (p. 35m); *Caderno do Arquivo Histórico do Exército* n.º 1; *Anais do Congresso de História do IHGB* sobre a República.
- 30 Fonte da nota 6.
- 31 Artigo nosso sobre o Centenário de Floriano Peixoto n.º *IHGB — Jornal de História e Geografia* e na *A Defesa Nacional* n.º 744, Jul/Ago 89, pp. 157-155
- 32 *Revista do Exército Brasileiro*, n.º 4, Out/Dez 1989, e *Caderno do Arquivo Histórico do Exército* n.º 1, 1990.
- 33 *Revista do Exército Brasileiro* n.º 4, Out/Dez 1989, p. 53.
- 34 Comunicação ao Congresso de História do IHGB de 8-10 Nov, a ser publicada nos *Anais do Congresso* sob o título: "A Família Fonseca".
- 35 Citado nas fontes das notas 6 e 29.
- 36 Publicado no *IHGB — Jornal de História e Geografia*, Nov 1989, nos cadernos alusivos à República do *Diário Popular* — Pelotas (RS); *Diário de Cuiabá*, *Jornal do Commercio* (Rio) e em São Gabriel e Santana do Livramento.
- 37 *Rondon conta a sua vida*. Rio, Esperantistas, 1969.
- 38 Fonte citada na nota 12 (Introdução).
- 39 Ver fonte na nota 19.
- 40 Fontes citadas nas notas 17 e 20.
- 41 *Jornal Letras e Artes* n.º 7, Nov 1989.
- 42 Tratado por L.P. Macedo de Carvalho em *Repensando o General Goes* (conferência no Arquivo Histórico do Exército).



As Guerras do "Corno de África"

HÉLIO FELGAS

*Matéria extraída da Revista Militar (n.º 4, abril de 1990),
publicação portuguesa iniciada em janeiro de 1894.*

*É uma síntese da situação em uma das regiões mais
problemáticas do planeta.*

*Convida o leitor a refletir sobre a simplicidade dos
problemas do nosso País e aguçam a incompreensão
sobre a incapacidade que se tem de resolvê-los.*

O "Corno de África" é aquela saliência aguda que a costa oriental africana "aponta" à pequena ilha de Socotorá, no golfo de Aden (Oceano Índico).

Parece realmente um corno, mas de rinoceronte, com uma base muito larga e uma ponta estreita e assimétrica.

É costume incluir nesta região a Etiópia, a Somália e Djibuti, embora haja quem nela também inclua o Sudão.

Por conveniência própria, deixaremos o Sudão para outra ocasião. Os outros três países chegam para nos referirmos a uma das zonas mais conturba-

das, pobres e infelizes de toda a África. Nela existem milhões de tudo o que é mau: milhões de mortos em guerras que duram há muitos anos; milhões de esfomeados devido às secas prolongadas; milhões de refugiados que as guerras e as secas fazem deslocar penosa e constantemente; milhões de pobres sem quaisquer recursos; milhões de doentes sem quaisquer cuidados médicos mínimos.

Tanto a ONU como divesos países têm procurado socorrer as populações do "Corno de África". Mas este auxílio tem conhecido os maiores obstáculos, não só por falta de comunicações e meios de transporte adequa-

dos, como também porque os contendores raramente facilitam a ajuda, parecendo mais interessados em utilizá-las em proveito próprio e em destruir vidas do que em salvá-las.

A mudança que atualmente se verifica em todo o mundo, graças à nova política soviética e ao apoio dos países ocidentais, com realce para os Estados Unidos, parece poder vir a favorecer também o "Corno de África". Iniciam-se contatos e levam-se a cabo negociações que talvez venham a dar resultados positivos, pelo menos no que respeita à eliminação ou suspensão das guerras. Tudo começou demasiado tarde, porém. Nada nem ninguém poderá já salvar os milhões de mortos dos últimos quinze anos de guerras e de secas. E quantos dos milhões dos refugiados sobreviverão?

O objetivo do presente trabalho é traçar um quadro dos acontecimentos ocorridos nos últimos anos nos três territórios do "Corno de África", focando dentro do possível o estado atual da situação e as perspectivas que se abrem a médio e longo prazos.

A ETIÓPIA

A Etiópia (antiga Abissínia) é o país independente mais antigo da África, com mais de dois mil anos de existência. Mas hoje é talvez o mais pobre e desgraçado de toda a África, com um

rendimento anual "per capita" pouco superior a 110 dólares.

Com 1.220.000 quilômetros quadrados e 42 milhões de habitantes, a Etiópia não tem riquezas minerais conhecidas, embora disponha de um considerável potencial hidroelétrico, para cujo desenvolvimento são necessárias verbas que não existem. A grande maioria do povo é analfabeta e quase sem recursos, vivendo em minúsculas aldeias espalhadas pelas elevadas montanhas. Na maior parte, os etíopes são cristãos coptas, que os portugueses das Descobertas bem conheceram e a quem o atual regime marxista-leninista não agrada.

Grande parte da Etiópia encontra-se na faixa do Sahel, que tão flagelada tem sido pelas secas, ocorridas com curtas intermitências desde 1972 a 1988. Até ao princípio de 1989, altura em que as chuvas voltaram com violência, formando enxurradas que destruíram estradas e pontes, já tinham morrido de fome mais de 350.000 etíopes. Isto apesar do auxílio alimentar externo, incrementado em especial a partir de 1985, mas sem merecer do governo de Addis-Abeba o apoio indispensável para o seu transporte e distribuição. Parte desse auxílio foi absorvido pelas próprias forças militares e por funcionários corruptos. E os civis são tão pobres que ao perderem as suas colheitas e os seus gados devido às secas, ficam sem nada para

poder comprar e, para poder sobreviver, só lhes resta emigrar, enquanto têm forças para andar.

Além de que as guerras têm consumido boa parte dos homens mais vigorosos, deixando as aldeias só com velhos, mulheres e crianças, que têm sido as principais vítimas.

A guerra e a fome têm levado milhões de etíopes para fora do país. Calcula-se em 800.000 os refugiados no Sudão, 100.000 em Djibuti, 150.000 na Somália e muitos milhares no Quênia.

Em Setembro de 1974, a milenária Etiópia conhecia já uma difícil crise econômica, originada pelas secas iniciadas dois anos antes e agravada pela guerra que havia doze anos grassava na Eritreia.

A culpa dessa situação era atribuída ao Imperador Hailé Selassié que, com facilidade e sem grande alarde, foi deposto no dia 12 por um Comitê Militar chefiado pelo General Andom, por sua vez deposto (e assassinado) no final de novembro por um movimento liderado pelos maiores Mengistu Mariam e Atnafu Abate, sendo nomeado chefe de Estado o Brigadeiro Teferi Bante.

Mengistu Mariam liquidou sucessivamente Abate e Bante e tornou-se o presidente da República Popular Democrática Etíope, marxista-leninista, criada em 1976. No princípio de 1977, Cuba deu-lhe o seu apoio, o mesmo fazendo a União Soviética.

Todo o armamento que os Estados Unidos haviam concedido à Etiópia de Hailé Selassié (considerada então como o principal aliado africano de Washington) foi substituído por material russo. E Moscou estabeleceu mais de uma dúzia de acordos de cooperação com o novo regime etíope que, com firmeza, eliminou toda a resistência interna que se lhe opôs, utilizando não raro processos sanguinários. E, ainda em 1977, correu com os americanos, trocando o anterior alinhamento com o Ocidente por uma forte aliança com o Leste.

Essa aliança permitiu a Mengistu conservar o Ogaden que a Somália invadiu em 1977, contando com uma provável debilidade do novo governo etíope.

Desde 1975 que a Frente de Libertação da Somália Ocidental (FLSO), armada e apoiada por Mogadíscio, levava a cabo uma guerra de guerrilhas no Ogaden. Essa Frente foi reforçada em 1977 com milhares de soldados somalis, propositadamente passados à disponibilidade, e venceu os etíopes em vários encontros, chegando a cortar, em Dire-Dawa, o caminho-de-ferro Addis-Ababa-Djibuti, vital para a economia tíope.

Quando tudo parecia perdido para Mengistu, Cuba e a Rússia estabeleceram pontes aéreas que levaram à Etiópia centenas de cubanos e sofisticado material de guerra soviético, com destaque para os carros de combate T-62 e T-54 e para os "Mig-21".

Assistiu-se assim a uma guerra convencional (pouco noticiada no Ocidente) onde ambos os contendores empregavam o mesmo armamento, pois a Rússia também armara e organizara militarmente a Somália.

No princípio de 1978, centena e meia de tanques russos libertaram Dire-Dawa e continuaram avançando para Sul. Outros tanques helitransportados atacaram os somalis pela retaguarda, matando milhares. Os centros urbanos tomados pelos somalis foram recuperados pelos etíopes e, em março, o Presidente Siad Barre ordenou a total retirada dos seus homens para território somali.

A guerra entre a Etiópia e a Somália acabara. Mas só dez anos depois, em abril de 1988, houve contatos entre os dois países para um acordo de paz. Claro que isso já foi feito com o apoio dos Estados Unidos e da Rússia, além da França, Itália e Grã-Bretanha.

Também os rebeldes da Eritreia quiseram aproveitar a confusão reinante em Addis-Abeba após o golpe de Mengistu. E se se tivessem unido, talvez tivessem tido êxito. Continuaram porém divididos em três movimentos, embora a Frente de Libertação da Eritreia (FLE) e as Forças Populares de Libertação da Eritreia (FPLE) fossem os mais importantes, chegando a reunir cerca de 140.000 guerrilheiros, apoiados pela Arábia Saudita, o Kwait e o Sudão, em especial.

No princípio de 1977, a FLE tomou Om Hager na fronteira entre a Etiópia e o Sudão, seguindo-se Keren e Agordat sobre o caminho-de-ferro de Asmara, a segunda cidade da Etiópia. Por seu lado, a FPLE atuava em toda a costa do Mar Vermelho, ocupando diversos pequenos portos, mas não conseguindo apossar-se dos dois mais importantes: Massawa, ao Norte, e Assab, junto a Djibuti, devido ao apoio naval fornecido pelos navios de guerra russos a partir do Mar Vermelho.

Entretanto Mengistu resolvera a questão do Ogaden e voltava-se novamente para a Eritreia. Tinha agora centenas de tanques e uma aviação poderosa, cujos bombardeios afetaram severamente os rebeldes. Pouco a pouco foi recuperando as cidades perdidas em 1977 no Norte e, na segunda metade de julho de 1978, lançou na batalha 350 carros de combate e mais de 50.000 homens. Só Keren resistiu até novembro, altura em que os pequenos portos conquistados pela FPLE foram retomados pelas forças etíopes.

Se em 1977 os etíopes tinham tido alguns milhares de mortos, em 1978 os separatistas eritreus tiveram muito mais. Além disso, 300.000 eritreus refugiaram-se no Sudão e em Djibuti. Mas a resistência eritreia continuou, agora com maior destaque para a FPLE, que em 1981 dizia contar com 40.000 homens, tendo a FLE uns 7.000.

Apesar de tantos milhares de

mortos e refugiados, a rebelião eritréia manteve-se e teve até em seu favor o desenvolvimento de uma outra rebelião na província do Tigré, situada entre a Etiópia e a Eritréia.

Será talvez útil dizer alguma coisa sobre a importância que, para a Etiópia, têm as regiões rebeladas: o Tigré, a Eritréia e o Ogaden, para já não falar na região fronteira do Sudoeste.

O exército etíope atinge hoje mais de 300.000 homens sugando praticamente todos os recursos do país (absorve cerca de 50% do orçamento geral) e lutando em diversas frentes.

O Tigré é uma província do Nordeste da Etiópia, povoada em grande parte por um grupo étnico diferente dos etíopes (os amaras). Esteve sob controle da FPLE até 1986, mas hoje tem a sua Frente Popular de Libertação do Tigré (FPLT), que aspira à autodeterminação. Com 65.000 quilômetros quadrados, tem uma população superior a 5 milhões de habitantes, muitos dos quais morreram devido à guerra e às secas, enquanto outros se refugiaram no Sudão. Mas os guerrilheiros da FPLT têm-se mostrado muito ativos e o seu chefe, Yemane Kidane, já estabeleceu contatos externos, em especial com os países escandinavos. Segundo ele afirma, o seu movimento controla todas as cidades do Tigré exceto uma, estando no entanto disposto a encetar ne-

gociações de paz com o governo etíope.

A Eritréia é uma província do Norte e Nordeste da Etiópia, com 117.000 quilômetros quadrados, ocupando toda a costa etíope do Mar Vermelho. Aí se situam todos os portos etíopes, embora só os dois que mencionamos atrás, Massawa e Assab, mereçam referência. Daí a vital importância da Eritréia para a Etiópia que, sem ela, se tornaria um país interior. A população, hoje reduzida pela guerra, pelas secas e pela fuga para o Sudão e para Djibuti, atinge os 3 milhões de habitantes étnica e religiosamente (na maior parte são muçulmanos) diferentes dos etíopes.

A Eritréia, cuja capital é Asmara, foi colônia italiana de 1894 a 1941, sendo por isso econômica e socialmente mais desenvolvida que a Etiópia e dispondo de uma melhor rede rodoviária. Após a derrota italiana foi administrada pela Grã-Bretanha até 1952. A ONU decidiu então que ela devia federar-se com a Etiópia, embora como unidade autônoma. Mas, em 1962, o Imperador Hailé Selassié acabou com tal autonomia e anexou-a, começando logo a seguir a guerrilha.

Quanto ao Ogaden é hoje uma província etíope com a forma de uma larga cunha enterrada na Somália. Com 240.000 quilômetros quadrados, é povoada quase só por tribos nômadas somalis islamizadas, o que as faz ser ainda mais diferente dos etíopes. Quase

totalmente desértica, parece que terá petróleo por explorar. Lá continua a atuar a FLSO, em nome do governo somáli, a quem o território outrora pertencia. E o auxílio externo aos 250.000 refugiados aí existentes continua a ser dificultado pelas próprias autoridades etíopes.

A Eritreia, o Tigré e o Ogaden totalizam, assim, mais de 420.000 quilômetros quadrados de superfície e uns 9 ou 10 milhões de habitantes. Se conseguissem separar-se da Etiópia, este país ficaria um terço menor e um quarto menos povoado.

A ideologia política imposta por Mengistu destruiu a agricultura etíope, que já no tempo de Haile Selassie se desenvolvia com dificuldade, pois o Imperador, para acabar com o regime feudal que ainda existia no país, tinha nacionalizado as terras, em 1965. Uma reforma agrária num território cujos habitantes ainda viviam isolados nas montanhas e apenas trabalhavam para a sua subsistência nunca podia dar resultados favoráveis.

Pior foi ainda quando as secas impediram totalmente a agricultura em boa parte da Etiópia e quando os homens mais aptos para o trabalho foram alistados para a guerra. Nada restou comer, pois a falta ou deficiência das comunicações rodoviárias e o desvio fraudulento dos alimentos enviados do exterior impediram que estes chegassem aos esfomeados.

A política de repovoamento forçado também não deu resultado, pois os etíopes deslocados mostram-se incapazes de se adaptarem aos novos locais, previamente escolhidos, não pela sua fertilidade ou bom clima, mas por ficarem longe das bases dos rebeldes.

O entusiasmo provocado pela revolução de 1974 esmoreceu rapidamente, em face das medidas tomadas pelo coronel Mengistu, que parecia obcecado em levar avante apenas a sua ideologia. Ele destruiu praticamente todas as instituições etíopes, com exceção das forças armadas. E, tal como Fidel Castro, não hesitava em declarar que não seguiria obrigatoriamente as mudanças operadas por Gorbachev na Rússia.

Foi talvez esse descontentamento que levou à tentativa de golpe-de-estado, de 16 de maio de 1989, ocorrida quando Mengistu se encontrava de visita à Alemanha Oriental. Essa tentativa foi rapidamente sufocada em Addis Abeba mas durou dois ou três dias na Eritreia, onde os rebeldes decidiram suspender as suas atividades, a fim de dar liberdade às forças militares etíopes locais para secundarem o golpe, cujo insucesso foi confirmado logo após o regresso apressado de Mengistu à Etiópia. A importância da intenção foi no entanto inegável, pois nela morreram pelo menos onze generais, entre eles o Chefe do Estado-Maior e o Ministro da Defesa.

Já em junho, no Parlamento etíope, o presidente Mengistu, talvez por pressão dos Estados Unidos e da própria Rússia, reconheceu ser indispensável uma nova iniciativa de paz, "tendo em conta os desejos do nosso povo e a atual situação internacional". O Parlamento aprovou então uma moção para a abertura de negociações de paz, sem se referir exclusivamente nem à FPLE nem à FPLT (que, como dissemos, pouco antes declarara estar disposta a negociar).

Talvez por isso, a FPLT aceitou logo a moção parlamentar mas depois rejeitou-a, devido à aviação etíope ter bombardeado severamente uma das cidades por ela controladas.

Também a FPLE rejeitou a moção, talvez por saber que o governo etíope jamais dará a independência à Eritreia e isso ser a sua principal exigência. Mas concordou em negociar a paz desde que estivesse presente, pelo menos, uma terceira parte, escolhida de comum acordo. Nessa altura, a guerra da Eritreia já começara a preocupar os Estados Unidos e a Rússia, no mesmo sentido do que ocorrera com Angola.

No final de julho de 1989, a Organização da Unidade Africana realizou em Addis-Abeba, sua 25.ª sessão anual. Da meia centena de Chefes de Estado africanos, apenas 16 estiveram presentes, tendo os outros países sido representados pelos Primeiros-Ministros ou mesmo pelos Minis-

tros dos Estrangeiros. Mengistu não deve ter ficado satisfeito, sentindo certamente que a hora não era de extremismos e teimosias ideológicas mas sim de diálogo pragmático. Com certa surpresa, por não ser usual nessas reuniões, o próprio Mengistu falou das rebeliões existentes no seu país e pediu, às delegações presentes, o seu apoio para ser alcançada a paz.

Foi, no entanto, o antigo presidente norte-americano Jimmy Carter que, após várias visitas à Etiópia, conseguiu obter dos contendores a anuência para ele próprio se tornar um mediador válido para todos. Por isso, delegações da Etiópia e da Eritreia reuniram-se, em 7 de setembro, na cidade natal de Carter, Atlanta, nos Estados Unidos.

A SOMÁLIA

A Somália é um país que procura manter a sua já considerável superfície (cerca de 640.000 quilômetros quadrados), anexando territórios também semi-áridos dos Estados seus vizinhos.

Isto pode parecer estranho mas não é. De fato, o que o governo de Mogadíscio, a capital, pretende é reunir todos os povos somalis do "Corno de África", povos esses que vivem (nomadeiam, seria o melhor termo) não só na atual Somália mas também no Ogaden etíope, no Nordeste queniano e até no pequeno Djibuti.

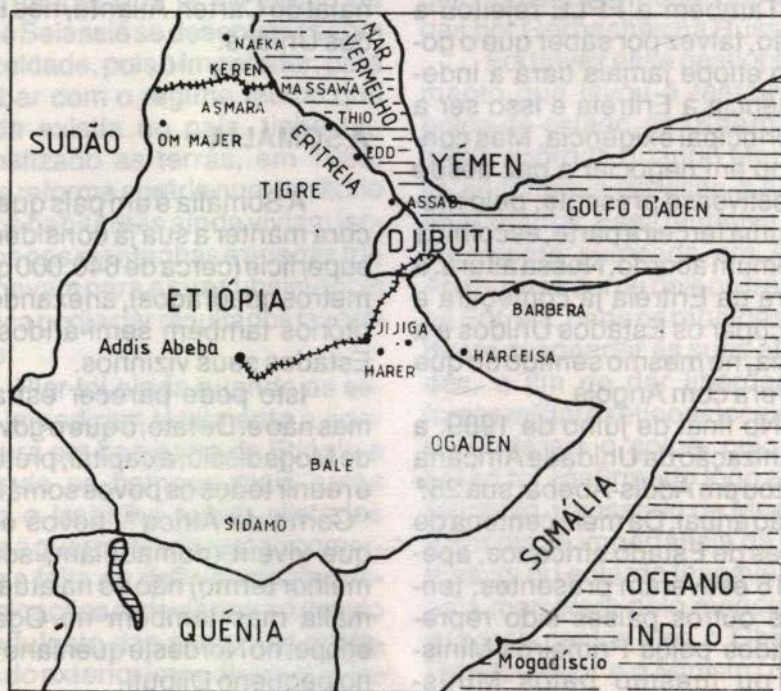
Se a Grande Somália chegar a concretizar-se (o que é muito pouco provável) ela ocupará mais de um milhão de quilômetros quadrados, mas a sua população, que hoje é inferior a 6 milhões de habitantes, com poucos mais ficará, pois quer o Ogaden quer o Nordeste queniano são muito pouco povoados.

Há séculos que os Hamitas somális pastoreiam os seus rebanhos de carneiros, cabras e camelos por quase todo o litoral do "Corno de África", desde Djibuti ao Norte do Quênia. O clima obriga-os a esse tipo de vida, sempre

à procura de água. Divididos em dois grupos étnicos principais — os Danakiles e os Gallas — foram empurrando para o Sul os negros bantos, de que hoje só restam uns 100.000 na Somália.

A sua língua, até há pouco sem escrita nem livros, passando oralmente de pais para filhos, a sua religião muçulmana, a sua etnia pouco diversificada e o seu quase uniforme modo de vida (o pastoreio nômade), deram aos somális uma cultura que poucos povos africanos podem apresentar. E que diversas nações estrangeiras tentaram neutralizar.

O "CORNO" DE ÁFRICA



Assim, a Etiópia ocupou o Ogaden, a França dominou o Djibuti em 1881, a Itália fez da metade Sul, primeiro um protetorado (em 1889) e depois uma colônia (em 1905) e a Inglaterra ficou com a parte Norte em 1884, dominando assim totalmente o Golfo de Aden.

Isto é, quatro países dividiram entre si as terras semi-áridas do "Corno de África", que os somális consideravam só suas e de cuja posse nunca abdicaram pacificamente.

Na Segunda Guerra Mundial, após a derrota militar italiana de 1941, a sua colônia passou a ser administrada pelos ingleses. Mas, em 1950, a ex-Somália italiana foi colocada sob controle da ONU. Em 1960, juntou-se à antiga Somália inglesa para formarem a República Democrática da Somália, que ascendeu à independência em 1 de julho de 1960.

A França continuou em Djibuti (então chamada Costa Francesa dos Somális), a Etiópia com o Ogaden e a Inglaterra com o Quênia, cuja fronteira nordeste incluía terras percorridas pelos nômades somális.

Mas o governo de Mogadíscio nunca deixou de reivindicar os seus direitos sobre os territórios onde vivem tribos somális, fazendo-o por vezes com certa violência, embora ainda na década de 60 tivesse estabelecido acordos com o Quênia (em 1967) e com a Etiópia (em 1968), mantendo além disso bem claro que se considerava como herdeira de Djibuti no

dia em que a França deixasse esse território.

Em outubro de 1969, um golpe-de-estado levou ao poder o atual presidente Johamed Siad Barre, que procurou abrir o seu país, estabelecendo relações não só com os países árabes (a Somália faz parte da Liga Árabe), mas também com o Ocidente e em especial com a União Soviética.

Os acordos com Moscou visaram, entre outras coisas, ao treino e armamento do exército somáli pelos soviéticos que aprofundaram o porto de Berbera, para aí instalarem uma base naval, enquanto preparavam a cidade de Hargeisa como base terrestre dirigida contra a Etiópia.

Simultaneamente, Siad Barre reforçou o apoio à Frente de Libertação da Somália Ocidental (FLSO), que atuava no Ogaden desde 1975, em guerra de guerrilhas.

A FLSO reivindicava praticamente toda a enorme cunha ogadense desde a fronteira queniana até Djibuti. Dispunha de alguns milhares de guerreiros dotados de armamento soviético fornecido pela Somália.

Como já dissemos, a confusão em Addis-Abeba resultante da feroz luta pelo poder entre os oficiais revolucionários etíopes, pareceu propícia a Siad Barre para tentar a recuperação total do Ogaden. Por isso reforçou substancialmente os guerrilheiros da FLSO que, em maio de 1977, começa-

ram a ocupar aldeias e vilas do Ogaden, vencendo com relativa facilidade a resistência militar etíope, tanto mais que as populações locais, em grande maioria nômades de etnia somáli, lhe davam declarado apoio.

O objetivo final da invasão somáli era apoderar-se do Ogaden. Mas o êxito da operação dependia da neutralização do caminho-de-ferro Addis-Abeba-Djibuti, de vital importância não só para a economia etíope, mas também para os deslocamentos das suas tropas.

Por isso, os grupos da FLSO progrediram para o Norte, ocupando grande parte da província etíope de Bale e, em junho, chegaram a cortar a via férrea destruindo algumas pontes. Outros grupos partiram de Hargeisa e avançaram para o Oeste, ocupando Jijiga em setembro e aproximando-se de Harer e Dire-Dawa, que não tomaram por ter deparado com crescente resistência por parte dos etíopes.

Em outubro de 1977 os combates foram muito violentos, com grande desgaste físico e material para ambos os contendores, que travavam uma verdadeira guerra convencional.

No princípio de 1978, porém, a vantagem passou para os etíopes. Em Addis-Abeba, o já presidente Mengistu tinha trocado o anterior apoio norte-americano por um vasto auxílio militar cubano-soviético, transportado em permanentes pontes aéreas (como aconteceu em Angola).

Os somális começaram a ceder, sofrendo pesadas baixas, pois embora o seu material de guerra fosse também soviético, aqueles que os etíopes agora recebiam era mais moderno e incluía um poder aéreo que os russos nunca haviam concedido aos somális.

A artilharia pesada, os tanques T-62 e, em especial, os "Mig-21" libertaram facilmente as cidades etíopes de Harer, Dire-Dawa e Jijiga. A cidade somáli de Hargeisa foi bombardeada. E apesar de Mogadíscio ter decretado a mobilização geral, a derrota das suas tropas e dos grupos da FLSO tornou-se inevitável.

O presidente Siad Barre ordenou a retirada geral das forças somális em 8 de março e, uma semana depois, a guerra do Ogaden acabara sem que os etíopes tivessem, por sua vez, invadido a Somália. Mas 150.000 refugiados entraram na Somália fugindo à seca e aos militares etíopes.

Claro que Siad Barre apressou-se a expulsar os soviéticos do seu país. Eles nem chegaram a terminar as obras que haviam iniciado no porto de Berbera. Foram continuadas pelos norte-americanos, que substituíram os russos na Somália, tal como eles próprios haviam sido substituídos pelos soviéticos na Etiópia.

Nos dez anos seguintes, o governo de Mogadíscio evitou qualquer outra aventura militar, embora tivesse mantido o seu apoio à FLSO, que continuou a

operar no Ogaden, ainda que discretamente. E dedicou-se em especial à melhoria das condições econômicas e sociais do país, sensivelmente agravadas pelas secas e pela guerra.

De fato, no campo econômico, a Somália vive quase só do que o seu gado produz. As bananas, cultivadas em especial no Sul, junto dos dois principais rios locais, o Jubá e o Shabele, em plantações que os italianos fizeram progredir, são o segundo produto exportável. Há esperança de que o país tenha urânio. Mas a única coisa certa é que a economia somáli vive da chuva.

Socialmente parece desenharse uma tendência para o sedentarismo. Até há pouco, 80% dos somális eram pastores nômades. Hoje começam a interessar-se pela burocracia urbana e pela emigração para os Estados árabes do Golfo Pérsico.

É difícil prever ao que conduzirá esta evolução. Para já, as dificuldades políticas do regime monopartidário de Siad Barre — que só admite o Partido Socialista Revolucionário Somáli, o PSRS — aumentaram com a formação de um partido político ilegal, o Movimento Nacional Somali (MNS), que atua militarmente no Norte do país e é formado essencialmente por membros da etnia Issa, predominante nas áreas de Hargesia, Berbera e no litoral do Golfo de Aden, tal como em Djibuti.

Contra a guerrilha do MNS, o governo teria enviado tropas da

etnia sulista Darod (à qual pertence o próprio presidente Barre), as quais teriam destruído inúmeras aldeias e morto milhares de civis Issas, transformando a luta numa cruel guerra tribal.

Em meados de julho de 1989, ocorreram violentos distúrbios em Mogadíscio, cidade que tem hoje cerca de meio milhão de habitantes. Houve mortos e feridos e o MNS empolou o acontecimento, afirmando ter havido 1.500 mortos. O seu delegado em Londres declarou que se tratara de mais uma manifestação contra Siad Barre, violentamente reprimida pelos militares. Poucos dias antes, o bispo católico de Mogadíscio, um italiano, fora assassinado, estando o governo acusado de procurar o culpado sistematicamente entre os dirigentes religiosos muçulmanos, alguns dos quais foram presos.

Note-se que a população somáli é 95% islamizada, havendo apenas uns dois mil católicos, em grande parte italianos. Mas a influência da Itália é ainda muito grande na Somália, que é o país africano mais ajudado pelo governo de Roma, onde em especial constrói portos e estradas. Essa ajuda é criticada pelo MNS, que acusa Siad Barre e o seu governo de a desviar em proveito próprio.

O assassinato do bispo italiano e o agravamento da situação geral no país levou a Itália, no final de julho, a mandar evacuar a comunidade italiana.

Dizia-se que as deficiências

alimentares cresciam diariamente, mesmo em Mogadíscio, onde quer a água quer a luz faltavam com frequência e a insegurança nas ruas aumentava, dela sendo em especial vítimas os elementos da etnia Issa lá residentes. Embora fossem só uns 1.500 a 2.000, esses Issas da capital eram em grande parte intelectuais, tendo alguns sido membros do governo.

Esta insegurança seria em grande parte provocada por milícias leais ao presidente Barre, que as integrara na Juventude Revolucionária do PSRS.

Havia também desinteligências no governo, tendo sido presos dois ministros, uns dos quais, o da Defesa, natural do Ogaden, acabara por ser morto num combate a sua escolta igualmente composta por ogadenses e os captores Darod enviados por Barre. Desde então, os soldados ogadenses da guarnição da capital tinham-se fechado nas suas casernas, vendose nas ruas apenas polícias e soldados Darod e Gambursi, etnias sulistas.

Dessa forma, um dos trunfos tradicionais da Somália, a quase identidade étnica dos seus habitantes, tendia a desaparecer, pois o governo de Siad Barre conseguira fazer sobressair, pelo menos três dos principais grupos tribais: Issas, Ogadenses e Darod, colocando-os uns contra os outros.

DJIBUTÍ

Com apenas 23.000 quilôme-

tros quadrados e 300.000 habitantes, Djibuti é um dos menores Estados africanos. Mas está longe de ser o menos importante.

Encravado entre a Etiópia, a Oeste e a Norte, e a Somália, ao Sul, Djibuti ocupa a zona costeira entre o fim do Mar Vermelho e o princípio do Golfo de Aden, dominando por completo o vital estreito de Bab-el-Mandeb.

A sua situação geográfica é por isso de enorme importância estratégica, tanto mais que nele começa o caminho-de-ferro que liga a Addis-Abeba e pelo qual transita quase tudo que entra ou sai da Etiópia. Daí que os franceses tenham transformado o porto de Djibuti num dos melhores e mais bem apetrechados de toda a costa oriental da África, além de ser um porto franco.

Aliás, é do porto de Djibuti que a República vive, pois o território interior é praticamente desértico, pouco ou nada produzindo além do gado que os seus habitantes nômades apascentam sob um sol causticante. Nos anos em que o canal de Suez esteve fechado, Djibuti conheceu graves dificuldades económicas, pois as receitas provenientes da atividade do caminho-de-ferro de Addis-Abeba eram insuficientes e a Somália pouco trabalho lhe dava, utilizando de preferência o seu porto de Berbera, apesar das suas piores condições.

O porto é também a capital e a única cidade da República de Djibuti.

buti, situada defronte da antiga e importante Aden, que os ingleses abandonaram em 1968, quando deram a independência ao Yemen do Sul. Nela vive metade da população do país.

O Djibuti de hoje é o "Território Francês dos Afars e Issas" da década de 70 e a Costa Francesa dos Somális (ou Somália Francesa) que os franceses colonizaram desde 1881. Todos estes nomes pertencem ao mesmo território e o segundo indicado esclarece que a população é essencialmente composta por Afars, no Norte, e Issas, no Sul fronteiriço com a Somália.

A independência, concedida em 1977, não deixou de encontrar sérias dificuldades. Quer a Etiópia quer a Somália reivindicaram o pequeno território, aquela porque o porto de Djibuti é vital para a sua economia, não podendo ficar nas mãos da inimiga Somália, e esta porque, além do excelente porto lhe convir, os Issas são o mesmo grupo étnico que habita o Norte da Somália — e que hoje compõe, em maioria, o ilegal Movimento Nacional Somali (MNS).

A França teve, pois, que subtrair a sua colônia à avidez da Etiópia e da Somália. Mas teve também de sanar os conflitos que surgiram entre Afars e Issas, aqueles querendo ficar donos do país e estes querendo o juntar à Somália. Tudo isto sem deixar de dar uma independência que já era inevitável em todos os territórios coloniais.

A solução foi colocar em Dji-

buti cerca de 400 soldados da Legião Estrangeira e dar à economia local um apoio que lhe tem permitido conhecer um rendimento anual "per capita" cinco vezes superior aos da Etiópia e da Somália. A população nativa sabe bem que as suas condições econômico-sociais são muito melhores que as dos países vizinhos e por isso vai vivendo sem grandes problemas. Isto apesar de as receitas portuárias estarem em retrocesso, pois a fronteira com a Somália está fechada e o movimento do caminho-de-ferro de Addis-Abeba é agora pequeno. Mas a saída dos ingleses de Aden favoreceu Djibuti, que hoje tem enorme importância para todos os navios que passam pelo Canal de Suez.

Existe uma comissão mista Djibuti-França, cuja importância cresce à medida que as dificuldades com a Somália e com a Etiópia aumentam. Por seu lado, o presidente Hassan Aptidon visitou há pouco a França e os ministros franceses da Defesa e da Cooperação foram a Djibuti, parecendo assegurada a manutenção da presença da Legião e a continuação da ajuda orçamentária. Aliás, na reunião francófona de Dakar, em maio de 1989, o presidente Mitterrand incluiu Djibuti na lista dos países a quem a França perdoou a sua dívida.

A situação na Etiópia levou mais de 100.000 refugiados a abrigarem-se em Djibuti desde 1980 para cá. E o mesmo está a suceder a milhares de Issas que fu-

gem da Somália devido à atuação do exército de Siad Barre contra os guerrilheiros do MNS.

CONCLUSÃO

Apesar das negociações em curso, não se pode esperar para já a paz no "Corno de África".

No que se refere à Etiópia, algumas facções rebeldes da Eritreia, opostas à FPLE, não aceitaram a mediação de Jimmy Carter, acusando o antigo presidente norte-americano de favorecer a FPLE, além de não aceitarem a federalização com que Carter simpatizava e a que Mengistu não mostrava grande oposição.

Aliás, a Eritreia também só se satisfazia com a independência.

Por seu lado, a Frente Popular de Libertação do Tigré, que anteriormente se mostrara moderada, endureceu a sua atitude, quando não foi convidada para a reunião de Atlanta. Juntou-se ao Movimento Popular Democrático da Eritreia (MPDE), que também não fora convidado por Carter, e formou a Frente Democrática Revolucionária Popular (FDRP), cujo objetivo já não era apenas a autonomia do Tigré, mas também a derubada do regime de Mengistu. E, na segunda metade de outubro de 1989, lançou uma ofensiva, chegando a 250 quilômetros de Addis-Abeba e ameaçando cortar a estrada entre a capital etíope e o porto de Assab, onde se encontra a única grande refinaria de petróleo da Etiópia.

Esta movimentação da FPLT levou o governo de Mengistu a iniciar conversações que tiveram lugar em Roma, em novembro e em dezembro de 1989. O único acordo conseguido foi realizar uma terceira rodada de negociações, também em Roma, mas em 20 de março de 1990.

Entretanto a FPLT continuava a sua ofensiva e, no final de dezembro tomava as vilas de Rabel e de Mehal Meda, a cerca de 160 quilômetros de Addis-Abeba, matando perto de 2.000 soldados etíopes.

Refira-se que a FPLE apoiou a ofensiva da FPLT, tendo-se até prestado a ir ocupar certas regiões do norte do Tigré, enquanto os guerrilheiros tigrenses se deslocavam para o sul na sua "marcha" sobre Addis-Abeba.

Essas movimentações comprometeram a reunião de Atlanta. A única decisão tomada e tornada pública foi realizar nova reunião mas em Nairobi, no Quênia, em 18 de novembro. Jimmy Carter foi novamente o mediador. E novamente ocorreu o fracasso. Apenas se reconheceu a necessidade de uma maior ajuda internacional para evitar a morte à fome de um milhão de civis eritreus.

Aliás, as condições meteorológicas, aliadas à guerra, ameaçam outros tantos etíopes e tigrenses.

O governo de Mengistu continua divergindo das organizações estrangeiras que prestam auxílio médico e alimentar, sempre rece-

ando que esse auxílio seja desviado para os rebeldes eritreus e tigrenses. Não há acordo nem quanto ao montante do auxílio (o governo etíope pede 400.000 toneladas de alimento mas as organizações internacionais dizem que nem o dobro chega para auxiliar todos), nem quanto aos corredores geográficos a utilizar para o transporte e distribuição.

Por outro lado, o presidente etíope começa a reconhecer a sua crescente debilidade. A Alemanha Oriental, sua grande aliada, tem novo regime nada favorável ao marxismo-leninismo teimoso de Megistu. Moscou diminuiu o seu auxílio e desencorajou qualquer política que não incluía o diálogo não-militar. A maioria dos 600 conselheiros militares russos na Etiópia regressaram ao seu país. E Cuba começou a repatriar os seus soldados, presentes na Etiópia desde a guerra de 1977.

Não admira por tudo isto que Mengistu se mostre cada vez mais preocupado.

Quanto à Somália, a situação continua a ser muito grave.

Ao prometer inaugurar o multipartidarismo no país, o presidente Siad Barre parece decidido a terminar a guerra com o MNS. Até agora, porém, falta um mediador capaz.

Além disso, a grave situação existente no Norte, alastrou ao Sudoeste onde desponta o Movimento Patriótico Somali (MPS).

No final de setembro, o Presi-

dente queniano, Daniel Moi, acusou os militares somális de terem chacinado centenas de civis somális que se haviam refugiado na cidade fronteiriça queniana de Liboi. Para isso, teriam penetrado no Quênia, violando a fronteira entre os dois países.

Muitos destes civis já pertenciam ao MPS. Os massacres só fizeram com que muitos outros se alistassem. E já há quem diga que Siad Barre se encontra isolado na região em redor de Mogadíscio.

Não se pode ser muito otimista em face de tal situação.

No entanto, o presidente somáli tem tomado algumas medidas de interesse económico-político externo.

Uma delas foi pedir ao governo de Roma para fazer regressar à Somália os italianos evacuados no final de julho de 1989, os quais são indispensáveis à economia do país.

Além disso, já em agosto, procurou renovar os contatos com a Rússia e estabeleceu com Cuba as relações que cortara após a guerra de 1977-78. Nessa altura, o congresso norte-americano suspendera parte da ajuda que os Estados Unidos forneciam à Somália, após denúncias de que essa ajuda estaria a ser empregada pelo governo somáli nas operações militares contra o MNS. Se Barre conseguir um acordo com este movimento (e com o MPS), aquela preciosa ajuda talvez volte.

A verdade, porém, é que um tal acordo parece cada vez mais

longínquo. Ainda no final de 1989, foram anunciados violentos combates e os rebeldes do MNS afirmaram ter tomado a cidade de Hargeisa e o porto de Zeila, próximo de Djibuti.

Quanto a Djibuti, é evidente que só terá a ganhar com o acalmar das tensões na Etiópia e na Somália.

Não se espere no entanto que o martírio das populações do "Corno de África" termine rapidamente, apesar da boa vontade das superpotências. A radicalização assumida pelos diversos contendores durante tantos anos, não permite pressas nem precipi-

tações que, como se viu em Angola, só podem ser contraproducentes.

O que parece certo é a continuação da seca e, portanto, da fome. Prevê-se que estejam ameaçados de morrer de fome, em 1990, mais dois milhões de etíopes.

E, segundo a Anistia Internacional, vários milhares de seres humanos serão ainda mortos pelos governos da Etiópia e da Somália, países que o último relatório da A.I. inclui entre os que menos respeitaram os mais elementares direitos humanos.

Com razão, a situação do "Corno de África" é considerado como das mais trágicas de todo o mundo.

Hélio Felgas é Brigadeiro das Forças Armadas Portuguesas.



A INTELIGÊNCIA (INFORMAÇÃO) NO BRASIL

OSMAR JOSÉ DE BARRÓS RIBEIRO

Neste artigo, o autor apresenta um breve histórico das atividades de Inteligência (Informações) no Brasil, ressalta sua importância, esclarece sobre seu verdadeiro sentido, analisa as causas do ocaso do Serviço Nacional de Informações e apresenta uma listagem tentativa das características aconselhadas às atividades agora afetas à Secretaria de Assuntos Estratégicos.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Um povo sem memória, que desconheça o seu passado, a ação dos seus ancestrais, está fadado a jamais tornar-se uma nação livre, próspera e homogênea, posto que no passado estão — com seus erros e acertos — as raízes do presente. Obviamente, neste trabalho, não temos por que buscar em tempos afastados as origens de uma Atividade hoje chamada de Inteligência mas, até recentemente, conhecida como de Informações.

O envolvimento com as Ativi-

dades de Inteligência era, até o ano de 1946, restrito às 2^{as} Seções das Forças Armadas e voltado, muito naturalmente, para assuntos militares ou que, de alguma forma, com eles se relacionassem. É verdade que uma outra organização também tratava da matéria, muito embora de forma extremamente setorializada: o antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), embrião do atual Departamento de Polícia Federal. Nos Estados, eram encontradas as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). De uma ou outra forma, tanto o DFSP quanto as DOPS voltavam-se, primordial-

mente, para o controle da oposição política ao governo de Getúlio Vargas.

Naquele ano, no mês de outubro, foi criado — ainda fruto da participação brasileira na Guerra Mundial recém-finda — o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), de âmbito nacional. Não obstante, persistindo o desconhecimento da realidade e da necessidade da Atividade, o órgão apenas foi estruturado em 1958 e, mesmo assim, jamais chegou a apresentar o desejável nível de eficiência, tanto por não ter acesso direto ao Presidente da República quanto pela inexistência de verbas compatíveis com a sua missão. Talvez tais fatores pudessem vir a ser vencidos, se o SFICI fosse dotado de um Corpo de Doutrina capaz de embasar e orientar suas ações. Não o possuindo, bem cedo o amadorismo dos seus recursos humanos, em que pese a sua dedicação e inegável patriotismo, levou o órgão ao marasmo.

Em 1964, a 13 de junho, pela Lei n.º 4.341, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com acesso direto ao Presidente da República, posto haver sido sentida a necessidade de Informações na condução do Processo Decisório Nacional. Nele persistia, contudo, um sério inconveniente já ressaltado: a inexistência de uma Doutrina de Informações. Para saná-lo, um primeiro passo foi dado: em 1965 a Escola Superior de Guerra (ESG)

passou a ministrar um Curso de Informações para Analistas de Alto Nível e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), do Exército, ficou encarregado da formação dos Analistas de Nível Médio e dos Agentes Operacionais.

A criação da Escola Nacional de Informações (ESNI), em 1971, permitiu, com evidentes vantagens, que tais cursos passassem a funcionar em um único local e sob a mesma direção. Primeiro os Cursos B e C, vindos do CEP e, em 1973, o Curso A, vindo da ESG.

É de assinalar, dada a importância do fato, que a criação da ESNI marcou, de forma evidente, a passagem dos tempos românticos do amadorismo para os do profissionalismo, na medida em que estabeleceu as bases necessárias à criação e ao desenvolvimento de uma Doutrina de Informações adequada à realidade nacional e em constante desenvolvimento.

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

A realidade hodierna, dado o volume de fatos e situações que todas as nações necessitam consolidar para bem gerir os seus destinos, é extremamente complexa. A conjuntura sempre cambiante, quer interna quer externamente, implica na constante procura de conhecimentos que permitam, além da formulação de políticas e do estabelecimento de estratégias, a correção de rumos por parte dos governantes.

Considerando o crescente ritmo de exigência que os fatos e as situações imprimem à ação governamental, ressalta a necessidade de instrumentos que proporcionem à autoridade a percepção das variáveis que delimitam a realidade em todas as suas dimensões. Daí, a insofismável necessidade da existência, em nível governamental, de um elemento de assessoria voltado para a produção de subsídios capazes de permitir a oportuna e correta tomada de decisões no mais alto nível.

Tal elemento de assessoria, para atingir os fins propostos, precisa ser orientado e disciplinado por uma doutrina que lhe proporcione o embasamento teórico, necessário ao emprego eficaz em suas funções básicas de agregação, organização, comunicação e motivação. Serão estas que darão impulso ao exercício da Atividade de Inteligência, por serem elementos essenciais à sua prática. Delas decorre a criação de um conjunto de órgãos, estruturalmente organizado e constituído por recursos humanos que, adequadamente motivados para o exercício da Atividade, formarão um processo de integração eficiente, capaz de constituir-se em um Sistema integrado e agente propulsor da atividade.

Para que bem seja entendida a Atividade de Inteligência, há que se compreender o papel representado pelo Estado no mundo moderno. Estabelecido sobre os pilares de uma dada ordem jurí-

dica, o Estado existe para atender aos fins dos indivíduos e dos grupos que formam a nação, dando assim origem à existência de instituições que abrangem as mais diversas atividades humanas.

A natureza dos fins últimos do Estado exige dele uma noção por inteiro e em profundidade para poder cumpri-los, gerando constantes conflitos de interesses. Para identificá-los e/ou dirimi-los, o Estado necessita conhecer as necessidades preponderantes da nação e, ao mesmo tempo, verificar as possibilidades dos meios disponíveis para atingir os fins colimados. Desta forma, surge a necessidade de serem tomadas decisões políticas através dos órgãos competentes, com os quais colabora a Inteligência, buscando traduzir a situação do país, do seu Poder Nacional, dos óbices, das vulnerabilidades e de outros conhecimentos correlatos.

Nesse contexto, a Atividade de Inteligência figura como instrumento colocado à disposição do Estado, para que sucessivos governos possam obter e salvaguardar conhecimentos de utilidade para o planejamento, a execução e o acompanhamento da Política Nacional.

As relações entre o Governo e a Inteligência são magistralmente definidas por Sherman Kent, quando afirma:

“As informações (Inteligência) não designam objetivos; não estabelecem políticas, não formulam planos; não executam ope-

rações (exceto as de Informações). As Informações são subsidiárias daquelas; e, para usar um desagradável lugar comum, elas realizam uma função de serviço. Sua missão é assegurar-se de que as chefias estão bem informadas; sua tarefa é manter-se atrás dos líderes com o livro aberto para um importante fato que possa estar sendo negligenciado e, a seu pedido, analisar as alternativas sem indicar preferência. As Informações não podem servir se não conhecerem o pensamento do Chefe; não podem servir se não obtiverem a orientação que qualquer profissional precisa ter do seu cliente."

DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE

A Atividade de Inteligência, entendida como instrumento de ação do Estado, constitui o exercício sistemático de ações especializadas, voltadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos, tendo em vista assessorar as autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, execução e acompanhamento de suas Políticas.

A Atividade de Inteligência é conduzida por organizações especializadas, que devem ser entendidas como elementos de um amplo sistema integrante do processo de Tomada de Decisão, desdobradas em diferentes setores e níveis perfeitamente compatibilizados com a estrutura decisória do país e que, em contínua interação,

tem por finalidade exercitar a Atividade de Inteligência.

Para um melhor entendimento do que seja a Atividade, nada melhor do que a compreensão das principais partes que a constituem:

— A expressão "ações especializadas" pressupõe a existência de uma doutrina de trabalho bem desenvolvida, de um profissional especializado e de meios materiais adequados, fatores estes que, além de qualificar as ações empreendidas, têm reflexos na qualidade do conhecimento produzido.

— Tais ações especializadas devem ser orientadas para a "produção e salvaguarda de conhecimentos". Aqui, está implícito o objetivo maior da Atividade, qual seja o de produzir conhecimentos de interesse para a Tomada de Decisão e salvaguardar tais conhecimentos. Há, ainda, outros dados que merecem a proteção do Estado, posto que quanto maior o desenvolvimento de um país, maiores as preocupações das autoridades responsáveis no resguardo de dados sigilosos que possam colocar em risco o Desenvolvimento e a Segurança Nacionais.

— Todo esse complexo visa a "assessorar autoridades governamentais nos seus respectivos níveis e áreas de atribuição". Nesse sentido, fica patente a finalidade da Atividade: prestar assessoramento aos responsáveis pela consecução do processo de Tomada de Decisão. Este processo deve

ser entendido no seu sentido mais amplo, ou seja, como o conjunto de todos os procedimentos que envolvem a gestão política da sociedade para o planejamento, execução e acompanhamento de suas políticas.

No momento em que a Atividade procura atender às autoridades no mais alto nível, figurando como instrumento de sucessivos chefes de governo na condução da Política Nacional, a sua presença está voltada para atender às necessidades governamentais, auxiliando os governantes na identificação, consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais. No trato da Política Nacional, os governantes devem possuir conhecimentos sobre os objetivos, o poder, o potencial e as possibilidades do seu País, bem como de certos Estados cujas ações poderão vir a interferir na consecução de sua política. A situação de cada país nos negócios do mundo, nunca é estática. É preciso acompanhar as mudanças para que não haja surpresas. É preciso conhecer as implicações e os reflexos das conjunturas e eventos internacionais nas políticas internas de outras Nações, para melhor definir as bases do progresso nacional. Portanto, a Atividade de Inteligência, para atingir os fins do Estado, atua no Campo Interno e no Campo Externo. No Campo Interno, opera quando permite ao Governo manter-se a par da origem, natureza e intensidade dos óbices existentes e da realidade da

situação interna em todos os campos da vida nacional. No Campo Externo, quando busca obter de outros países a maior soma possível de conhecimentos, de sorte a assegurar ao governo os elementos essenciais para o planejamento e formulação de sua política e a atuação oportuna, seja no Campo Interno ou Externo, sempre buscando alcançar a racionalidade e otimização das decisões.

A INTELIGÊNCIA

O conhecimento é o produto principal decorrente do exercício da Atividade de Inteligência. Contudo, não lhe basta o conhecimento espontâneo, que se forma sem ordem e sem método e que, por isso mesmo, com frequência é imperfeito. Interessa-lhe, de forma primordial, o conhecimento logicamente elaborado, capaz de traduzir fatos ou situações com a maior exatidão possível.

Aqui, há que considerar o caráter de assessoramento da Atividade, já ressaltado anteriormente, o qual impõe a necessidade de orientação por parte do usuário, posto que os conhecimentos não são buscados de forma aleatória e sim com vistas à realização de determinada tarefa. Uma orientação adequada motivará o responsável pelo cumprimento da missão e poderá levá-lo, inclusive, a procurar significação naquilo que parece carecer de sentido.

A produção do conhecimento constitui a própria razão de ser da

Inteligência e abarca todo o trabalho de elaboração, desde o planejamento da tarefa a ser realizada até a difusão final do conhecimento elaborado. Isto significa, em última análise, que se trata de produzir documentos que permitam descrever e interpretar fatos ou situações passadas e/ou presentes, bem como estimar a sua evolução dentro de determinados limites.

Há que considerar, ainda, o usuário final dos conhecimentos produzidos. Por certo, ele disporá de outros documentos oriundos da estrutura governamental e de apreciações obtidas em contatos com personalidades nacionais e estrangeiras.

É importante que o usuário seja receptivo aos conhecimentos produzidos, que atribua a eles um alto grau de confiabilidade e que tenha discernimento para agregar aos mesmos os dados fornecidos ou obtidos por outros meios que, no seu entender, mereçam crédito e, portanto, completem e enriqueçam o conhecimento inicial. Há que considerar, ainda, que nem todos os conhecimentos disponíveis, ainda que produzidos cientificamente, podem proporcionar todos os elementos do conhecimento humano que devem, no final, fundir-se na decisão nacional. Assim, além da razão, o usuário se valerá também de sua própria intuição na hora de optar, com a certeza dos riscos que corre.

A OUTRA FACE DA MOEDA

Hoje, o conflito de interesses

entre os Estados, independentemente da sua estatura político-estratégica, é uma realidade. Assim, configura-se um quadro no qual cada país é, a um só tempo, agente e alvo em termos de obtenção daqueles dados essenciais para a formulação e implementação das suas políticas interna e externa. Obviamente, a maior parte desses dados, em razão de sua própria natureza e do tipo de sociedade na qual vivemos, são ostensivos e encontrados na imprensa, noticiados na televisão e em publicações diversas, quer sejam ou não especializados em determinados assuntos. Contudo, existem outros dados que, pelas próprias características e no interesse maior do Estado, não são tornados públicos. Tais dados, negados a quem não deva ter acesso a eles, somente poderão ser obtidos através da execução de ações de busca.

A Contra-Inteligência vem a ser o ramo da Atividade de Inteligência voltado para a salvaguarda do conhecimento.

Desta forma, verifica-se que a Contra-Inteligência é implementada pela adoção de medidas que objetivam prevenir, obstruir, detectar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza, um espectro que vai dos fenômenos da natureza à sabotagem, passando por eventual negligência do responsável pela salvaguarda do conhecimento e/ou dado sigiloso.

A AÇÃO POLÍTICA E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA — UM ENFOQUE

A Ação Política deve ser entendida como sendo uma atividade concreta, voltada para a busca do Poder e para o seu emprego. Isto posto, chega-se ao entendimento de ser a Política uma ação operacional que tem os seus preceitos sistematizados em uma Doutrina de Ação Política, instrumento essencial à realização dos objetivos de uma nação.

Nesse contexto, a Inteligência figura como “carro-chefe” da política, mas com ela não se confunde. Apesar de intimamente ligadas, a Inteligência e a política diferem em forma, conteúdo e natureza (aquela é estática, enquanto a Política é dinâmica, sendo seus campos rigorosamente delimitados). A Inteligência influencia de perto a formulação, os rumos e as decisões políticas; contudo, a adoção de novas políticas é resultante de conhecimentos outros que não os transmitidos pelos órgãos de Inteligência. As autoridades devem levar em conta suas próprias percepções pessoais sobre a realidade do país e a atuação dos meios de comunicação de massa, retratando essa mesma realidade.

Sendo sabido, à saciedade, que a Política e a Estratégia nacionais não ficam imunes às variações quer da conjuntura interna quer da internacional, deve ser ressaltada a importância da Atividade

de Inteligência no Planejamento da Ação Política. De fato, a Inteligência auxilia, complementa e assessora, na procura do melhor emprego do Poder Nacional para concretizar a realização do Bem Comum.

O conhecimento, pelo produtor, da variada gama de interesses dos usuários, levará aquele a decidir pelo caminho mais apropriado, explorando os assuntos estratégicos e conjunturais de maior relevância. Por outro lado, os usuários, cientes do papel da Atividade, determinarão o cumprimento de missões passíveis de serem realizadas pelo organismo de Inteligência, adequando-as à real capacidade deste e levando em consideração os aspectos que envolvem a natureza de uma Atividade que, por ser sigilosa e compartimentada, requer dos usuários, bem como dos produtores, cuidados especiais se comparados às demais atividades desenvolvidas a nível governamental e, também, voltadas para o assessoramento.

O SNI ENQUANTO DUROU

O conceito abrangente de “Segurança Nacional”, somado à premissa de que “a segurança e o desenvolvimento estão ligados por relações circulares, de mútua causalidade” fez ilimitado o campo de atuação do então SNI. A premissa, discutível no terreno conceitual, impossibilitava, na prática, qualquer delimitação clara das atri-

buições daquele Serviço. A Lei de criação do SNI refletia este fato, ao dar-lhe a finalidade de:

"superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informações e contra-informação, em particular, as que interessam à Segurança Nacional".

A finalidade é, ao mesmo tempo, ampla — porque se refere a todas as informações, apenas dando ênfase às que interessam à Segurança Nacional — e restritiva, na medida em que confina ao território nacional a atuação do Serviço, o que se choca com a própria abrangência do conceito de Segurança Nacional.

Os Serviços de Inteligência dos grandes países, são especializados na produção de Informações de Segurança, isto é, que visam a proteger a Nação — vale dizer, também, o Estado — contra ameaças internas ou externas. No caso do SNI, a missão era muito mais ampla, pois abrangia todo tipo de conhecimento, implicando, pelo menos teoricamente, no dimensionamento do órgão — em recursos humanos e materiais — para cumpri-la.

O SNI estruturou-se em Departamentos, para cobrir as expressões Política, Econômica e Psicossocial; estabeleceu Agências nas principais capitais dos Estados; criou Divisões e Assessorias de Segurança e Informações nos Ministérios, bem como nos órgãos e Empresas Estaduais.

Os Planos Nacionais de Informações constituíam teoricamente, um programa de trabalho destinado a apoiar as decisões do governo. Minuciosos e abrangentes, davam uma idéia das missões ambiciosas e inexecutáveis conferidas ao então SNI. Que tais planos tenham permanecido quase como letra morta, é a prova mais do que suficiente da impossibilidade do Serviço em cumprir sua finalidade legal.

Mesmo no apogeu de sua força e prestígio, o SNI não conseguiu vencer resistências corporativas para produzir grande parte dos conhecimentos que pretendeu elaborar. Em diversos organismos governamentais, seja devido à resistência surda de seus titulares, seja devido à falta de instrumentos hábeis, o SNI não conseguiu penetrar. A imagem de um Serviço tentacular, onipresente e onisciente, pertence à mitologia dos desafetos do regime de 1964.

A mudança de cenário operada no País, a partir de março de 1985, acentuou radicalmente as resistências corporativas ao cumprimento da missão legal do SNI. Assessorias de Segurança e Informações foram desativadas, para não dizer extintas; outras, neutralizadas. A muitos setores da Administração Federal — direta ou indireta — o Serviço não tinha mais nem acesso; nos demais, dependia do grau de boa vontade dos dirigentes em fornecer dados. Com a mudança do cenário nacional, o Serviço, mais do que nunca, não

fez o que lhe competia por lei, mas o que lhe permitiam que fosse feito.

Com responsabilidade por todo um vasto campo de atuação, era natural que o SNI não se pudesse concentrar naquelas atividades específicas dos Serviços de Inteligência: conhecimentos de Segurança.

Toda uma estrutura organizacional e de meios de toda a ordem estava voltada para a busca e a produção de conhecimentos da responsabilidade de determinados órgãos da administração pública. Os exemplos são abundantes e vão desde estatísticas eleitorais até relações de mercadorias tabeladas pela SUNAB.

Durante muito tempo, acreditou-se que um Serviço de Inteligência atuante fosse instrumento hábil para assegurar decisões corretas e evitar erros e corrupção dos dirigentes. Ainda que isso pudesse ter sido verdade no passado — e só o foi por exceção — com a mudança de cenário deixou de sê-lo.

Não há Serviço capaz de suprir a falta de dirigentes competentes e honestos, em cuja ação o governo possa confiar.

O Decreto n.º 96.876 publicado no DOU de 30 Set 88, atribuiu ao então Serviço Nacional de Informações uma série de missões, a primeira das quais, como não poderia deixar de ser, produzir conhecimentos para o presidente da República naquilo que se relacione com a Soberania e a De-

fesa Nacional, o que abria um vasto leque de interesses e de responsabilidades. Seguem-se no documento, entre outras, missões que interessam ao próprio Planejamento da Ação Política, buscando dar ao Governo condições de bem conhecer as diferentes condicionantes e, com base em tais conhecimentos, buscar a transformação da realidade nacional com vista ao atingimento do Bem Comum.

O citado decreto reza, textualmente:

I — produzir conhecimentos para o Presidente da República, particularmente quanto aos assuntos relacionados com a soberania e a defesa nacional;

II — identificar os principais óbices à execução da política nacional e preparar estudos e propostas que contribuam para a avaliação da capacidade do Poder Nacional para superá-los;

III — acompanhar a execução dos planos e diretrizes governamentais, seus efeitos, vulnerabilidades e repercussões na opinião pública nacional e internacional;”

As missões referidas em I, II e III caracterizam, na verdade, o esforço atribuído ao Órgão para atender ao seu principal cliente, o Presidente da República.

Os óbices, quer existentes quer potenciais, muitas vezes resultam da própria Natureza (secas, inundações, abalos sísmicos); outros, de fatos sociais (doença, pobreza, analfabetismo, etc) ou,

ainda, da vontade humana, caracterizando um universo antagônico, essencialmente marcado pela presença real ou potencial de obstáculos intencionalmente contestatórios. De qualquer forma, em sua essência, representam condições estruturais ou conjunturais, as quais variam em função do processo histórico-cultural do País e, da mesma forma, tanto na intensidade quanto na maneira pela qual se manifestam.

O Manual Básico (ESG, 1988) ensina que:

"A Política Nacional tem existência quando se trata de aplicar racionalmente o Poder Nacional, orientando-o para o Bem Comum. Realiza-se através do complexo de princípios, normas, diretrizes e planos de ação, para conservação, equilíbrio e progresso da Nação... Assim, a Política Nacional consiste em orientar e conduzir o processo global utilizado pelo Governo para assegurar a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes."

Por outro lado, há que considerar que a Política Nacional está além de uma Política de Governo. Na verdade, em um regime democrático, onde a alternância no Poder é uma das principais características, a Política Nacional é segmentada em períodos de tempo definidos, dando margem a uma sucessividade de Políticas de Governo.

A seu turno, a Política de Governo desdobra-se em uma série de outras Políticas: Interna, Ex-

terna, Setoriais, Regionais e Específicas, todas elas devendo ser acompanhadas pelo Órgão de Inteligência, sempre em função de assessoria.

O Decreto nº 96.876, definiu o SNI como "Órgão de assessoramento imediato do Presidente da República", tendo por finalidade "superintender, coordenar e exercitar, no mais alto nível, a atividade de Informações em proveito da Política Nacional, especialmente no tocante à soberania nacional e à defesa do Estado Democrático".

Aqui, por ser pertinente, há que ser assinalado o entendimento de "soberania", e de "Estado Democrático". O Manual Básico (ESG, 1988) assinala, quanto à primeira, tratar da "manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminar-se e de conviver com as demais nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem participando de idêntico processo em relação a outras nações".

Quanto ao que entender por "Estado Democrático", é de se acreditar-se a aquele onde vigora um regime político caracterizado, fundamentalmente, pela busca de "contínuo aprimoramento das instituições e da representação política e da sua adequação aos reclamos da realidade nacional", bem como pela "legitimidade do exercício do Poder Político, atra-

vés do governo da maioria e do respeito pelas minorias" (Manual Básico, ESG, 1988). Tal regime dá margem à organização de um Estado de Direito abrangendo:

— participação da sociedade na coordenação da vida pública;

— garantia dos direitos fundamentais do homem;

— pluralidade partidária;

— divisão e harmonia entre os poderes do Estado;

— responsabilidade de governantes e governados;

— alternância no Poder". (Manual Básico, ESG, 1988).

Trata-se de uma finalidade que, embora menos ampla que a constante da legislação anterior, da mesma forma que aquela, restringia a atuação do SNI ao território nacional. Pode-se, é bem verdade, argumentar que uma ação de defesa não é necessária e impositivamente próxima (conduzida nas fronteiras do País), podendo ser também uma defesa afastada (conduzida no exterior).

UMA EXPRESSÃO ESTIGMATIZADA

Da leitura do anteriormente exposto é fácil verificar que a expressão "Segurança Nacional", tão prestigiada nos anos que de imediato se seguiram a 1964, tornou-se objeto de rejeição por largas parcelas da opinião pública.

Antes de discutir-se a racionalidade dessa rejeição, há que reconhecer que a expressão,

introduzida entre nós pela Escola Superior de Guerra, é identificada como sendo o "regime autoritário" instaurado no Brasil em 1964. Com fundamento na dita "Doutrina de Segurança Nacional", proclamada-se, foram golpeadas as instituições democráticas, suprimidas as liberdades civis e criada a execrável "Comunidade de Informações", braço de cruel repressão política.

O conceito de Segurança Nacional, formulado pela ESG e que inspirou a filosofia e a ação dos governos de 1964 a 1985, diz o seguinte:

"Segurança Nacional é a garantia, em grau variável, proporcionada à Nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para, superando os antagonismos, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes". (ESG, Manual Básico, 1988)

Quando os antagonismos de qualquer origem, forma ou natureza situam-se no domínio das relações internacionais, temos um problema de Segurança Externa. Quando se manifestam ou produzem efeito no âmbito interno do País, o problema é de Segurança Interna.

Contudo, a própria ESG salienta que os problemas que interessam à Segurança Nacional são aqueles que verdadeiramente dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes (Democracia, Integridade do Patrimônio

Nacional, Progresso, Soberania, Paz Social), sendo de todo inaceitável que incidentes menores na vida de uma nação sejam colocados sob a sua égide. "Tal procedimento", afirma a ESG, "pretendendo expandir-lhe a ação, na realidade, apequena-lhe as finalidades e a coloca, não mais como a garantia da realização dos destinos nacionais, mas, como um símbolo de restrição, próprio de regimes autocráticos".

A QUESTÃO SEMÂNTICA

"Defesa" x "Segurança"

Defesa: ato ou forma de repelir um ataque, resistência.

Segurança: estado, qualidade ou condição de seguro; seguro: livre de perigo, livre de risco, protegido, acautelado, garantido.

As definições são do dicionário de Aurélio, e permitem visualizar as nuances existentes entre as duas palavras. A "defesa", um ato, para repelir uma ameaça; a "segurança", um estado — estar em condições de desencorajar a efetivação de uma ameaça, e de repeli-la.

Em linguagem militar, fala-se em defesa, contra uma ameaça de natureza conhecida, militar, a ser afastada com meios também militares. É verdade que, mesmo em linguagem militar, quando a ameaça é imprecisa, não se sabendo de onde vem, nem quando nem onde se materializará, usa-se o termo "segurança": de uma insta-

lação, de uma tropa em marcha, etc. Se a ameaça é específica, trata-se de "defesa": contra carros de combate, contra ataque aéreo, por exemplo.

No caso de fronteiras, coexistem a defesa, com meios militares, e a segurança, com recursos de natureza diversa, pois diversa e não conhecida é a natureza da ameaça.

A linha de argumentação acima desenvolvida permite concluir ser o termo "segurança" amplo, abrangendo a "defesa".

"Nacional" x "do Estado"

Ainda recorrendo às definições de Aurélio, "Nação é o agrupamento de seres, geralmente fixos num território, ligados por origem, tradições e lembranças, costumes, cultura, interesses e aspirações, e, em geral, por uma língua; povo".

Estado, em Direito, é a Nação politicamente organizada; é, também, o organismo político-administrativo que, como Nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, dirigido por um governo próprio, constituindo-se em pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida.

O termo Nação é utilizado também com significado mais amplo, de país, de povo, de um território, organizado politicamente, sob um único governo.

Segundo o direito público moderno e democrático, o Estado existe para servir à Nação e, ao falar-se nesta, está-se, necessaria-

mente, abrangendo aquele. O objeto da "segurança" ou da "defesa" será sempre a Nação e não apenas o Estado.

"AS OPÇÕES SEMÂNTICAS"

Em que se pese o estigma da expressão "segurança nacional", é ela a que melhor traduz o objeto da proteção — a Nação — e a natureza dessa proteção — a Segurança.

É verdade que razões políticas — à força daquele estigma — podem aconselhar a busca de opções, como Segurança do Estado, ou Segurança da República; ou defesa, em lugar de segurança. Qualquer dessas opções seria passível de objeções, pois nenhuma delas teria a precisão de Segurança Nacional.

A Constituição em vigor consagrou as expressões "Defesa do Estado", da "Sociedade Civil" e das "Instituições Democráticas", ao lado de "Segurança Pública" e "Conselho de Defesa Nacional". Foram, admitidos, assim, os termos "segurança" e "nacional", mas considerada incestuosa a associação das duas palavras.

A "INTELIGÊNCIA", HOJE

O finado presidente Tancredo Neves, ao falar sobre as reformulações a serem feitas nos então Serviços de Informações, era de alvitre que elas se processassem discretamente, pela modificação de procedimentos e

estruturas. Modificações através de Leis e Decretos, a seu ver, não seriam oportunas, pois implicariam em debates apaixonados, suscetíveis de prejudicar o funcionamento de órgãos que julgava de grande valia para as decisões do governo. Se o debate sobre as missões e os controles dos órgãos de informações é essencial, num quadro de instituições democráticas, é também essencial que esse debate se processe em termos racionais e objetivos.

A conclusão é que, preparando-se para o debate público, que deverão tomar a iniciativa de propor, os Serviços de Inteligência iniciem o debate interno das questões de seu interesse, e que são de interesse, também, de toda a Nação. Se a guerra é problema demasiado sério para ser assunto só de generais, a Inteligência de Segurança, a primeira linha de defesa do País, não é assunto só de especialistas na matéria.

Assim, como tentativa de colaboração e à luz daquilo que já foi exposto, diríamos que, nas democracias modernas, a legislação sobre os seus Serviços de Inteligência mostra uma acentuada preferência pelo vocábulo "Segurança" e pela explicitação do que ele significa, em lugar de se tentar conceituá-lo.

O aprofundamento do exame evidenciará que o remédio para prevenir excessos dos Serviços de Inteligência não está em substituírem-se palavras ou ex-

pressões, como "Segurança Nacional" por exemplo.

A solução, antes que semântica, está em, por meio de Lei, delimitar atribuições e estabelecer controles externos para os Serviços de Inteligência.

Caso aceita a idéia de que o esforço deva se concentrar na produção de conhecimentos de Segurança, antes de conceituá-los, caberia listá-los. Para isto, a legislação dos Serviços de Inteligência de outros países fornecerá indicações úteis, devendo ser completada a lista por outros tópicos, para atender às realidades do País.

Isto posto, passar-se-ia ao estabelecimento de prioridades para as atuais atividades, concentrando-se cada vez mais na área da Segurança.

Uma questão que convém desde logo estudar-se é a área territorial de atuação.

É sabido que muitos países possuem órgãos diversos, para colher conhecimentos dentro e fora do território nacional. A divisão territorial tem aspectos positivos, um deles de natureza política, o mais importante, já que a opinião pública, temerosa do poder dos Serviços de Inteligência e ciosa das liberdades individuais, não vê com bons olhos organizações demasiadamente grandes, atuando indistintamente, com os mesmos métodos, dentro e fora do país.

A divisão territorial, no entanto, tem seus inconvenientes.

O primeiro deles será de ordem econômica. A manutenção de

suas estruturas caras, especialmente nos países cujos interesses nacionais ainda não justificam uma atuação fora de suas fronteiras.

O segundo é de ordem operacional. O Conde de Marenches, Ex-Chefe do Serviço de Informações Exteriores da França, propõe que as atividades de contra-inteligência sejam postas sob a responsabilidade de um único órgão, que atuaria dentro e fora do país. Isso para evitar choques corporativos e facilitar a coordenação de atividades. Assim como a contra-inteligência, os conhecimentos para o combate ao terrorismo não podem limitar-se ao território nacional, pois é normalmente fora dele que se iniciam as ações terroristas. Também outros conhecimentos de segurança envolvem fatos que se passam dentro do país. É claro que sempre se pode coordenar e integrar conhecimentos internos e externos, mas o trabalho de coordenação é sempre complexo, e envolve choques entre as organizações com responsabilidade de produzir uns e outros.

— O Brasil é um país cujas esferas de interesse, em todos os campos, se projetam em ritmo acelerado para além de suas fronteiras. Um Órgão de Inteligência, ainda que voltado prioritariamente para a área interna, deve possuir um Departamento de Inteligência Externa e executar algumas atividades, ainda que muito poucas, no exterior. Ele terá, no entanto, que

ampliar tais atividades e, para isso, precisará equipar-se e reciclar o seu pessoal, habilitando-o a operar em ambientes e com procedimentos bastante diversos daquelas que cercam a produção da Inteligência Interna. É um trabalho longo, que não pode ser deixado para quando a necessidade surgir.

O lançamento do órgão em áreas externas exige, obviamente, uma definição das missões que lhe devem — e podem — ser atribuídas.

Portaria de novembro de 1984 regulamenta o Decreto que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores. O Regulamento dá ao MRE, dentre outras atribuições, a de

“recolher as informações necessárias à formulação da política externa do Brasil, tendo em vista os interesses da Segurança e do Desenvolvimento Nacional”.

Assim, o MRE ocupou o espaço deixado pela lei de criação do então SNI, garantindo a atribuição de colher e produzir conhecimento no exterior, pertinentes à Segurança Nacional.

Instituiu-se, assim, um complicador para a atuação do Órgão de Inteligência na colheita de conhecimentos fora do território nacional. Um complicador, mas não um obstáculo. A CIA tem escritórios dentro das embaixadas americanas, subordinados aos embaixadores. Tal não impede que a CIA atue fora desses escritórios, em operações clandestinas. É verdade que a CIA tem competência

legal para isso, e se essa falece ao Órgão de Inteligência, à luz da legislação em vigor, não significa que este se deva conformar com o que foi uma impropriedade técnica na redação da lei.

A questão está em não pretender o Órgão de Inteligência, à semelhança do que pretende fazer no âmbito interno quanto a outros ministérios, duplicar ou sobrepor-se às atividades de inteligência do MRE.

A instalação de postos no exterior, de início junto às representações diplomáticas, teria a vantagem adicional, de ordem didática, de exercitar o pessoal na convivência harmônica com aquelas representações, identificando áreas de cooperação e de complementação de atividades. Em permanente contato com diplomatas brasileiros e locais, bem como com a sociedade e com elementos de Inteligência, os integrantes desses postos, a par de cumprirem missões específicas, forneceriam indicações para estruturar a atuação do Órgão no exterior. Eles constituiriam a massa crítica, a partir da qual essa atuação se ampliaria e se institucionalizaria.

UMA “LISTAGEM-TENTATIVA”

Tal listagem há que ser, necessariamente, sujeita a modificações decorrentes de estudo mais profundo e da própria experiência. Contudo, de início, poder-se-ia partir de algumas premissas, a saber:

— concentração gradual da Inteligência, da Segurança Interna e Externa, considerando-se muitas delas interdependentes;

— desengajamento, também gradual, da responsabilidade pela produção de outros tipos de conhecimento;

— conservação, por concessão às realidades nacionais, da responsabilidade pela produção de determinados conhecimentos não especificamente de Segurança.

Tópicos a serem estudados, para eventual implementação:

— Área de Segurança

- Espionagem;
- Sabotagem;
- Terrorismo;
- Ameaças à Ordem Constitucional (Subversão etc);

■ Ingerência ativa de potências estrangeiras em assuntos de interesse para a segurança do Brasil;

■ Conflitos atuais ou potenciais em áreas de interesse direto para a segurança do Brasil;

■ Desevolvimentos científicos, tecnológicos ou industriais, que interessam à segurança do Brasil (energia nuclear, foguetes, armamento, informática aplicada, etc.).

— Área Interna

■ Política: aquela gama de conhecimentos político-partidários, capaz de orientar o Governo em suas relações com o Congresso Nacional;

■ Psicossocial: desequilíbrios sociais e regionais; situação

de tensões sociais; entidades arregimentadoras de opinião;

■ Área Econômica: Crises atuais e potenciais; monitorização de grupos de pressão; monitorização de Programas Estratégicos.

— Área Biográfica

■ Cadastros de personalidades;

■ Cadastros operacionais (para servir à segurança).

— Problemas institucionais do Órgão de Inteligência

■ Administrativos: quadro de pessoal, plano de carreira, benefícios colaterais (assistência de saúde, seguro de vida, aposentadoria complementar, etc.);

■ Arquivo;

■ Questões a serem reguladas em lei: — competência do Órgão; — liberdade de informação; — privacidade; — controles internos e externos;

■ Questões a serem estudadas: — redefinição da missão; — estrutura: — Departamentos e Escritórios, assessorias, postos no exterior; — relações com o Legislativo, Judiciário, Imprensa, Universidade etc.

CONCLUSÃO

“A informação é produzida para consumidores. De outra forma, seria perda de tempo e de dinheiro. Seria bom que todos os órgãos de Inteligência se lembrassem disso e imbuíssem seus servidores dessa verdade”.

A advertência é da Royal Commission on Intelligence and Security, da Austrália. Advertência



EUCLIDES DA CUNHA, O CONSELHEIRO E A PSIQUIATRIA

WALTER PINHEIRO GUERRA

Partindo da rotulação de "paranóico", dada por Euclides da Cunha a Antônio Vicente Mendes Maciel, o "Antônio Conselheiro", o autor compara princípios de psiquiatria com as descrições do singular personagem contidas em "Os Sertões".

Euclides da Cunha, ocupando-se de Antônio Vicente Mendes Maciel, com grande propriedade, rotulou-o como paranóico. Para esse diagnóstico, há que levar em conta o aspecto geral do indivíduo e o seu biótipo, como ressaltam os especialistas.

Mesmo porque, segundo a medicina psicossomática, que abrange o físico e o psiquismo do paciente, levam os psiquiatras a enquadrá-los, pelas suas características somáticas e psíquicas, a um dos biótipos a que possa adaptar-se.

A Psiquiatria partiu do princípio que as doenças mentais ocorrem, em sua variedade, em

determinados tipos constitucionais. Notando que havia diversidade de grupos de pacientes, entresí, Ernst Kretschmer, um dos pais da Biotipologia, concebeu 4 modelos fundamentais de biótipos: pícnicos, astênicos ou leptossômicos, atléticos e displásticos ou displásticos.

Quanto aos temperamentos, estabeleceu-se em ciclotímicos e esquizotímicos, sendo o primeiro, encontrado nos pícnicos e a esquizotímia, nos astênicos ou leptossômicos. Quanto aos atléticos, seu temperamento é o enequético. Os ciclotímicos são alegres, gozadores da vida, rapidamente fazem amizades e, pela sintonia afetiva, mostram-se sociáveis, extroverti-

dos, facilmente adaptáveis ao meio social em que vivem, o que os faz destacarem-se no ambiente em que atuam.

Já os esquizotímicos pendem mais para a seriedade e um certo ar de recolhimento. São reservados, introvertidos, com escassas reações afetivas. Apresentam dificuldades de relacionamento e são pouco sociáveis. Têm facilidade para escrever e discursar e costumam exercer um certo grau de fascinação entre as massas populares.

Doravante, ressaltaremos todos os termos que, de certa forma, fazem parte do quadro da paranóia que, ao que tudo indica, era o de Antônio Conselheiro. Convém lembrar a "fascinação" que ele chegou a exercer entre seu povo. Esse tipo de pessoas é dado a filosofar, com relativa facilidade, sendo capaz de liderar grupos, de que se tornam condutores. São frios, dados ao "fanatismo", inclusive o de "caráter religioso".

Segundo o professor J. A. Vallejo-Nagera, titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Madri, há que levar em conta a "biografia do enfermo", na qual se acha encravada a moléstia.

Esse psiquiatra espanhol aponta a necessidade de atender ao "significado biográfico" de seu padecimento. O aspecto geral do indivíduo e o seu biótipo são levados em grande conta pelos especialistas, mesmo porque, segundo a medicina psicossomática, que como vimos, abrange tanto o físico

como o psiquismo, faz com que o especialista procure enquadrar o paciente, pelas suas características somáticas e psicológicas, ou seja, em um dos biótipos a que possa adaptar-se.

Verificou-se que as doenças mentais ocorrem em sua variedade, em determinados tipos constitucionais. Em sanatórios para doentes mentais, Ernst Kretschmer, um dos pais da Biotipologia, observou que o aspecto geral de determinados grupos de pacientes diferia entre si. Notou, por exemplo, que num conjunto de esquizofrênicos, os indivíduos que o formavam eram do tipo retilíneo e alongado, ao passo que, no grupo de maníaco-depressivo, seus componentes eram de tórax avantajado.

Daí, concebeu os tipos fundamentais de biótipos, que já vimos. Dizem os psiquiatras que a paranóia é a doença clássica da Psiquiatria, com sua individualidade clínica bem definida e sem repercussão anátomo-patológica. É, antes, uma anomalia constitucional, não anatomicamente definível.

Consiste num quadro psicótico autônomo, caracterizado por um "delírio lúcido, evolutivo e sistemático", onde o delírio mantém-se coerente, complicando-se, aos poucos. Essa anomalia constitucional leva à deterioração da "estrutura mental", em particular, na "esfera mental", mais acentuada na esfera "crítico ideativa", que subordina os elementos da esfera afetiva, condicionando-a.

Lentamente, se dá o desaparecimento do "senso da realidade" que se torna cada vez mais acentuado. O doente "isola-se" progressivamente do ambiente que o circunda, para recolher-se ao seu falso castelo de cartas. Torna-se sujeito a "alucinações de todos os tipos", sobretudo "auditivas", quando julga "ouvir vozes" inexistentes. Seu discurso, é geralmente estereotipado. O delírio, por sua vez, relaciona-se com o hábito do indivíduo. Ora julga-se possuído pelo demônio, ou cai num "delírio místico", pelo qual julga-se dotado ou investido de missão particular, que lhe fora "outorgada por Deus".

Na fala e na escrita destes pacientes, se podem encontrar palavras novas, neologismos que exibem colorido simbólico, com o que mostram estreita relação. A linguagem, por vezes, demonstra alto grau de incoerência devido à "logorréia", e a riqueza de neologismos é de construção "insensata".

Há uma fase em que se torna "insociável", com tendência ao "isolamento" do meio social em que vive, "ocultando-se em seu reduto". Esta é a ocasião em que a doença atinge o seu fastígio. A isto é levado, por ver, através de sua mente doentia, uma conspiração do meio social de que participa, dirigida contra ele.

Quando não, pende para o "auto-isolamento" e pode reagir com violência. "Insurge-se contra a legalidade vigente" de forma

"monótona e insistente", com tendência a crescer e evoluir, a ponto de ir para o hospício.

Há os que, dentre os delírios, apresentam os de "grandeza, ambição", de caráter pseudo-científico, como de caráter "místico". Quando é o místico que predomina, idealizam e pregam uma nova ordem social ou uma "nova religião".

Em virtude de sua longa evolução, a moléstia permite a longevidade do paciente, podendo, então, juntar-se ao quadro clínico fatores novos, devido à arterioesclerose ou à senilidade. O Conselheiro viveu 69 anos.

A paranóia caracteriza-se por "idéias delirantes", porém, conservadas íntegras as demais funções psíquicas. O delírio costuma ser crônico e sistematizado. Não prejudica a memória, a inteligência, a lucidez de consciência, bem como a capacidade de juízo e raciocínio. O indivíduo apresenta-se aparentemente normal e de comportamento razoável. É como que "doente apenas de um setor do psiquismo", com normalidade do restante. Um paranóico grave pode assumir a aparência de psicologicamente normal aos seus interlocutores. Suas idéias delirantes são lógicas e racionais, porém, "absurdas".

Quatro são os principais tipos de delírio paranóico: de "perseguição", de "grandeza", "erótico" e de "justiça". O Conselheiro enquadrou-se em todos, menos no erótico, de que não há notícia.

Pelo "delírio de grandeza", o doente convence-se de que pertence à nobreza real, mesmo em país em que inexistia a realeza, ou nos que desapareceram, como é o caso do Brasil, conhecidas as fortes convicções monarquistas do Conselheiro.

Os paranóicos julgam-se "profetas" ou "enviados de Deus". São pessoas extremamente desconfiadas, sendo este um "selo típico da paranóia", permanecendo num eterno estado de alerta, contra alguma intenção maligna imaginária, que possa atingi-lo. Socialmente são "inadaptáveis", como consequência de sua atitude paranóica, não logrando estabelecer amizade com os demais que os cercam.

Como costuma incidir preferentemente em pessoas de inteligência média ou superior, isso lhes permite ocultar suas idéias delirantes.

A paranóia reativa uma das formas da doença, resulta de "vivências traumatizantes", em indivíduos predispostos ou possuidores de caráter paranóide. A doença costuma surgir na idade adulta sendo mais freqüente entre os homens. Seu aparecimento, tanto pode ser brusco como paulatino.

São pessoas "orgulhosas, intransigentes e desconfiadas". Sentem-se, sem motivo, "perseguidas, prejudicadas ou humilhadas". Há um tipo de delírio induzido, a que os autores franceses de outrora chamavam de "lou-

cura a dois". Trata-se de paranóicos que conseguem convencer "grupos de pessoas", geralmente de "escasso nível cultural" e de "grande sugestibilidade". Como há os "fanáticos e profetas", que costumam desencadear verdadeiras "psicoses coletivas", pelo contágio de seu delírio a um grande número de pessoas.

Ramon y Cajal, grande sábio espanhol do século passado, dedicado especialmente aos estudos de anatomia patológica do sistema nervoso, no que se destacou como nenhum outro, com seu talento, interessou-se igualmente pela Psiquiatria. Não obstante o tempo decorrido, muitas de suas observações persistem como válidas, em nossos dias, como testemunho de seu gênio.

Dava como capazes de determinar perturbações mentais, idéias religiosas "levadas ao extremo exagero", configurando alucinação mental, assim como certos acontecimentos políticos, como desencadeadores da loucura. Levava também em conta as "emoções", os "pesares", e a "irritação de ânimo". Isto se resume na "biografia do doente", de que nos fala seu patricio, o professor J.A. Vallejo-Nagera, a quem já nos referimos.

Lembra que as doenças mentais são mais freqüentes nas pessoas nervosas, com tendência para o misticismo, que em geral são "contemplativas" e "ensimesmadas". Ressalta que, em certas

"épocas críticas da vida", e o Conselheiro as teve, são mais comuns as psicopatias seguidas de "acontecimentos políticos", mudança de regime de Estado de grande repercussão, as "crises econômico-financeiras", tanto "pessoais como generalizadas", podem concorrer para o aparecimento de alguns alienados...

Recorda que a viuvez e a vida celibatária, por falta de apoio ou arrimo moral de outra pessoa, podem exercer papel desencadeante. Porque, nesses casos, diz, trata-se de um modo de vida "egoístico" e "solitário" a que ficam sujeitos os viúvos, divorciados e celibatários.

Em relação ao passado de um doente mental, frisa que uma educação demasiado ríspida e severa, por parte dos pais, torna-se um terreno capaz de propiciar, no futuro, uma alienação mental. Também os "reveses da fortuna" têm influência desencadeante. Confirma que os estados de loucura, geralmente, vêm precedidos de "tristeza", mais ou menos acentuada que, em determinadas ocasiões chega a um verdadeiro estado de "melancolia". Alude às "alucinações auditivas", bem como à adoção de "vestimentas esquisitas", que fogem ao usual. São todos sinais evidentes de "transtornos mentais".

Na doença mental depressiva, os indivíduos ordinariamente são "taciturnos, concentrados, silenciosos e recolhidos em algum local isolado".

Suas feições são "contraídas" e deles se pode ouvir apenas "breves palavras". Quanto mais acentuada é a depressão, mais indiferentes se mostram ao mundo exterior.

Esquirol, notável psiquiatra francês, já notara que, por conta da "desnutrição" e das secreções, em alguns alienados se percebem alterações perfeitamente visíveis na pele. O tegumento cutâneo passa por processo de atrofia, tornando-se a pele "adelgada, seca e gretada", cheia de rachaduras. Ao que parece, no caso do Conselheiro, possivelmente tratar-se-ia, também, da pelagra, avitaminose que traz alterações cutâneas, como também a diarreia de que sofria nos últimos tempos.

Ocorre a perversão do "senso moral", sendo que, são todos de "vontade férrea" e, na procura de seus objetivos, não importam os meios que empregam para alcançá-los. A muitos deles deixa de existir o freio oposto pela família e a sociedade, podendo mesmo descambar para a "delinquência".

Aí está delineado o extenso quadro da paranóia, em que se pode, de certa forma, emoldurar a personalidade de Antônio Conselheiro. Falta, agora, consultar o texto de Euclides da Cunha que, com segurança, formulou o diagnóstico com que rotulou o Conselheiro. Para essa análise, servimo-nos da "Antologia Euclidianiana". de Paulo Dantas e col., Ed. Pioneira Ltda. São Paulo — 1987

— pela sua praticabilidade na consulta. À pág. 41, surge o capítulo "Antônio Conselheiro — Roteiro e Via Sacra". No texto, Euclides começa por incluí-lo numa modalidade de "psicose depressiva", para, logo depois, referir-se ao "espírito tonturante de reveses", de que o Conselheiro foi vítima, como sabemos. A perda da mulher e da fortuna, como assinalam os psiquiatras, podem levar à loucura.

Não passou despercebido do autor, de igual modo, a influência do meio em que viveu o personagem e as suas circunstâncias. Meio, por sinal, que permitiu ao Conselheiro a exteriorização de sua "vesânia", como quer Euclides da Cunha. Com propriedade, chamou-o de "paranóico indifferente", avançando que esse diagnóstico não lhe possa ser "ajustado por inteiro". Vimos, no decorrer destes descritos, que Antônio Conselheiro, ao contrário do que julgou o genial escritor, "ajustou-se" por inteiro ao quadro de paranóia. Atribui-lhe a condição de "emissário das alturas". E um dos delírios a que estão sujeitos os paranóicos, um deles, é o do "misticismo religioso". Mantinha uma "idéja fixa" mas lúcida em todos os atos", porquanto essa alucinação mental não atinge a lucidez do espírito, bem como outras atividades da mente, como a inteligência, o juízo e a consciência.

Refere-se ainda o escritor-engenheiro à "psicose mística" do indivíduo de que estamos tratando, assim como, à "rebelia

franca" contra a ordem natural.

Sabe-se que o Conselheiro rebelou-se contra as disposições legais impostas pelo regime republicano, tais como o casamento civil, o serviço militar, a moeda circulante e a expedição de editais para conhecimento público. Fala depois, da "rígida disciplina" que caracterizava o velho Mendes Maciel, homem de natural, "rípido e severo". Tanto que o filho foi um adolescente "tranquilo e tímido, retraído, avesso a troças", o que, evidentemente não é o comum, nessa quadra da existência.

Os psiquiatras alertam para a maneira inadequada com que são educadas muitas crianças, com graves repercussões para o futuro, em alguns casos. Falecido o pai, Antônio Maciel prosseguiu na mesma vida corretíssima e calma. Num casamento infeliz, ocasionado pelo mau comportamento da companheira, perturbou-se, adicionando-se "à tremenda tara hereditária".

Torna-se difícil, no presente caso, apurar o papel da hereditariedade por falta de elementos, a não ser a excessiva rispidez e severidade do genitor. Porém, o casamento mal sucedido foi a gota d'água para que surgisse a perturbação mental, em terreno já predisposto. A partir daí, denota-se "uma transformação de caráter" e a "perda de hábitos sedentários", para o que demonstrava propensão.

Como agravante da situação, sobreveio a perda dos bens herda-

dos do pai. Começa, desse ponto, a sua "Via Sacra", perambulando pelos sertões do nordeste. No decorrer desse período, chegou a exercer as funções de Juiz de Paz em Campo Grande, e a de solicitador, junto ao Fórum de Ipu, devido aos seus conhecimentos adquiridos nas escolas que freqüentara, onde, inclusive, estudou Latim. Suas prédicas vinham, vez por outra, ilustradas com citações latinas. Nesta última localidade, consumou-se a tragédia, com a fuga da mulher, levada por um policial. Passou, então, a andar no calço dos fugitivos, sem que conseguisse encontrá-los.

Piorou a sua situação, ao mesmo tempo em que alterava-se sua mente, por conta do violento "impacto emocional", acrescido da inexistência de "bens de fortuna", ferido por ambas as situações. Qual judeu errante, peregrinou de lugar em lugar. Erguia capelas ou remendava cemitérios deteriorados, a isto induzido pelo seu misticismo religioso.

Em Paus Brancos, próximo a Crato, feriu, "com ímpeto alucinado", um parente que o hospedara. Foi uma manifestação de "agressividade", por conta da paranóia. Transpirando a inopinada e provavelmente injustificada agressão a um parente, chegou o caso ao conhecimento da polícia.

Para sua sorte, a vítima não fez carga, como o que "salvou-se da prisão". Sorte, realmente, porquanto os autores anotam que a

perturbação mental costuma agravar-se, no caso de prisão celular compulsória. Em que pese a tendência ao isolamento, os paranóicos, quando detidos, reagem agredindo, ou, quando não, piorando sensivelmente seu mal.

Em seguida a esse incidente, eis que o Conselheiro toma, finalmente, o rumo da Bahia, onde findaria sua existência, "o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante... dentro de um hábito azul de brim americano... surgira".

Esta, a magnífica descrição do Conselheiro, que nos dá Euclides da Cunha. Estampam-se, desde logo, as mudanças por que passara, a atestar a insânia que o apossara. O descuido na aparência pessoal, a estranha vestimenta que envergava, enfim, o todo do bizarro personagem dado a profeta, em que se tornara, correndo tudo, por conta do "delírio místico" a que se entregara. Só este debuxo elaborado por Euclides da Cunha e, mais um ou outro elemento, seria suficiente para que, não só um psiquiatra ou um leigo inteligente e esclarecido, convencer-se de que estava se defrontando com um psicopata.

Sem o desejar, começara, desde então, pela sua exótica aparência de beato e "já impressionava vivamente a imaginação dos sertanejos". Praticava em "frases breves e raros monossílabos", outra característica dos paranóicos.

Precocemente envelhecido,

com "pouco mais de trinta anos ...esquálido e encerrado dentro de seu hábito escorrido... mudo como uma sombra... domina-os por fim, sem o querer". Vimos, linhas atrás, que em indivíduos de temperamento esquizotímico, como o do Conselheiro, além de outras coisas, exercem "fascínio" sobre pessoas ingênuas e de escassa cultura. Era o complemento que lhe faltava, para que, imbuído de misticismo doentio, se proclamasse um enviado ao alto.

Aos poucos, crescia a população que o acompanhava em suas andanças sem rumo. "Agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante, deparou-se-lhe o ambiente propício ao germinar do próprio desvario". A "sua insânia estava, ali, exteriorizada". "O evangelizador surgira, monstruoso mas automático." A mutação dos gestos e atitudes estereotipadas é outra das características desse tipo de doente mental. Em suas caminhadas em Sergipe, procurava "os pousos solitários". Veja-se, aí, a inclinação ao "isolamento", outro dos sinais da doença.

Vem agora, mais uma notável anotação de Euclides da Cunha na condição de leigo culto e inteligente. "A epiderme seca rugava-se-lhe como uma couraça amolgada e rota, sobre a carne morta." No texto, fizemos alusão a esse particular. O eminente psiquiatra Esquirol, verificara a alteração do tegumento cutâneo nos paranóicos, devido, sobretudo, à desnutrição.

Aumentando o seu prestígio perante a multidão, "fazia-se autoridade única". Vimos também a propensão dos esquizóides à atração e liderança que costumam exercer, frente ao seu grupo. Ao referir-se às prédicas de Antônio Conselheiro, diz Euclides da Cunha, que ele usava "uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas Marianas, desconexa, obstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia das citações latinas, transcorrendo as frases sacudidas, misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e das profecias esdrúxulas".

Quem se der ao trabalho de ler o livro do professor Ataliba Nogueira, "Antônio Conselheiro e Canudos" (Comp. Ed. Nac. — São Paulo — 1974) verificará o quanto aquele mestre do Direito exalta, de maneira extremada, a figura e obra de Antônio Vicente Mendes Maciel. Constatará, ao mesmo tempo, o quanto é cacete e monótona a escrita e por certo, também, a fala do Conselheiro.

Segundo os autores, o discurso do paranóico é geralmente estereotipado. Quando não, empregam neologismos, o que é frequente entre esses doentes. Servem-se de um colorido simbólico, em estreita correlação com a linguagem. Esta, por sua vez, pode surgir "incoerente", de "construção insensata" e com características de "logorréia".

Ademais, expôs-se o Conse-

lheiro à "ousadia de citações latinas". Eram como que pérolas atiradas aos porcos, pois a contrita assembléia, nada entendia de sua algaravia. A menos que, pelo "delírio de grandeza", objetivasse impressionar aos ignaros que, cabisbaixos, ouviam-no.

Diz Euclides da Cunha que, em suas prédicas e em seus escritos, baseava-se, por igual, na publicação "Horas Marianas", se bem que oderramado oradornão se separasse de outra obra, a "Missão Abreviada", ambas, carregadas no surrão de couro, com que varava as distâncias, em "passo tardo".

Ataliba Nogueira (ob. cit.), que escreve sobre o assunto, confrontou-as com "os pobres papéis", como Euclides da Cunha nomeou os escritos do Conselheiro, descobrindo que havia outra fonte de consulta e inspiração, "Práticas Mandamentais", de Frei José Manoel Gonçalves Castro, todos esses breviários, editados em Portugal. Em certa altura de seus indigestos escritos, à pág. 175 do livro de Ataliba Nogueira, há um capítulo denominado "Sobre a República". Em sua linguagem empolada e impregnada de um misticismo primitivo e ingênuo, ele desanca o pau sobre o novo regime.

Considera-o nocivo para a Nação, em sua visão distorcida pela mente doentia, através da qual, via na República uma ameaça à religião, atrelada ao governo do Império. Chega a citar D. Pedro

III, esquecido de que a Princesa Isabel era a herdeira do trono. Quanto ao casamento civil em vigor, para ele, padecia de nulidade, perante a Igreja.

Incoerentemente, na ausência de padres regulares, que antes celebravam os casamentos religiosos, permitia que o amor livre campeasse em seu reduto, que descambava para a licenciiosidade, a que fechava os castos olhos.

Pessoalmente, levou a castidade ao último extremo, demonstrando horror patológico às mulheres. Como, a propósito, fri-sou muito bem Euclides da Cunha, talvez fosse causada por "remanescentes das desditas conjugais" de seu conhecimento, e de que fora vítima. Às beatas que o cercavam, falava virado de costas, sem encará-las. Também o jejum, levado às últimas conseqüências, entrara em sua prática, limitada a alimentação, como se propalava, a "um pires de farinha".

Não era de admirar que a desnutrição dele se apossasse, com todos os seus inconvenientes. Sua fama de santidade avolumava-se, dia-a-dia, com repercussão até às cidades litorâneas, naturalmente avantajadas e distorcidas pela credulidade bronca das gentes simples.

Foram 25 anos de pregações ininterruptas por todo o Nordeste, até que se fixasse na sua "Jerusalém de taipa". Assinala Euclides da Cunha que o seu profetismo se alastrara, com suas falas comple-

tamente ilógicas, insensatas, como se pode depreender da leitura do que nos deixou o Conselheiro.

Muita gente estranhou que, tendo em mãos o que denominou "pobres papéis", Euclides não houvesse demonstrado por eles maior interesse. Como poderia o estilista da língua impressionar-se por escritos tão "pobres e insignificantes"?

Atal ponto chegaram os delírios do Conselheiro, como o de "perseguição" e de "grandeza", que arremeteu contra os editais afixados nas sedes municipais, reduzindo-os acinzas. Sua missão "perversa... ia avultando na imaginação popular".

Já não era mais a "loucura a dois", dos antigos psiquiatras franceses, mas loucura coletiva, a atingir milhares de pessoas, dentro e fora de seus extensos domínios espirituais. Todavia, apesar de tudo, Euclides da Cunha viu nele uma utilidade, ao cognominá-lo como "velho arquiteto de igrejas". Em relação ao novo templo erguido no povoado, refere-se à sua "fachada estupenda", embora de estilo confuso, "informe e brutal", como a retratar a "própria desordem do espírito delirante" contido em seu "cérebro enfermo".

Quando assomava perante o povo, à hora das prédicas, "revestido na longa camisa de algodão... escorrida pelo corpo alquebrado... fronte abatida e olhos baixos... quedava imóvel e mudo... erguia a face macilenta... de súbito ilumi-

nada por olhar fulgurante e fixo".

Encontramos em mais esta nota e significativa descrição, de Euclides da Cunha sobre o Conselheiro, que, neste relance, como em outros que nos legou, surgem-nos, desde logo, vários dos sinais que conduzem ao diagnóstico que lhe atribuiu, adequadamente, o brilhante escritor fluminense.

A "abstinência costumeira" e o organismo combalido de emoções violentas, dobrou-se, por elas ferido. Morreria o Conselheiro. Encontrou-o Antônio Beatinho, um fiel camareiro e porta-voz. Ninguém dera conta de sua ausência, afora os mais chegados, que ocultaram a funesta notícia. A maioria, empenhava-se na derradeira defesa do reduto do Belo Monte.

Cessada a luta, encontrou-se numa cova rasa, o corpo do Conselheiro, o eremita, em avançada decomposição, pois morrera há 15 dias atrás. "Rosto tumefacto e esquelético", era o maior troféu naquela guerra intensa e de tão poucos resultados. Confabulamos autoridades, decidindo-se pela degola do morio, a fim de preservar sua cabeça para submetê-la a estudos antropológicos...

Era propósito, igualmente, expô-la publicamente, para que não restassem dúvidas de que fora "extinto aquele terribilíssimo antagonista" e inimigo da Pátria! Esperava-se, segundo Euclides da Cunha, que a "ciência dissesse a última palavra", pois, "ali estava, no relevo das circunvoluções ex-

pressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura”.

Aguardava-se que o professor Raimundo Nina Rodrigues, titular de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, examinasse o crânio do lendário Antônio Conselheiro e desse o seu veredicto quanto ao crime ou à loucura de que o Conselheiro seria ao mesmo tempo, autor e vítima. Ledo engano! Predominava, na época, a escola do criminalista César Lombroso, defensor da antologia criminal. Segundo suas teorias, o exame do crânio de um indivíduo, por determinados parâmetros, poderia demonstrar indícios de tendência à criminalidade ou à loucura, esta, levando à delinquência.

O professor Nina Rodrigues nada encontrou que lhe chamasse a atenção. Era um crânio como outro qualquer. Quanto à inspeção do relevo das circunvoluções cerebrais, tal como esperavam Euclides da Cunha e o mundo científico de então, de sua parte, muito pouco poderia alimentar as esperanças repousando no exame macroscópico.

Vislumbrar indícios de alienação mental, era impraticável. Alterações visíveis nessas condições são muito poucas e não condiziriam com o que se sabia do Conselheiro. As doenças mentais, praticamente, não deixam sequelas cerebrais visíveis a olho nu. Só o exame anatomo-patológico, ao microscópio, poderia acusar algu-

mas possíveis alterações no tecido nervoso.

Sendo muitas das moléstias mentais de natureza funcional, ou seja, de alterações da fisiologia normal do cérebro, não costuma deixar traços de sua presença. A ciência de nossos dias dá, ainda, os primeiros passos na descoberta do que se passa na intimidade do nosso cérebro, à custa de delicados e sofisticados aparelhos e técnicas, no estudo da biologia celular, inclusive dos neurônios.

De outro lado, segundo consta do Capítulo IV — Reflexão Ponderada — pág. 107, do livro de Walnice Nogueira Galvão — “No Calor da Hora” — Ed. Ática — S. Paulo — 1977, diz que “estava a peça envolta em cal e cloreto de cal... extraída toda a massa encefálica... substituída por cal”. Como examinar o que não existia, consoante o relato de jornalista, que cobriu o episódio de Canudos?

Restaria, apenas, a parte óssea — o crânio, cuja inspeção externa quase nada poderia informar quanto ao que se pretendia.

A partir da década de 70, alguns cientistas começaram a levantar o véu que recobre as funções cerebrais em sua intimidade mais profunda. Nosso cérebro é composto por cerca de 100 bilhões de neurônios, que respondem pela sua função.

Identificaram-se os neurotransmissores e os neuro-receptores, em parte responsáveis pelo seu funcionamento. Os primeiros são agentes

químicos cujo papel é o de estabelecer as intercomunicações entre os neurônios, e da distribuição dos sinais elétricos aos neuro-receptores.

Devido a uma disfunção, os neuro-receptores podem originar excesso ou escassez de determinados elementos fundamentais ao bom funcionamento cerebral. O neurotransmissor da dopamina, por exemplo, pode colocá-la em excesso na circulação, ocasionando a esquizofrenia ou, pela sua escassez, o Mal de Parkinson ou a depressão maníaco-depressiva. Os neurotransmissores são os responsáveis pelo pensamento, as emoções, a fala e o comportamento. Tais avanços foram em parte alcançados, com o surgimento do Tomógrafo de Resonância Magnética, que permite visualizar o cérebro em plena função.

Todavia, nem todas as alterações da fisiologia cerebral são devidas a erros metabólicos. Destarte, não se pode denominar propriamente como doença mental, o que é resultado de uma disfunção apenas de caráter metabólico.

Através da engenharia genética, descobriram-se algumas alterações cromossômicas, que podem passar de pais para filhos, e assim sucessivamente. Da mesma forma descobriu-se que a glândula pineal, cujo papel até há pouco era obscuro na fisiologia cerebral, pode, quando submetida a radiações que simulam a infravermelha do sol, aumentar a distri-

buição de neurotransmissores antidepressivos, contra a Depressão Maníaco Depressiva.

Em 1975, foi detectada a primeira substância analgésica natural, elaborada no próprio cérebro. Sua constituição química lembra a da morfina, hoje conhecida como endorfina. Constatam-se assim, os avantajados progressos alcançados pelas pesquisas e a tecnologia modernas.

Consta que o Conselheiro formulara duas profecias quanto ao final de Canudos: seria exterminada pelo fogo, ou se transformaria num mar. Com efeito, a 1.ª de outubro, quando o vilarejo agonizava, iniciou-se o bombardeio com dinamite, do que restara do antigo Belo Monte.

A partir de 1870, o rio Vaza-Barris foi represado, formando o açude de Cocorobó. A represa, construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, terminou em 1982. Com toda a sua "santidade" e dons proféticos, o Conselheiro não vaticinou o inglório trivial e, até pouco tempo, desconhecido destino de sua cabeça. Fora decepada e conduzida a Salvador pelo doutorando João de Souza Pondé, um dos poucos que apresentava condições de certificar que o cadáver encontrado no "Santuário", no dia 6 de outubro de 1897, era o do famoso here-siarca.

Era, realmente, do Conselheiro. Destinava-se a peça anatômica a estudos de Antropologia e Médico-Legais, aos cuidados da

Professora Nina Rodrigues, titular de Medicina Legal da antiga Faculdade da Bahia. Concluído o exame que não confirmou as suspeitas levantadas, foi o indesejável troféu recolhido ao Gabinete de Medicina Legal. Todavia, no dia 2 de março de 1905, irrompeu extenso e violento incêndio no vetusto prédio do Terreiro de Jesus, onde fora a antiga Faculdade de Medicina.

Entre outras dependências e avultados prejuízos, foi atingido o Museu de Medicina Legal, que abrigava a cabeça do "terribilíssimo antagonista" que atendia pela alcunha de Conselheiro. O informe consta de xerox cedido pelo ilustre General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, de uma carta de Afrânio Peixoto ao Dr. Edísio Pondé, membro de tradicional família baiana.

Um jornalista de a "Folha de S. Paulo", que há poucos anos foi à região de Canudos, dá outra versão que não condiz com a primeira, por todos os motivos, fidedigna. Consoante esse repórter, o crânio que encerrava o cérebro tresloucado, teria sido atirado ao mar, num saco contendo pedras.

Consumou-se a previsão do Conselheiro, quanto ao desaparecimento do arraial pelos dois elementos da Natureza: a água e o fogo. No que tange à cabeça do "beato de Quixeramobim", consumiu-se pelo fogo, no valioso e pouco conhecido relato de Afrânio Peixoto, como em parte aconteceu no arraial de sua fundação e triste memória. De outro lado, segundo consta do Capítulo IV, "Reflexão Ponderada", pág. 107 do livro de Walnice Nogueira Galvão, "No Calor da Hora" — Ed. Ática — S. Paulo — 1977, diz que "estava a peça envolvida em cal e cloreto de cal... extraída toda a massa encefálica... substituída por cal".

Como examinar o que não mais existia, consoante o relato do jornalista, que cobriu a expedição a Canudos? Ai está delineado, linhas atrás, o extenso quadro em que se poderia enquadrar a personalidade de Antônio Conselheiro, o qual, indo para a história, como poderia ter ido para o hospício, tornou-se "um grande homem pelo avesso", que "cresceu tanto, que se projetou na história".

WALTER PINHEIRO GUERRA é sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) em S. Paulo.



OS MILITARES E OS POLÍTICOS DURANTE O IMPÉRIO

MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES

O profissionalismo pressupõe a existência de uma massa crítica de condições materiais necessária ao exercício da profissão, conjugada com o reconhecimento e o prestígio — estímulos vitais da satisfação profissional em qualquer ramo de atividade. Todas as vezes que essas verdades foram menosprezadas, a interferência do militar na vida política do País se fez efetiva.

Estas são reflexões que ocorrem a partir da leitura deste artigo, extraído da Revista Marítima (edição janeiro-março do corrente ano). Ele aborda reações ocorridas no Império que se confirmaram no Período Republicano.

Sob esse título, procurei alinhar alguns fatos e opiniões, além de tecer algumas considerações sobre a participação política dos militares e os desacertos e confrontos entre as classes política e militar que contribuíram, ao longo do tempo, para a mudança do regime, transformando o Império na República.

O trabalho foi dividido na análise de três períodos: o primeiro, da Independência ao término da Guerra do Paraguai; o segundo, do

pós-guerra até o final da Questão Militar, e o terceiro e último, desse instante à proclamação da República.

DA INDEPENDÊNCIA AO TÉRMINO DA GUERRA DO PARAGUAI

A análise dos acontecimentos históricos do Brasil independente indica que, com a República — ela própria surgia de um golpe das tropas sediadas na corte,

quando, até o último momento, segundo entende a maioria dos historiadores, a posição de Deodoro era no sentido da derrubada do Gabinete Ouro Preto, mantendo intacta a figura do imperador —, tomou corpo o processo do envolvimento militar, mais do Exército, na vida política nacional.

Se parece correta a consideração da República como divisor de águas do envolvimento militar na vida política e institucional do País, é, por outro lado, razoável conhecer que essa participação não ocorreu de chofre, mas obedeceu a uma longa caminhada pelos 67 anos de Império. Nesse período, as classes políticas representantes do poder civil, ao isolarem e desprestigiarem, principalmente, o Exército, criaram o ambiente de antagonismo que colocou, de um lado, os casacas e, do outro, os militares. O movimento foi brusco com a Regência, ocasião em que providências foram tomadas para afastar os militares das posições de influência política que desfrutavam, reduzir à metade os efetivos do Exército, desprestigiá-lo com a criação da Guarda Nacional e fazer da vida militar o convívio com um sem-número de dificuldades. “Mesmo em campanha, na obra de pacificação do Império ou nas lutas platinas, os vencimentos eram pagos com atraso, entregues os fornecimentos aos regimes da incerteza e da irregularidade, não raro a fome e a angústia de equipamentos fazendo da tropa um corpo de maltrapilhos.” Durante a

Guerra do Paraguai, quando brasileiros morriam nos campos de batalha, as classes políticas entretinham-se em contendas partidárias destituídas de grandeza.

A Constituição do Império, outorgada, por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, após a dissolução da Assembléia Constituinte, autorizava que oficiais no serviço ativo fossem designados senadores, cargo então vitalício, ocupassem posições no Conselho de Estado e se candidatassem à Câmara Temporária, enfim, que participassem da vida política.

Essa postura constitucional se, na opinião de Calógeras, “provou ser um erro, pois conduzia a conflitos entre o dever militar e a disciplina partidária”,² representava, sob outro ângulo, a tradição das Casas reais de Aviz e Bragança e os interesses do imperador e de José Bonifácio, preocupados com que a febre dos ideais liberais, emanados da Revolução Francesa e da Revolução do Porto de 1820, levasse à fragmentação do Império em diversas repúblicas, à semelhança do ocorrido na América Espanhola. Assim, o empenho foi por uma Constituição conservadora e com o poder centralizado no imperador. D. Pedro entendia natural a participação política dos militares de origem aristocrática, além da necessidade, que o momento determinava, da lealdade das Forças Armadas, que lhe deram apoio em 1821 e 1823.

O Primeiro Reinado alicer-

cou-se, sobretudo, no Exército e na Armada, sobretudo, no Exército e na Armada, além de no poder político emanado dos fazendeiros e dos que negociavam com o tráfico de escravos. Não havia mercado interno, o comércio era incipiente e a burocracia já constituía enorme peso para um erário empobrecido.

O 7 de abril de 1831, os acontecimentos durante a Regência, a Guerra do Paraguai e a Questão Caxias, a Questão Militar e a Proclamação da República foram os eventos mais significativos em termos político-militares durante o Império.

A procrastinação do problema do escravo — tratado com tibieza por D. Pedro II, pessoalmente favorável à Abolição, mas, politicamente, contemporizador em relação às forças que dominavam o contexto político-econômico, cujo caldo de cultura enxergava apenas a manutenção do *status quo* e de seus interesses imediatos — trouxe ao Império constrangimentos internacionais sérios e atrasou a chegada dos imigrantes, que se mostrariam tão necessários ao desenvolvimento brasileiro, não só com a força de seu braço, mas, sobretudo, com o que trariam em vontade para mudar uma mentalidade rançosa, que fazia o imobilismo sua razão de ser. Os militares, à medida que as gerações se sucediam, percebiam a necessidade de abolir-se a escravatura. Após a Guerra do Paraguai — quando inúmeros escravos alforriados, muitos deles para subs-

tituir seus senhores brancos que fugiam ao dever de defender o Império, constituíram expressivo contingente de nossas tropas, pelejando ombro a ombro com os brancos e mulatos contra o inimigo —, não havia mais dúvida quanto à posição militar. “Imigração e conscrição estavam estritamente associadas à Abolição, pois os militares aspiravam a um Exército de conscritos livres e instruídos, em lugar de escravos coagidos e analfabetos.”³

Antes de serem estudados, embora de modo resumido, os eventos citados, é oportuno tecer algumas considerações sobre a origem da oficialidade das forças de mar e terra, sua educação, enfim, tentar, em poucas pinceladas, traçar os seus perfis.

A Marinha nasceu com a Independência. Com a família real, chegou a bordo da Nau *Conde Dom Henrique* a Academia Real dos Guardas-Marinha, que se tornou a nossa Escola Naval. Estava pois garantida a educação acadêmica da oficialidade. Contudo, a Marinha, nos primeiros anos, não possuía, entre brasileiros, oficiais qualificados para o exercício do comando do mar. D. Pedro I percebeu que sem a Armada não conseguiria, com a urgência que se impunha, expulsar os portugueses de suas bases na Bahia, Recife, São Luís, Belém e Montevideu, o que colocaria em risco a unidade do Império. Optou, então, pela contratação dos serviços de oficiais, predominantemente in-

gleses, e também de praças estrangeiros, entre eles Lorde Thomas Alexandre Cochrane. Assim, os jovens oficiais — futuros comandantes — tiveram, no mar, nas lides do combate e em seus chefes, excelentes mestres e a melhor prática para sua formação profissional, o que contribuiu para que a Marinha Imperial fosse, desde as campanhas da Independência, com o ápice alcançado na Guerra do Paraguai, uma força que se distinguiu pelo profissionalismo.

As reformas de ensino introduzidas na década de 50 tiveram por escopo, principalmente, atender à evolução da tecnologia imposta pela máquina a vapor e pelos novos canhões.

Ao longo de todo o Império, a oficialidade da Armada procedeu, na sua maioria, de famílias bem-sucedidas na escala social, até porque havia necessidade de bens pecuniários para a aquisição do custoso enxoval (prática que, inexplicavelmente, se manteve até 1947). Assim, não dependia de seus vencimentos para viver, era ligada ao Partido Conservador e manteve-se em expressiva maioria monarquista, embora não favorável à escravatura.

O Exército, nos primeiros momentos, à semelhança da Marinha, precisou apelar para mercenários europeus. Desde D. João VI até 1840, a oficialidade tinha duas origens, uma na alta aristocracia e outra nos filhos de militares, funcionários civis e pequenos proprietários de terra, que eram encami-

nhados à carreira das armas por falta de recursos de seus pais para matriculá-los nas escolas de Direito e Medicina ou destiná-los ao comércio. Os de origem aristocrática, com formação superior, não eram exatamente militares profissionais, pois podiam exercer cargos em diferentes atividades fora da profissão. Chegavam ao posto de major, em média, aos 27 anos e ao de general pouco depois dos 40. "O futuro Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes, 1772-1842) entrou para o colégio dos nobres em Lisboa, aos 16 anos de idade. Pouco depois, transferiu-se para a Academia Naval, onde, segundo tudo indica, estudou tão brilhantemente que mereceu o posto de capitão-de-mar-e-guerra aos 21 anos. Considerado demasiado jovem para essa posição, passou para o Exército na qualidade de major. Este nobre mineiro atingiu o posto de general aos 39 anos. Um caso extremo foi o futuro Duque de Saldanha, que foi capitão aos 16 anos e general aos 28. Posição em serviços governamentais era mais uma função da classe social do que técnico-profissional." "Para os da segunda vertente, a origem era o assentamento de praça. Poucos atingiam o posto de capitão e somente a guerra permitia ultrapassá-lo. Em termos acadêmicos, exigia-se pouco para o ingresso: ser alfabetizado e as quatro operações. "Acooptação aristocrática atenua-se a partir de 1824 com a necessidade de concurso de capacidade

para que o cadete passe a oficial.”⁵ O Marquês de Herval, Beaurepaire-Rohan, e, mais tarde, Deodoro, entre outros, percorreram esse caminho inicial.

Ao longo da primeira metade do século XIX, os dois tipos de carreira fundiram-se, à medida que os de origem aristocrática deixavam-na cedo e, ainda, por haver mudado o interesse na destinação dos filhos dessa classe social para as escolas de Direito e, em menor número, para os de Medicina. Aos bacharéis, passaram a ser reservados progressivamente os cargos na política e na alta administração pública.

O *Militar*, jornal antigovernamental, publicado por jovens oficiais durante um ano (julho de 1854 a julho de 1855), em razão de um deputado haver proposto uma lei proibindo os oficiais no início de carreira de contratar casamento sem autorização do ministro da Guerra, publicou, em relação ao problema da origem da oficialidade: “Quem se quiser dar ao trabalho de examinar a filiação dos moços que freqüentam a Escola Militar verá que, salvo uma ou outra exceção, eles são todos de família pouco abastada e sem influência para criar-lhes uma posição de onde possam ser úteis a si e a seus camaradas; e quando encontrar algum nome desses que possuem o mágico condão de criar políticos abalizados, estadistas profundos, diplomatas felizes e administradores fecundos, pode de antemão afirmar que é um bas-

tardo, sobrinho pobre, ou parente muito afastado; os filhos, os parentes e pupilos ricos são destinados para os cursos jurídicos...”⁶ “Lei de setembro de 1850 revolucionou a estrutura do corpo de oficiais, atribuindo a indivíduos portadores de diplomas da Academia Militar privilégios em relação aos que não possuísem.”⁷ Foi sobretudo auspicioso, do ponto de vista profissional, colocar o saber como item de mérito. É interessante observar que até a Guerra do Paraguai havia pouco interesse na formação acadêmico-profissional dos oficiais das armas de infantaria e cavalaria. “Em 1858, o ministro da Guerra separou o curso de engenharia civil da pauta estritamente militar do programa: o curso de engenharia permaneceu no centro do Rio, cabendo ao curso militar mudar-se para a Praia Vermelha (onde esteve até 1904). Os oficiais das armas combatentes deviam freqüentar cada um desses institutos durante um ano, devendo os oficiais de artilharia e estado-maior ficar três anos na Escola Central e, em seguida, dois na Praia Vermelha; engenheiros do Exército cursavam quatro e dois anos, respectivamente. A Escola Central foi transformada em Escola Politécnica estritamente civil em 1874.”⁸

É importante ressaltar o desinteresse existente nas classes políticas e nos brasileiros aristocratas e donos de terra pela profissão de engenheiro. Esse fato explica, pelo menos em parte, a defor-

mação intelectual das chamadas elites brasileiras, inclusive no pouco gosto que ainda hoje devotam às matérias que têm por base a matemática. Sem o domínio ou mesmo ignorando os diferentes ramos das engenharias, foi difícil a essas elites compreender e preparar-se para a revolução industrial, sem esse entendimento, equacionar o desenvolvimento brasileiro. Criou-se, em decorrência, um caldo de cultura dominado pelo palavrório e onde havia a suposição de que o Império poderia continuar a se sustentar na monocultura extensiva, no braço escravo, na especulação mercantilista e na burocracia, todos amparados direta ou indiretamente pelas tetas do Estado. Ademais, em razão da cultura bacharelesca, havia a crença de que bastaria elaborar a lei para que tudo fosse resolvido.

Entre os oficiais do Exército, “os líderes mais esclarecidos, frequentemente treinados como engenheiros, sentiam que o Brasil necessitava de estradas de ferro, pontes e vias de comunicação em geral, bem como de uma campanha contra as moléstias tropicais, para poder progredir. Incluídos neste grupo afeito à modernização estavam o Conde D’Eu, Osório, Pelotas, Maracaju, Rebouças, Ewbank da Câmara, Sena Madureira, Cunha Matos e Tibúrcio; frequentemente não tinham êxito”.⁶ O Exército, fruto de suas necessidades profissionais, cuidou bem desse mister.

A educação militar — pelo trato com as áreas ligadas à matemática e à engenharia, pela objetividade e rigor do ensino — formava caracteres diversos daqueles dos bacharéis, preparados para formular e interpretar leis e para a retórica em voga entre os políticos e jornalistas da imprensa partidária. *O Militar*, em abril de 1855, alertava: “Srs. legistas*, o período de vossa usurpação está acabado... Deixastes chegar a agricultura até às bordas da sepultura... Tendes desprezado e mesmo estorvado com essa teia inextricável de leis e regulamentos.... todo e qualquer desenvolvimento industrial. Tendes comprometido a expansão espontânea do comércio... não lhe fornecendo essas vias por onde sua vida se comunica.”¹⁰

À origem e à educação parece correto aditar outra parcela que contribuiu para formar o perfil da oficialidade de terra e do mar. Trata-se da própria vida profissional dos que abraçaram cada uma das carreiras. O oficial do Exército — em decorrência de sua presença em diferentes províncias quando das lutas pela independência, pacificação e consolidação do Império, e, após, em comissões normais, impostas pelo exercício da profissão, espalhados pela imensidão do território — foi colocado em contato mais íntimo

* Designação genérica dos políticos, em voga entre militares; posteriormente, o termo casaca foi mais usado.

com a realidade brasileira que o fez conhecedor de sua terra e de sua gente, o que permitiu que constata-se o marasmo existente e o atraso do Império. É razoável a ilação do auto-incentivo para que opinasse sobre problemas brasileiros e de que essa atitude levasse a parte mais esclarecida da oficialidade a confrontar com a classe dirigente do Império, com evidente conotação política. O oficial de Marinha, mesmo após a Guerra do Paraguai, levou a vida embarcado, em sua maioria, ou nos estabelecimentos de terra, que se destinavam ao apoio técnico e logístico às forças navais. Assim, a vida no mar cerceava-o ao navio, que passava a ser também sua outra família, sua pátria e parte de sua alma. Essa situação tornou-o inteiramente dedicado à profissão e afastou-o, de modo geral, da participação nos problemas políticos. O perfil conservador e de lealdade ao Império foi uma consequência natural para o oficial da Marinha.

DO PÓS-GUERRA ATÉ O FINAL DA QUESTÃO MILITAR

Adissolução por D. Pedro I da Assembléia Constituinte e a outorga da Constituição, que foi mantida ao longo do Império, foram motivos para o período de hostilidade entre o monarca e o Legislativo. Circunstancialmente de espírito liberal, mas de berço um absolutista, a Assembléia e a Constituição, mesmo a imposta, eram

freios de difícil assimilação cultural pelo imperador. "Volveu-se então para a tropa que ele amava e com a qual estava acostumado a viver; a partir desse momento, o Exército tornou-se suspeito ao Legislativo e este tudo envidou para o enfraquecer, a fim de diminuir o poder imperial." "Conquanto a Campanha Cisplatina fosse impopular, por perceber a Nação que era mais uma questão da Casa de Bragança que um interesse do Brasil, a derrota das armas do Império foi motivada, em parte, pela incompreensão e falta de acordo entre o imperador e o Legislativo, que negava recursos ao Governo para a campanha. A popularidade do imperador era fator importante no sistema por ele instituído a partir de 26 de fevereiro de 1821, "quando o Príncipe D. Pedro legitima, com seu juramento, a revolução portuguesa e passa a conviver diretamente com o povo, sem intermediários, cesariamente. A aclamação é outro golpe da mesma essência — a Nação se corporifica no seu imperador, unido carismaticamente à fonte de sua soberania, anterior às assembléias".¹² Mas sua popularidade começara a diminuir ao final da década e continuou a decrescer com a desconfiança do povo de que tomava decisões políticas em benefício dos portugueses. Aumentava a distância entre o monarca, que tinha a autoridade desgastada, e os brasileiros. A situação passou a deteriorar-se com rapidez. Não só a população opunha-se a D. Pedro,

mas também à tropa, que lhe dera sustentação em 1821 e 1823 e onde já “figuravam numerosos brasileiros, tanto entre os oficiais como entre as praças. Militares e civis fraternizavam francamente”.¹³ “O Exército não era mais instrumento obediente ao imperador, como nos dias de novembro de 1823. Estruturado por D. Pedro, não se amesquinhou ao papel de guarda pretoriana.”¹⁴ O 7 de Abril, consequência do veto da população ao gabinete escolhido por D. Pedro, ocorreu porque o Exército não mais o apoiava. A classe política, mesmo com o apoio do povo do Rio de Janeiro concentrado no Campo de Santana, não haveria de conseguir o que perseguia sem o apoio militar.

A presença política do Exército continuou logo após o 7 de Abril, com a aliança que os políticos moderados, os *chimangos*, ao centro, buscaram com a tropa, para poderem excluir os exaltados, *farroupilhas* ou *jurujubas* à esquerda, e os *caramurus*, restauradores saudosos de D. Pedro I, à direita. A Regência Trina Provisória era composta, além de Vergueiro e do Marquês de Caravelas, por Francisco Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, que tivera papel o mais saliente à frente da tropa no movimento contra o imperador. Contudo, “a obra da Regência, conduzida pelos moderados, não se esgota no afastamento dos exaltados e na anulação dos restauradores. Para subsistir devia libertar-se de outras

forças e buscar uma base estável de poder. O Exército seria, desde logo, excluído das decisões políticas, envolvido, subversivamente, em conjurações e complôs frustrados, depois que o 7 de abril despertou-lhe novos horizontes políticos”.¹⁵ O mecanismo usado por Feijó, ministro da Justiça da Regência para neutralizar um exército que se tornara deliberante, foi a criação da Guarda Nacional, na jurisdição do ministério da Justiça, em substituição às Milícias e Ordenanças, forças da reserva, sob a autoridade do ministro da Guerra. O propósito do ato de Feijó era o de contrabalançar, nas províncias, o poder político do Exército, inclusive pela desconfiância da participação de militares em movimentos republicanos. A estruturação da Guarda Nacional determinava-lhe conteúdo monárquico e escravagista, além de agente dos interesses políticos do poder central. Concomitantemente, efetivos do Exército foram diminuídos de 30 para 15 mil homens e reduzido o orçamento das duas forças. A Guarda Nacional certamente foi empurrada pela garganta dos militares mas não por eles digerida, e com isso contribuiu para o descontentamento da tropa de linha.

As Regências foram épocas de dificuldades políticas somadas a tumultos, desordens, motins, revoltas e revoluções em diferentes províncias. O Maranhão foi apaziguado em 1832, o Amazonas em 33, o Ceará em 34, Pernambuco

em 35 e o Pará em 37. Balaiada, Praiaira, Sabinada e Cabanagem são nomes gravados na História do Brasil. O mais grave movimento de contestação ao poder central, contudo, foi a guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha, em razão do longo tempo de sua duração (1835-45), das forças envolvidas e, sobretudo, por sua localização geográfica. Em razões as mais breves, duas foram as causas que determinaram esse estado de coisas: o descrédito na autoridade do poder central e o desejo, nem sempre claro, de secessão com o surgimento de repúblicas. "As regências, governos provisórios que eram, não possuíam energia precisa ou coisa que se comparasse com a força ingênita dos detentores constitucionais e permanentes do poder."¹⁶

D. Pedro II cuidou, ao início de seu reinado, da pacificação do Império — quando, uma vez mais as forças de terra e mar atuaram decisivamente — que foi selada com as vitórias sobre as revoltas em Minas e São Paulo, em 1842, no Rio Grande do Sul em 1845, pondo fim à Revolução Farroupilha e, em Pernambuco em 1848 e 1849. A tranquilidade para o exercício do governo estava assegurada.

A Guerra da Tríplice Aliança contra Francisco Solano López foi o fato histórico de maior importância durante o Império, o que demandou as maiores dificuldades em seu tratamento a nível de governo e aquele que maior número de seqüelas deixou.

As dificuldades enfrentadas avolumaram-se em razão do despreparo das forças brasileiras ao início do conflito. É razoável lembrar que coube ao Império fornecer à Aliança os maiores contingentes de homens e material.

Acrescentou-se o espírito de luta do soldado paraguaio, cuja vontade, disciplina e lealdade a López levava-os à beira do fanatismo, na defesa do solo pátrio. A essas constatações de ordem militar somou-se a inexistência da unidade política necessária à condução da guerra, o que, inequivocamente, prejudicou o desenrolar das operações na frente de combate. Tal insensatez — que se tornou mais acentuada após a designação do Marquês de Caxias, conservador, pelo governo liberal, para o comando das forças brasileiras de terra e mar — levou o comandante-em-chefe a pedir exoneração, o que gerou a chamada Questão Caxias. Esse estado de coisas frutificou no pós-guerra, quase semente adubada em solo fértil, na confrontação entre a classe política, os *casacas*, e os militares, em uma série de eventos que recebeu o nome de Questão Militar, que determinou a antecipação da Abolição e, mais que qualquer outra causa, a Proclamação da República.

Sobre a situação ao início da guerra, "dois fatos gerais explicam toda a desordem havida: o primeiro — ocasional — a nossa imprevisão de todo o procedimento de López — quando a diplomacia

do Império assumiu o postulado de que as fortificações de Humaitá, onde trabalharam engenheiros militares brasileiros a pedido do governo paraguaio, seriam utilizadas contra a reconstrução do vice-reinado e nunca contra o Brasil, e "do dogma criado pelos conservadores de que a aliança com o Paraguai era o principal interesse do Brasil no Prata" —; o segundo, *permanente, essencial, o enfraquecimento de todo o sistema militar do Império.*" (grifos do autor)

Quando, em 1862, ocorreu a questão inglesa, o País constatou que estava inteiramente desarmado, sem Exército e sem Marinha; que não fez senão dormir na paz e na tranquilidade de um sono militar de vinte anos, mais de uma geração — interrompido apenas pelo golpe contra Rosas. Há então uma reação. A atenção volta-se para as defesas do país, mas somente para o estado de nossas fortalezas, meros simulacros à entrada do Rio de Janeiro e da Bahia, como provaram ser diante da *Fragata Forte* e, depois da *Wachusett*. A política, mais forte que todas as preocupações, envolvia, estragava, enferrujava todas as molas do serviço público (...) "A verdade é que a censura de desconhecer as condições militares e a força perturbadora do Paraguai, causa da imprevisão notada, aplica-se, sem exceção, desde o Imperador a todos os partidos, governos, homens públicos, diplomatas e militares da época."¹⁷ Contudo, *O Militar*, denunciando a falta de preparo mili-

tar do Brasil, perguntara se a Guarda Nacional e os índios eram capazes de defender-se "contra uma nação de 250.000 habitantes, onde cada homem é um soldado". A despeito de ter sido a década posterior à queda de Rosas, proveitosa para a instrução militar, pequenos foram os esforços do governo no sentido de preparar seu exército para uma guerra de envergadura, registra e comenta John Shultz.

No tocante à desunião e aos desacertos da classe política em relação à conduta da guerra, são registradas algumas, entre muitas outras situações:

Durante a campanha do Uruguai, entre a partida de Saraiva, plenipotenciário e a chegada de Paranhos, "o árbitro de nossa posição no Prata ficou sendo o Almirante Tamandaré (...) durante a missão Paranhos, Tamandaré parece, com efeito, ser a primeira figura para o governo do Rio".¹⁸ Dessa situação resultou o sacrifício do plenipotenciário, saindo-se Tamandaré prestigiado pelo imperador.

No auge da crise, Paranhos lembrou ao Governo o nome do Marquês de Caxias para substituir o General Mena Barreto, que se encontrava doente, no comando das tropas de terra, e do Vice-Almirante Joaquim José Inácio, o futuro Visconde de Inhaúma, para o lugar de Tamandaré no comando da esquadra do Prata. Se não fazia sentido a substituição de Tamandaré, o mesmo não poderia ser ar-

gumentado em relação a Mena Barreto, inclusive pelo apoio recebido por Caxias do ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan. "As dificuldades surgiram quando, instado pelo ministro, Caxias condicionou sua aquiescência à nomeação para presidir a província do Rio Grande, alegando que nesse posto e só nele poderia livremente dispor da Guarda Nacional, a principal força com que poderia contar na província, em caso de invasão paraguaia, e que não dependia do Ministério da Guerra".¹⁹ Assim fora quando Caxias assumira o comando para terminar com a Revolução Farroupilha. Do ponto de vista político-partidário, isto é, do Partido Liberal que se encontrava no poder, entregar a um conservador o governo da província e a Guarda Nacional era assunto que não seria colocado em discussão. "Entre os senadores do Rio Grande do Sul, figurava, desde 1845, o Marechal Luis Alves de Lima e Silva, Marquês e mais tarde Duque de Caxias. Era fervoroso conservador e por duas vezes fora ministro e presidente do Conselho. Suas opiniões pesavam muito nas deliberações conservadoras, e sua investidura política o tinha levado a intrometer-se nas pejejas partidárias. Daí lhe adviera funda desconfiança para com seus adversários."²⁰ O problema foi encarado pelo Governo como de política-partidária, o que era uma abordagem inadmissível, pois ignorava a solução do comando militar que se impunha em momento da maior

gravidade, porquanto o que estava em jogo era a defesa do Império, prestes a ser agredido. "Numerosos eram os generais de toda a graduação aptos para comandar tropas e as levar valentemente ao combate: mas o Brasil só possuía um estrategista, e este era o marquês."²¹

"Diante da obstinação do general em manter sua condição, o ministério fez um apelo ao soldado que devia obediência. Era uma razão política envolta numa imposição militar. E Caxias, mais militar do que político, não duvidou em alegar, por sua vez, uma razão política. Era soldado, mas era senador, e dependeria sua ida de uma licença no senado, onde contava com a maioria conservadora."²²

Caxias permaneceu na Corte. Beaurepaire Rohan pediu exoneração e foi substituído por Silva Ferraz, inimigo político do marechal.

"Até López pedir à República Argentina, em janeiro, permissão para atravessar Corrientes, era razoável tratar a contingência da invasão do Rio Grande como inverossímil, abrigado como ele estava pela fronteira neutra intermediária. Depois daquele pedido, um segundo ato de loucura da parte de López, como fora atravessar o território argentino a despeito do *Casus belli* declarado, não tinha o mesmo grau de inverossimilhança que antes. Não era ainda provável, mas já obrigava a proteção da fronteira contra qualquer empresa possível. É depois da invasão de Corrientes,

em meados de abril, que o ataque ao Rio Grande se torna provável, se não certo, e, desde então, tudo impelia a guarnecer as passagens do Uruguai. Sobrevém, entretanto, nessa ocasião, a crise ministerial no Rio de Janeiro, com todas as conseqüências que a mudança de gabinete sempre trazia, tanto mais que a passagem do poder dos Históricos para os Progressistas equivalia, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde cada grupo ou partido tinha o seu general, a uma mudança de situação, ou, pelo menos, a um profundo abalo entre os chefes militares. Acrescentou Nabuco: "A província está dividida entre três partidos que não assinaram trégua durante a guerra, o Liberal, o Conservador e o Baronista, por causa do seu chefe, o então Barão de Porto Alegre. (...) As questões da guerra eram todas vistas politicamente."²³

As passagens do Uruguai não foram guarnecidas. O Brasil foi invadido. Após a vitória naval do Riachuelo (11.06.65) e o sucesso das armas brasileiras em Uruguaiana (18.09.65), ante a temeridade do avanço de Estigarribia, o Paraguai é invadido, mas a guerra tida como vencida estagnara.

Em 22 de setembro de 1866, pouco mais de um mês do governo liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que sucedera o gabinete liberal do Marquês de Olinda, as forças da Tríplice Aliança sofreram grave derrota em Curupaiti. A situação difícil na frente de combate levou o ministério, em outubro, a

nomear Luis Alves de Lima e Silva, comandante-em-chefe das forças brasileiras no teatro de operações. Tudo leva a crer que não existia alternativa, pois Caxias era o grande estrategista. Do ponto de vista político-partidário, contudo, duas dificuldades tiveram que ser vencidas: o gabinete liberal e o Ministro da Guerra Silva Ferraz. O momento impunha o sacrifício do ministro, pois não poderia haver arestas entre ele e o comandante do teatro de operações. Mas, "sacrificando o seu ministro da Guerra à necessidade de mandar para o Paraguai o Marquês de Caxias, Zacarias tinha de antemão assentado a própria demissão, no caso de ser com ele a nova incompatibilidade do novo comandante-em-chefe. Onde fora dispensado o ministro da Guerra, podia bem ser dispensado o presidente do Conselho. Esse era o fato que dominava a situação política: o gabinete estava à mercê do seu general e com ele a situação."²⁴

Do ponto de vista militar, preliminarmente, há que ser registrada a questão do comando, não só ao que concernia estritamente às forças brasileiras, às quais faltava a unidade necessária, mas também ao comando das forças da Tríplice Aliança, uma vez que "Bartolomeu Mitre, comandante-em-chefe dos aliados, via-se coato em sua missão pelas perturbações da ordem na Argentina".²⁵ Tamarandé e Inchausti desconfiava da República Argentina e receavam levantes da parte dos argen-

tinou à retaguarda das forças em campanha. Assim, não cumpriram a vontade de Mitre quanto ao emprego das forças navais, e, por isso, eram por ele acusados de *inércia*, quando era exigido o máximo de eficácia nas ações empreendidas. “O General Osório retira-se para o Rio Grande alegando doença — mas, em realidade, nem ele, nem o General Marques de Sousa, o futuro Conde de Porto Alegre, concordavam com a direção dada por Mitre.”²⁶

Ao assumir o comando das forças brasileiras, Caxias, além dos problemas de relacionamento dos comandos, encontrou suas tropas estagnadas ante o quadrilátero de Humaitá, consumidas pelas epidemias, talvez mais do que pela ação do inimigo. Compreendeu, então, que as dificuldades a enfrentar eram, principalmente, de ordem logística — afinal os exércitos operavam em terreno desconhecido, sem mapas, a distâncias enormes de suas bases — e, com a paciência e a persistência que se impunham, procurou solucioná-las. Ao assumir o comando das forças aliadas, com o retorno definitivo de Mitre a Buenos Aires, já havia acertado as diferenças com a Esquadra e conseguido a unidade de comando indispensável. “A verdade é que Caxias não parou, e o comando das forças aliadas ensajara-lhe o exercício pleno do comando e da direção geral das operações e só então, no primeiro papel poderia dar a exata medida do seu valor.”²⁷

Os políticos do Partido Liberal e sua imprensa, entretanto, não aceitaram a designação de Caxias e o sacrifício do ministro da Guerra, e acusavam o general “de não dar ao curso da guerra uma energia suficiente”.²⁸ Caxias queixava-se de que o Governo não lhe dava os meios que solicitava. Prevaleciam os interesses menores, e as questões partidárias nunca deixavam de existir. “Exércitos, baixas, mortes, moribundos e feridos, hospitais e epidemias, consideravam-se como coisas distantes, assuntos para discussões de oposição ou de críticas a governos, ocasião para considerações entre liberais e conservadores no campo de oficiais. Entrementes, o sangue brasileiro corria em regatos e ondas. O pavoroso egoísmo das classes civis não podia ser mais profundamente impatriótico”.²⁹

No dizer de R. Magalhães Júnior, Caxias era “criticado desca-bidamente pela imprensa liberal, que ia aos extremos do desvario, negando-lhe até mesmo a capacidade profissional e pondo-lhe apelidos degradantes. Caxias, por sua vez, não escondia o desapeço em que tinha o chefe do gabinete, o famoso Zacarias”.

Em 8 de agosto de 1867, de Tuiú-Cuê, Caxias escreve à sua mulher: “Não tenhas cuidado de minha sorte, porque Deus é grande e eu sou fatalista, se tiver de morrer tanto hei de morrer estando aqui como lá, há de ser o que Deus quiser, pois estou muito tran-quilo e cumprindo sempre o meu

dever, não me acusa a consciência de ter nunca facilitado estas coisas; quando todos diziam que isto era muito fácil, você sempre me ouviu dizer que era a guerra mais difícil que se poderia fazer na América do Sul." Essa postura, a da guerra fácil, era encontrada principalmente no meio civil, estimulada pelos políticos e pela imprensa partidária. É provável que as vitórias do Riachuelo e em Uruguaiana, seguidas da invasão do território paraguaio houvessem estimulado "as esperanças com que no Brasil, antes de Curupaiti, e mesmo depois da nomeação de Caxias para o comando, se encrava o desfecho da luta". Mas, não eram só os brasileiros que estavam contaminados com o vírus da vitória fácil. É célebre a frase de Mitre, logo após o rompimento das hostilidades: "Em 15 dias nos quartéis, em um mês de campanha, em três meses em Assunção." Contudo, não existe registro de pronunciamentos de Caxias nesse sentido. "O López", continua Caxias, "não quer me dar batalha em campo raso, e só me espera atrair de suas trincheiras, onde não me convém combater, não só porque nossos soldados são na maior parte recrutados vindos para cá há 3 ou 4 meses e tirados dos escravos de má conduta que os senhores se queirão ver livres deles, como porque seu número não é suficiente para bater os soldados de López, disciplinados e muito bem fortificados."

E quem era o soldado guarani? Eis o testemunho de Juan

Bautista Alberdi, "o mais poderoso publicista argentino", opositor de Mitre, inimigo do Império, de posição contrária à Confederação Argentina haver assinado o Tratado da Tríplice Aliança e admirador de López: "O Exército paraguaio é numeroso relativamente ao seu povo. Todo cidadão é soldado, e como não há um cidadão que não seja proprietário de um terreno cultivado por ele e sua família, cada soldado defende o seu próprio interesse e o bem-estar de sua família, na defesa que faz do seu país (...) Todo soldado paraguaio sabe ler e raro é o que não sabe escrever e contar. Essa condição não é a do escravo em nenhum país moderno; e se a leitura preparasse ao servilismo, os países livres não a propagariam no povo como elemento de liberdade."³⁰ Caxias escreve em despacho privado ao imperador, em 18 de novembro de 1867: "Todos os encontros, todos os assaltos, todos os combates havidos desde Coimbra até Tuiuti, mostram e sustentam de uma maneira incontestável que os soldados paraguaios são caracterizados de uma bravura, de um arrojo, de uma intrepidez e de uma valentia que raia a ferocidade sem exemplo na história do mundo; (...) longe de economizar uma vida, parece que buscam com frenético interesse a ocasião de sacrificá-la por outra vida ou por muitas vidas de seus inimigos (...). Vossa Majestade houve por bem encarregar-me muito especialmente do emprego do ouro para, acompanhado

do sítio, aplinar a campanha do Paraguai, que vinha fazendo-se demasiadamente longa e carregada de sacrifícios, e aparentemente impossível pela ação das armas; mas o ouro, Majestade, é matéria inerte contra o fanatismo pátrio dos paraguaios desde que estejam sob o olhar fascinante e o espírito magnetizador de López.”³¹ Continua Caxias sua missiva à esposa: “(...) Apesar de tudo, se a Esquadra passar Humaitá a guerra se acabará muito breve e, caso contrário há de durar muito. Mas eu, dada a batalha, ou provado que a Esquadra não pode subir o rio, peço demissão, porque já estou cansado e doente.”³² Esta correspondência deixa transparentes as amarguras de Caxias ante as críticas injustas que recebia, diz da má qualidade dos soldados que lhe eram enviados e concede à Esquadra posição decisiva no desenrolar da guerra.

É interessante, no contexto apresentado, a citação de excertos do parecer do Conselheiro Nabuco de Araújo sobre a alforria dos escravos para lutarem no Paraguai, submetido ao Conselho de Estado, provavelmente em abril de 1867. Da leitura do parecer depreende-se, entre outros aspectos, o estado de espírito em que viviam o País e a corte, em razão da guerra, a fragilidade política da Tríplice Aliança, o impatriotismo dos políticos e a razão de Caxias quanto à qualidade da tropa que era colocada pelo Governo à sua disposição: “Senhor! O estado da

guerra é deplorável; pelo que dizem as correspondências, o nosso Exército não tem forças para empreender as operações que a situação vantajosa do inimigo exige. Entretanto, a prolongação da guerra com a pequena República do Paraguai nos desaira aos olhos do estrangeiro (desde então já existia esse tipo de preocupação...). E o nosso povo desanima porque o seu caráter é o *entusiasmo* e não a *perseverança* (grifos do autor). Vossa Majestade, porém, que está à frente da Nação, deve continuar no empenho glorioso de salvar a dignidade, não obstante a indiferença e a inércia que se vê; deve conjurar as contingências de uma paz, que será uma vergonha para a geração presente, uma indignação para as gerações futuras.

“É preciso reforçar o Exército e reforçá-lo desde já, para que ele possa sair da posição apertada em que se acha, e dividir-se, se for necessário empreender diversas operações em diversos pontos.

“Mas espera o Governo, só com recrutas, guardas nacionais e voluntários reforçar o Exército com o número que ele exige e com a urgência que as circunstâncias reclamam? A consulta dirigida ao Conselho de Estado revela que não. Eu também não tenho esta esperança. Podemos levantar uma força poderosa, mas tarde.

“Entretanto, podem sobrevir circunstâncias que alterem o estado atual das coisas, como sejam o rompimento da Aliança, a me-

dição da Europa ou da América do Norte, a cooperação da Bolívia, a guerra civil na República Argentina ou Oriental, e, pois devemos prepararmo-nos antecipadamente para prevenir tudo.

“Um complexo de causas concorre para a dificuldade que estamos tendo para reforçar o nosso Exército com urgência. São, entre elas, a falta de recenseamento, a qualificação defeituosa da guarda nacional, o nosso vasto território, a população disseminada, a ausência de tropa regular para seguir e apreender os refratários, as intrigas políticas que convertem em perseguições uma causa nacional (...). Em todo caso, a guerra nos será ainda mais desastrosa e nos aniquilaria, se por levamos em massa, se por medidas violentas, que talvez causassem profundas reações, tirássemos à indústria e à lavoura os braços que nelas se empregam.

“Nestas circunstâncias, é preciso fazer o que as outras nações fazem quando lhes é difícil mobilizar forças; ou o engajamento de estrangeiros ou a alforria dos escravos (...). Resta o recurso dos escravos, escravos principalmente das capitais, onde o seu serviço pode ser bem substituído por braços livres, onde a sua aglomeração é um perigo à ordem pública”.

A consideração a ser feita é a de que os escravos das capitais pelo tipo de trabalho que executam e por se constituírem em um perigo

à ordem pública, quando em aglomerações, não poderiam tornar-se um exemplo de disciplina como assinala adiante. A pergunta seria: se a ausência do trabalho que faziam esses escravos não era de fazer moessa à lavoura e à indústria, por que não mandar para a frente de combate os homens livres que facilmente os substituiriam?

Estava pleno de razão o Marquês de Caxias nas observações que iria fazer a sua mulher sobre a qualidade dos aforriados que eram selecionados para a luta.

“Este meio seria odioso se os escravos fossem tais depois de soldados (...) Mas não é assim, os escravos comprados são libertos, e por consequência cidadãos soldados. É a Constituição do Império que faz o liberto cidadão (...). Assim ao mesmo tempo e pelo mesmo ato, se faz um grande serviço à emancipação, que é a causa da civilização, e outro grande serviço à guerra, que é a causa nacional: assim adquirem-se soldados devotados pelo reconhecimento da liberdade, disciplinados pelo seu hábito de obedecer (...). Mas, nem em um, nem em outro caso a nação manifesta impotência, porque, como já tive a honra de dizer, muitas vezes as nações têm recorrido aos estrangeiros, como podem recorrer aos escravos aquelas que os tiverem, só pela dificuldade de mobilizar forças nacionais, ou porque querem poupar os braços que estão aplicados à indústria e à lavoura (...) Entretanto as nações ci-

vilizadas* não de aplaudir este ato que, interessando à guerra, interessa também à emancipação.”³³

O parecer do eminente Conselheiro Nabuco de Araújo, visto nos dias que correm é, portanto, fora do seu momento histórico, encerra, no mínimo, alguma dose de cinismo.

Retornemos à narrativa dos acontecimentos.

O Marquês de Caxias, sentindo-se desprestigiado e sem a cobertura do Governo, solicita exoneração do comando, em ofício que chegou à Corte em princípio de fevereiro. “Em realidade, não é senão o desfecho de um longo período de deterioração entre o Governo e o general”.³⁴ O motivo alegado foi o de saúde. As verdadeiras razões, Caxias transmite-as a Paranaguá, e estas estavam ligadas às discussões havidas sobre sua atuação na guerra, em razão de artigos veiculados pela imprensa. Destaca o editorial publicado no *The Anglo-Brazilian Times*, em 7 de janeiro de 1868, de autoria de seu diretor William Scully. Talvez este tenha sido o artigo que mais ferisse o amor-próprio do ilustre brasileiro. Nele predominam a ironia, o desrespeito e a citação de nomes de generais, também destacados chefes, como mais capazes de conduzir a guerra a bom termo, em menor período de tempo: “não fal-

tavam no Exército os Osórios e os Porto Alegres, capazes de conduzi-lo a um nutrido ataque a todas as posições do inimigo”.³⁵ A causa de tudo, “ao menos ostensivamente”, dizia na carta, é o prolongamento da guerra, “atribuindo um foliculário inglês, no Rio de Janeiro, à tibieza, frouxidão e não sei que mais de minha parte”. E não era tudo: as críticas do jornal inglês foram endossadas por um diário que era editado também na corte em português, e que se dizia, com razão ou sem ela “inspirado por um membro do Governo”. E como fosse estranhado que o próprio jornalista estrangeiro recebesse auxílio dos cofres públicos, confirmou-o o próprio Governo pelo *Diário Oficial*, dizendo que, efetivamente, o Governo subvencionava o *The Anglo-Brazilian Times*, mas apenas para que a mesma folha e seu diretor William Scully defendessem, fora do País, “os interesses da imigração” (...) Dizia Caxias a Paranaguá que os fatos por ele relacionados serviam para “robustecer, senão confirmar”, as suspeitas de que, a seu respeito e a respeito da guerra que vinha o País sustentando, não podia contar com a indispensável solidariedade do gabinete. “Talhado para a luta, diz Caxias, eu nunca a provoquei, mas também nunca a temi, nem a temo, quando franca e descoberta. Tive porém sempre asco à simulação e a essa pequena guerra de alfinetes.”³⁶

Parece quase certo que Caxias, ao solicitar sua substituição,

* É atávico-cultural a preocupação com a necessidade de acharmos que devemos satisfações desse tipo “às nações civilizadas”...

na verdade não desejava afastar-se do comando, mas sim confrontar-se com o gabinete liberal de Zacarias, pois entendia que com os conservadores no poder, e esse era o pensamento de D. Pedro, a política da guerra seria melhor conduzida. O que não poderia ser negado, no entanto, é que o paciente trabalho de preparação para a arrancada final realizado com poucas perdas de vidas, estava concluído. Sua implementação dependia da Esquadra vencer em Humaitá.

Caxias fora designado comandante-em-chefe pelo governo liberal. Se a este governo não agradasse o seu desempenho, caberia a este mesmo governo substituí-lo, mas nunca incentivar, inclusive pela omissão, que solapasse sua autoridade. Se o gabinete Zacarias mantinha Caxias no comando, haveria que o apoiar com *palavras e atos*, mesmo que não o fizesse em *pensamentos*.

A chamada Questão Caxias estava criada e resumia-se em saber se o imperador atenderia o pedido do seu general ou a demissão do gabinete.

"A reunião efetuou-se em 20 de fevereiro, isto é, no dia seguinte ao da passagem de Humaitá, à hora em que nossos encouraçados demandavam Assunção, um mês antes de Caxias romper no Sauce a linha de fortificações do quadrilátero."³⁷ (...) Foram discussões difíceis, pois a guerra prolongava-se e exauria os recursos do Império, em vidas e di-

nheiro, o que obrigava o Governo a contrair novos empréstimos com os bancos ingleses. Quando tudo parecia acertado no âmbito do Conselho, que se posicionou contra qualquer demissão, do gabinete ou de Caxias, o imperador não crê suficientes os pareceres, usa da palavra e conclui com a pergunta: "qual julga o Conselho mal menor, a demissão do general ou a do ministério?". Os conselheiros vão se pronunciando, colocada a questão desse modo, "contra a primazia da espada", até que toca a vez a Nabuco de Araújo, que, embora *ministerialista*, propõe a queda do gabinete e a manutenção no cargo do comandante-em-chefe: "(...) e à vista da ansiedade pública pela terminação da guerra, entendo que a demissão do ministério é o mal menor. Por outro lado, o ministério, fraco pela luta que tem vivido, não tem força para a demissão do general; há de sublevar maior luta e sucumbirá pela impopularidade, tomada sobre si a demora da guerra."³⁸ O voto de Nabuco altera o momento; após ele, outros conselheiros o acompanham com o que a unanimidade que se pronunciava é quebrada. "Essa atitude de Nabuco, liberal, governista, detém o pânico dos conservadores, o medo de estarem sustentando o pronunciamento de um general de sua feição (...). O gabinete, porém saía mortalmente ferido pelo dilema imperial (...). O voto de Nabuco, sobretudo por ser ele ministerialista, o havia esmagado. Nabuco apontava o

tremendo perigo para as instituições, de tal precedente, mas rendia-se à necessidade da situação."³⁹

O Ministério permaneceria, mas totalmente sem força. O desejo do imperador era o de colocar os conservadores no governo, como admitiu anos depois, por julgá-los mais aptos à condução da guerra, mas o fez quebrando as normas e os costumes políticos para a substituição de gabinetes, o que levou os setores liberais a qualificarem o ato como no limiar de um golpe de estado.

Zacarias, porém, pronuncia em junho, na Câmara, a palavra fatal, caudilhagem: "A mudança de política interna não se pode operar por influência da espada e imposição da caudilhagem." Quem é o caudilho? Pergunta o *Diário do Rio*, "É o Marquês de Caxias! A caudilhagem é o Exército e a Armada! O que o Conselho de Estado procurava impedir, em fevereiro, rompe com estrondo no Parlamento, na imprensa: a luta entre o Presidente do Conselho, que se sabia condenado, e o general-em-chefe vitorioso, porque já agora, dominava com os encouraçados todo o Rio Paraguai e envolvia por terra Humaitá."⁴⁰ O ataque descabido configura-se em mais uma injustiça, pois essa vontade era "alheia aos propósitos de Caxias, infenso a qualquer veleidade militarista ou caudilhistas".⁴¹ Os liberais procuram, ainda, jogar Osório, liberal, contra Caxias. "Osório era e será apresentado desde então pelos li-

berais, como a vítima da emulação de Caxias, quando não houve mais leal chefe do que este para um bravo às suas ordens."⁴² (...) Zacarias, fora do gabinete, passa a fazer críticas ásperas ao próprio imperador; os liberais mais exaltados saíram do partido para criar o núcleo do Partido Republicano. "Da queda de Zacarias datam os pródromos da desintegração da instituição da monarquia. O Império estava sendo combatido pelos próprios monarquistas, por competições baixas e egoísticas de candidatos a pastas, a ignorância da disciplina e dos alvos reais do esforço partidário."⁴³

Mas a esta altura — ultrapassada Humaitá, a 19 de fevereiro, por três navios brasileiros, aos quais se juntaram cinco dias depois dois encouraçados e um monitor, com feito idêntico a 24 de julho por mais três encouraçados, tendo sido o bombardeio naval, sob o comando do Vice-Almirante Joaquim José Inácio, agora Visconde de Inhaúma, iniciado a 16 de julho (data de ascensão do gabinete conservador de Itaboraí), em coordenação com a chegada das tropas de Osório à beira do fosso da fortaleza — o destino da guerra estava selado. A 26, os comandados de Caxias penetraram no reduto e, a 5 de agosto, os remanescentes paraguaios que deram cobertura para a retirada renderam-se, abrindo o caminho para o Norte. Em face da vitória, "constou que o ministério, contra o parecer do monarca, já pensava em dar a

guerra por terminada. Restava, no entanto, organizar as forças para a decisiva arrancada, o que requeria ainda uns poucos meses".⁴⁴ No mês de dezembro ocorre uma série de importantes vitórias. A primeira delas, no dia 6, no Arroio Itororó: "Cruenta batalha travou-se, então, em torno da ponte. Dois grupos de exército foram sucessivamente engajados nos combates e estes apenas cessaram por volta das 13 horas, depois que o Marquês de Caxias" — aos 65 anos de idade — "ao ver periclitante a decisão atirou suas últimas reservas na luta e colocou-se à testa dos batalhões, brandindo a espada sobre a cabeça e pedindo que o seguissem os que fossem brasileiros."⁴⁵ A longa vida militar do respeitado soldado sublinhara-se em Itororó! Seguiram-se as vitórias de Avaí, a 14, Lomas Valentina, de 21 a 27, e Angostura, a 30. No dia 1.º de janeiro, a brigada de infantaria sob o comando do Coronel Hermes Ernesto da Fonseca começa a ocupação de Assunção. Caxias, a 5, entra na capital paraguaia à frente das tropas aliadas. "E são os esplendores da *dezembrada* que permitem reconhecer a importância da fase preparatória, sem brilho exterior e forçosamente lenta, diante dos imprevistos e embaraços de repente surgidos. E que permitem fazer justiça ao marquês e suas *delongas*, tão duramente criticadas. À infatigável diligência de Afonso Celso, um moço de apenas 30 anos de idade, quando se inaugura o 3 de agosto*, fizera o impos-

sível para dotar a frota brasileira de unidades capazes de preparar definitivamente a vitória. E a Caxias, que desde 13 de janeiro vinha arcando sozinho com as responsabilidades do comando, deve-se a direção das operações no período mais importante da luta."⁴⁶

Ocupada Assunção, entendeu Caxias haver cumprido sua missão, por não mais existir exército inimigo a combater. Do ponto de vista técnico-militar a guerra estava acabada. "O próprio Osório não pensava de modo diverso: em carta à mulher, datada de 1.º de janeiro, falava já em guerra terminada (...). E, a 9 de fevereiro, ainda escreverá ao mesmo Osório, agora Marquês do Herval, o General Vitoriano Monteiro, falando em "guerra concluída".⁴⁷

O regresso de Caxias a 16 de janeiro "explicava-se por esta convicção e ainda por se achar gravemente enfermo", segundo disse em ordem do dia, tendo tido licença do Governo para tratar-se no Brasil".⁴⁸

A opção pela paz era o pensamento de muitos brasileiros à época, entre eles o próprio Itaboraí, que antes de ser chamado a organizar o gabinete conservador de 16 de julho, manifestara-se sobre a necessidade de paz imediata. José Bonifácio, o moço, liberal, pouco antes da queda do gabinete Zacarias, dizia: "destruamos seus baluartes firmando a liberdade flu-

* N.A. — Posse do gabinete liberal de Zacarias.

vial, limitemos suas forças e a deixemo-lo(a López) em paz". (...) Quanto à posição de D. Pedro, punha o maior empenho no extermínio do poder de López, mesmo à custa do quase extermínio de um povo tiranizado pelo mesmo López, pode escrever Capistrano de Abreu: "A Guerra do Paraguai irrompera em situação liberal: cumpria obter a cumplicidade conservadora." É ainda Capistrano de Abreu quem, tentando explicar o ato de Caxias, tão censurado então pela oposição liberal, de dar por finda a guerra sem ter liquidado López, escreve: "continuar a guerra era colaborar com López, para o aniquilamento de um povo. Prendê-lo era tarefa de somenos para quem tinha atrás de si o passado altivo".⁴⁰ Chiavenato, sem precisar, como na citação anterior, sua fonte, embora indique pertencer à correspondência entre Caxias e o Imperador, transcreve em defesa da posição tomada pelo general: "quanto tempo, quantos homens, quantas vidas e quantos elementos e recursos precisaremos para terminar a guerra é dizer, para converter em fumo e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto no ventre da mulher."⁵⁰

Não cabe ao escopo do trabalho a busca dos motivos que levaram o Imperador a decidir pela continuação da guerra, enveredando pela Campanha da Cordilheira.

"Militarmente, a Guerra do Paraguai será sempre um pro-

blema insolúvel: as críticas que em qualquer tempo venham a ser formuladas pecarão sempre pela base, pela falta de conhecimento, por parte do historiador, das condições e circunstâncias do momento. A verdade que domina a crítica de todas as operações efetuadas está nestas palavras do duque de Caxias no Senado, mais de uma vez citadas:

"Nada mais fácil do que, depois de fatos consumados, e conhecidos o terreno, a força e as manobras do inimigo, de longe, com toda a calma e sangue-frio, à vista de partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos. Mas, o mesmo não acontece a quem se acha no terreno da guerra, caminhando nas trevas, em país inteiramente desconhecido, inçado de dificuldades naturais. É preciso que os nobres senadores se convençam de que a Guerra do Paraguai foi feita às apalpadelas. Não havia mapas do país por onde se pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimento e explorações para se poder dar um passo."⁵¹

O militar, conhecedor dos sentimentos de honra, dever e lealdade — alguns dentre muitos que constituem o espectro das virtudes militares que lhe são transmitidas ao longo de toda uma vida — percebe, com nitidez, que a atitude dos políticos e jornalistas partidários, antes, durante e depois de ocorrer a Questão Caxias, influen-

ciou a oficialidade que lutava no Paraguai, principalmente a mais jovem, a despeito de suas ligações ou tendências partidárias, no sentido de uma ruptura com a classe política e as próprias instituições. Embora os autores defendam a posição de que a Questão Caxias não "abria um precedente nas relações civis-militares", é mais que razoável a ilação de que não combina com a formação militar, sobretudo a militares submetidos às adversidades da guerra — de uma guerra longa e difícil como a do Paraguai — aceitar passivamente críticas maledicentes e injustas ao seu comandante-em-chefe, mormente em se tratando da figura de Caxias, cuja brilhante folha de serviços prestados à Pátria vinha desde à manutenção da integridade territorial à consolidação e a pacificação do Império. A questão, sob o ponto de vista dos que combatiam o inimigo, fica mais acentuada, quando essas críticas partiam daqueles que, sem entender os problemas da guerra, a salvo, desfrutavam do conforto e das alegrias da Corte.

"O corpo de oficiais emergia da Guerra do Paraguai com um sentimento de unidade corporativa, um novo sentido da sua importância, uma amargura para com os civis e talvez com uma visão do mundo mais ampla." E acrescenta o historiador norte-americano: "Os oficiais contrastavam seus sacrifícios e os de seus homens, com a corrupção dos políticos e tiravam daí as

amargas conclusões que deveriam guiá-los em suas atividades políticas no pós-guerra."⁵²

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro, Globo, 1987, p. 471.
2. CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1957. p. 337.
3. SCHULTZ, Joh. O Exército e o Império. In: O BRASIL monárquico, 4.^a ed. São Paulo, Difel, 1985. v. 4, p. 254. (História geral da civilização brasileira, t. 2).
4. Ibid. p. 235-6.
5. FAORO, Raymundo. Op. cit. op. 470.
6. SCHULTZ, John. Op. cit. p. 248.
7. Ibid. p. 245.
8. Ibid. p. 246.
9. Ibid. p. 254.
10. Ibid. p. 247.
11. CALÓGERAS, Pandiá, Op. cit. p. 157.
12. FAORO, Raymundo, Op. cit. p. 285.
13. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 163.
14. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 299.
15. Ibid. p. 300.
16. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 182.
17. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, 4. ed. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1975. p. 463-6.
18. Ibid. p. 433, notas.
19. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: O BRASIL monárquico. 4. ed. São Paulo, Difel, 1985. v. 5, p. 33. (História geral da civilização brasileira, t. 2).
20. CALÓGERAS, Pandiá, Op. cit. p. 387.
21. Ibid. p. 338.
22. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 33.
23. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 462 e notas.
24. Ibid. p. 642.
25. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 339.
26. Ibid. p. 339.

27. SOUZA JUNIOR, Antonio. A guerra do Paraguai. In. O BRASIL monárquico. 4. ed. São Paulo, Difel, 1986. v. 4, p. 306. (História geral da civilização brasileira, t. 2).
28. SCHULTZ, John. Op. cit. p. 251.
29. CALÓGERAS, Pandiá, Op. cit. p. 341.
30. CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 113.
31. Ibid. p. 153 (Não há precisão na citação das fontes 30 e 31).
32. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 101.
33. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 644.
34. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 102.
35. Ibid. p. 102.
36. Ibid. p. 102-3.
37. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 653.
38. Ibid. p. 655-6.
39. Ibid. p. 656.
40. Ibid. p. 657.
41. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 473.
42. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 658.
43. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 345.
44. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 108.
45. SOUZA JUNIOR, Antonio. Op. cit. p. 311.
46. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 109.
47. Ibid. p. 111.
48. Ibid.
49. Ibid.
50. CHIAVENATO, Julio Jose. Op. cit. p. 154.
51. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 441.
52. SCHULTZ, John. Op. cit. p. 252.

MARIO JORGE DA FONSECA HERMES é Almirante-de-Esquadra da Reserva Remunerada da nossa Marinha de Guerra.



A INDÚSTRIA — Subsídios para candidatos à ECEME

RICARDO JOSÉ PESSOA DE MAGALHÃES

Este artigo constitui uma compilação de notas de estudo organizadas pelo autor, por ocasião de sua preparação para o concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) de 1989, no qual logrou aprovação.

Merece ser atualizado e complementado pelos destinatários para os quais foi escrito.

A matéria foi submetida à apreciação da ECEME, cuja publicação aconselhou.

INTRODUÇÃO

O mundo moderno, dominado pela sociedade de consumo, tem na indústria o mais importante setor da sua economia. Ela provoca o desenvolvimento de atividades que lhe são complementares, como fornecedoras de matérias-primas e de energia; fornece oportunidades de emprego à mão-de-obra, forçando sua qualificação; produz capitais e estimula o desenvolvimento do comércio, dos transportes e dos serviços. Quando provoca a acumulação de capitais em poucas

mãos, acarreta a proletarianização e o empobrecimento da massa trabalhadora. Ela tem sido, também, uma das principais responsáveis pela poluição dos solos, da água e do ar e pela conseqüente degradação do meio ambiente.

Sua importância é tal que coloca países e regiões industrializadas na vanguarda do desenvolvimento, fazendo seus dependentes os que não se industrializarem. Salvo algumas exceções, os países mais desenvolvidos são os industrializados, enquanto os menos desenvolvidos são produtores de alimentos e de matérias-primas.

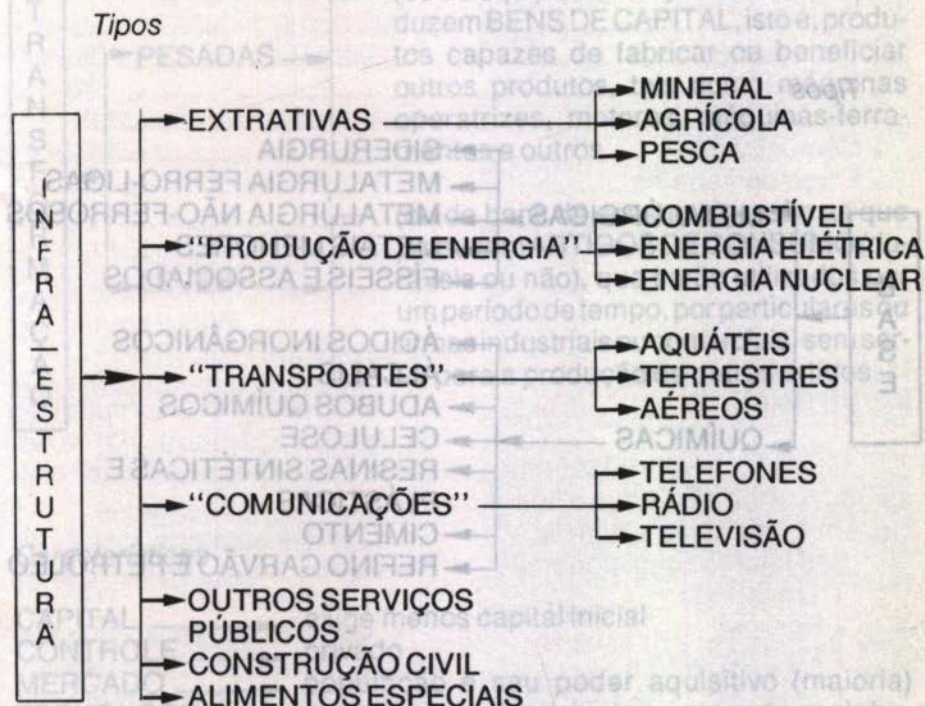
CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

Indústrias de Infra-estrutura

São as que provêem matérias-primas, meios e serviços indis-

pensáveis às atividades de produção. Constituem-se no alicerce para as demais indústrias.

Seus tipos e características podem esquematizar-se da seguinte forma:



Características

CAPITAL	→ capital inicial elevado e retorno demorado
CONTROLE	→ maior número em mãos do Estado
MERCADO	→ são as outras indústrias
TECNOLOGIA	→ não requer muito avanço

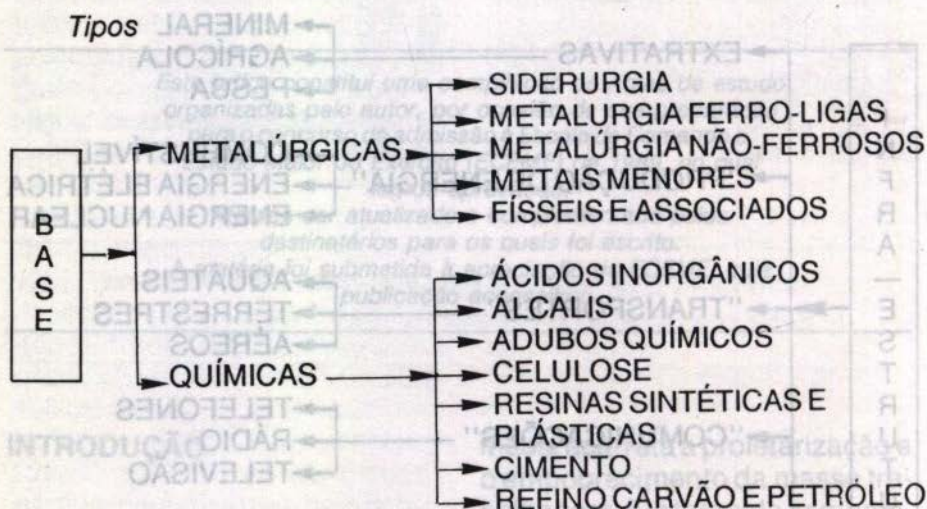
Indústrias de Base

São as que elaboram as matérias-primas e os materiais para serem utilizados pelas indústrias de transformação. Recebem matéria-prima das indústrias de infra-estrutura ou da natureza, e

produzem os bens intermediários para as indústrias de transformação.

São os pilares da indústria de transformação.

Esquemáticamente, seus tipos e características são os que se seguem:

**Características**

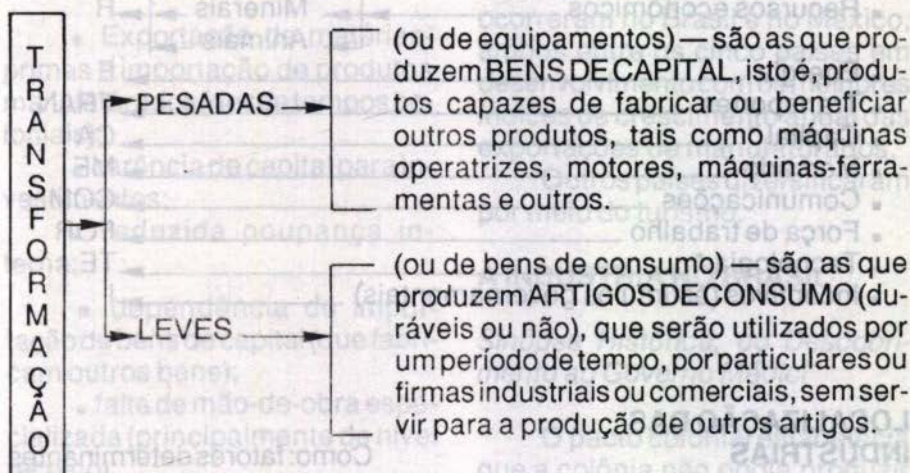
- CAPITAL** —————> requer elevado capital
- CONTROLE** —————> nas mãos do Estado (América Latina)
- MERCADO** —————> são as unidades de transformação
- TECNOLOGIA** —————> nível mais baixo que as de transformação

Indústrias de Transformação

São aquelas que, recebendo matérias-primas das indústrias extrativas, das indústrias de base ou

de ambas, produzem bens destinados à utilização imediata.

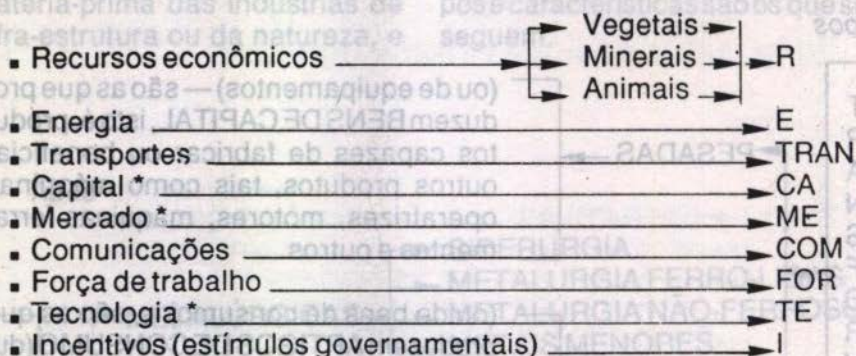
Os esquemas sintetizam seus tipos e características:

Tipos**Características**

CAPITAL	→	exige menos capital inicial
CONTROLE	→	privado
MERCADO	→	população e seu poder aquisitivo (maioria)
TECNOLOGIA	→	quanto maior a tecnologia empregada, mais barato se torna o produto, gerando a competitividade.

FATORES DA PRODUÇÃO

São os requisitos necessários à implantação, expansão e consolidação de uma indústria



LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

É função de vários fatores e o estudo das variáveis que a condicionam é de alta importância.

São fatores condicionantes:

- Transporte
- Energia
- Mão-de-Obra
- Matéria-Prima e Fornecedores
- Custo Direto da Instalação
- Facilidade de Crédito e Financiamento
- Facilidade de obtenção de Técnicos e Capatazia de Nível Médio

- Incentivos Fiscais

O governo pode utilizar-se de incentivos fiscais para promover a desconcentração industrial.

numa determinada área. São todos os meios necessários para transformar a matéria-prima em produtos acabados, como abaixo discriminado:

Como: fatores determinantes da concentração industrial no Sudeste brasileiro, podem ser citados:

- o crescimento maior dos mercados nas zonas mais dinâmicas;
- o efeito de atração de indústrias já instaladas (indústria atrai indústria por complementação produtiva);
- a existência de rede bancária e comercialização mais organizada;
- o melhor sistema de transportes, inclusive portos;
- as maiores instalações para o fornecimento de energia;
- a presença de centros formadores de mão-de-obra e tecnologia; e

- a presença de maiores reservas minerais do País.

A INDÚSTRIA NA AMÉRICA LATINA

Características gerais

- Exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados (desde tempos coloniais);
- carência de capital para investimentos;
- reduzida poupança interna;
- dependência de importação de bens de capital (que fabricam outros bens);
- falta de mão-de-obra especializada (principalmente de nível técnico);
- dependência tecnológica;
- mercado interno reduzido;
- instabilidade política (a falta de perspectivas futuras afasta o capital estrangeiro).

Tipos de indústrias

Predominam as de infraestrutura.

Quanto ao controle financeiro, existe os tipos estatal, privado e multinacional.

O Brasil, a Argentina e o México possuem um Parque Industrial bem desenvolvido.

No setor das indústrias de transformação, o Brasil é o mais adiantado em relação aos demais países.

Diversificação de exportações com base no setor industrial

A partir da década de 80, o fator mais dinâmico do comércio da América Latina foi o crescimento de suas exportações industriais.

Os avanços mais notáveis ocorreram no Brasil e no México, ambos entre os cinco países em desenvolvimento com os melhores índices de crescimento anual das exportações de manufaturados.

Outros países diversificaram por meio do turismo.

A INDÚSTRIA NO BRASIL

Sinópsse Histórica, do Descobrimiento ao Governo Médici

O pacto colonial estabelecia que a colônia não podia produzir nada que concorresse com a metrópole. A colônia só podia vender seus produtos para o grupo mercantil metropolitano e só podia comprar as manufaturas vindas da metrópole.

O Brasil, como colônia, preenchia sua função histórica, complementando a economia portuguesa, através da exportação de matérias-primas e gêneros tropicais, e da importação de produtos manufaturados negociados com os burgueses metropolitanos.

Um dos projetos dos conjurados de 1789 era a criação de indústrias no Brasil.

A abertura dos portos brasileiros (1808), permitindo a importação de todos e quaisquer

gêneros, fazendas e mercadorias transportadas em navios estrangeiros de nações amigas, estava não só de acordo com os interesses ingleses mas, também, com os interesses da aristocracia rural brasileira (maior lucro das exportações e aquisição de mercadorias manufaturadas a baixo preço. Portugal pagaria 16% de taxa alfandegária no Brasil e as demais nações 24% sobre o valor da mercadoria).

D. João decretou o alvará de liberdade industrial no Brasil (1808), revogando o alvará de 1785, de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de fábricas no Brasil. Tínhamos a liberdade industrial, faltavam-nos os elementos básicos, tais como: capital, política protecionista, mercado consumidor e mentalidade empresarial.

A Inglaterra dificultava ao máximo as importações de máquinas; o Brasil tinha de ser mercado consumidor, e não mercado produtor concorrente da Inglaterra.

Logo, apesar dos incentivos de D. João à indústria têxtil e à metalurgia, ficamos apenas na possibilidade legal de termos indústria. Tal possibilidade foi liquidada a partir de 1810, pelos privilégios concedidos à burguesia inglesa através dos tratados assinados naquele ano, a saber:

■ *Tratado de Comércio e Navegação* — A Inglaterra obtém uma taxa preferencial de 15%, mais favorável que a de Portugal. O predomínio da Inglaterra nos negócios brasileiros manter-se-á até

1816, quando se equipararão as taxas portuguesas às inglesas;

■ *Tratado de Aliança e Amizade* — D. João sujeitava-se às imposições britânicas, pois disso dependeria a conservação do trono.

Após a Independência, a tradição agrária da economia brasileira foi reafirmada; opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando a abolir o tráfico de escravos.

A Inglaterra reconheceu a Independência brasileira em 1825, mediante a renovação dos Tratados de 1810: continuação dos privilégios alfandegários ingleses no Brasil e o compromisso de extinguir o tráfico negreiro até 1830.

A "Lei Alves Branco" marcou o início do desenvolvimento da indústria de bens de consumo no Brasil, sobretudo a de beneficiamento de produtos alimentícios e a têxtil.

A lei foi sancionada na gestão do gabinete liberal, entre 1844 e 1848, caracterizada pelo protecionismo alfandegário que extinguiu as tarifas preferenciais sobre produtos manufaturados ingleses.

Por volta de 1850, ocorreu o primeiro surto industrial, graças às emissões de papel-moeda ao protecionismo originado com a tarifa Alves Branco e ao capital em disponibilidade, a partir da extinção do tráfico negreiro (o dinheiro do

tráfico passou a ser aplicado na indústria).

O Período de 1850 a 1860 foi conhecido como a "Era Mauá". Fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás e 8 de estradas de ferro.

A partir de 1860, quando o governo reduziu as taxas das importações de máquinas, ferramentas, armas e ferragens, as indústrias brasileiras entraram em decadência, não podendo concorrer com os preços estrangeiros.

A partir de 1870, ocorreu novo surto industrial, graças ao capital provindo do setor cafeeiro e ao desenvolvimento do mercado consumidor interno, cujo principal responsável foi o imigrante. Deve-se considerar, porém, que a indústria brasileira encontrava-se em fase de formação, predominando as indústrias de fiação, tecelagem e de alimentos. A industrialização do Brasil só ocorreria no século XX.

Em 1882, a Associação Industrial, organizada no Rio de Janeiro, lançou um manifesto, afirmando que o País só poderia libertar-se da instabilidade e dos riscos da economia monocultura se desenvolvesse a indústria. Só assim seria possível diminuir a importação, aliviar a balança comercial e alcançar a independência econômica. Tais aspirações nem sempre encontraram boa acolhida nos setores agrários que tinham ampla

representação no Parlamento. Os meios industriais pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional.

A política econômica, por ocasião da implantação da República, foi formulada por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda. Ele acreditava ser possível transformar um país que era uma grande fazenda, com uma oligarquia poderosa, em uma nação industrializada, com uma burguesia poderosa. Industrializar o País e realizar a independência econômica, frente ao capitalismo europeu, era o objetivo colimado.

Rui Barbosa tentou alcançar seu objetivo através de algumas medidas econômicas, tais como: aumento das tarifas alfandegárias; facilidade na importação de matérias-primas; estabelecimento de um tratado de comércio com os EUA, buscando, com isso, aumentar as exportações do açúcar brasileiro; emissões de moeda, visando ao aumento do meio circulante e facilidade do crédito, para estimular os negócios e a produção interna.

A política emissionista sem lastro-ouro, mais a política de crédito aberto, criadas por Rui, resultaram numa violenta e numa desenfreada especulação na Bolsa de Valores. Foi a "Crise do Encilhamento", como ficou conhecida.

Para Floriano Peixoto (1891-1894) era fundamentalmente necessário proteger o setor industrial abalado, nos primeiros

anos da República, pela desenfreada especulação gerada por alguns capitalistas promotores da "Crise do Encilhamento".

Com o objetivo de defesa da indústria nacional, estabeleceu um novo protecionismo alfandegário; isentou do pagamento de taxas alfandegárias as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas; autorizou empréstimos às indústrias; aumentou o meio circulante com novas emissões de moedas e adotou medidas radicais contra a especulação.

A política de saneamento financeiro do governo Campos Sales (1898-1902) trouxe consequências negativas para a indústria nacional.

A redução do crédito, a elevação da taxa cambial (resultando no barateamento dos preços dos produtos estrangeiros), o cancelamento das obras públicas, a diminuição do meio circulante, a elevação e criação de novos impostos e outras medidas radicais provocaram a redução do consumo, a queda do volume dos negócios internos, a recessão no comércio e na indústria, cuja consequência drástica foi o desemprego.

Em síntese, sua política saneou as finanças brasileiras, mas afetou negativamente a indústria e o comércio, além de dificultar sensivelmente a vida das camadas pobres e da classe média urbana do Brasil.

O Governo Afonso Pena (1906-1909) procurou mostrar o progresso do País com a reali-

zação da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da abertura dos portos.

Durante a Primeira Guerra Mundial as indústrias de bens de consumo tiveram grande desenvolvimento, quando nossos fornecedores desses bens ficaram impedidos de atender à demanda do mercado brasileiro, por estarem envolvidos no conflito. A guerra levou o Brasil a diminuir as importações e a aumentar as exportações, o que permitiu um surto industrial para substituir as importações.

Com o crescimento da indústria do Brasil, cresceu de maneira significativa o número de operários que, submetidos a uma política salarial de fome, aumentaram sua luta reivindicatória.

Com a Crise Mundial da década 1920 a 1930, a indústria brasileira em geral foi favorecida. Muitos dos capitais investidos na produção de café passaram a ser aplicados em empresas industriais (redução das exportações). A crise econômica provocou a desvalorização da moeda brasileira, reduzindo sensivelmente seu poder aquisitivo e tornando mais caros os produtos importados do estrangeiro. Isso estimulava a fabricação de produtos similares no Brasil.

A 2ª Guerra Mundial favoreceu a industrialização do País pela conseqüente redução das importações de manufaturados; pela diversificação agrária, com a produção abundante de matéria-

prima, principalmente de algodão; pela desvalorização da moeda e o conseqüente aumento do preço dos produtos importados; pelo aumento do mercado consumidor interno, com a abolição das taxas interestaduais.

É nessa quadra que se desenvolve a Política Econômica Nacionalista e Protecionista de Getúlio Vargas. Desde 1939 que Getúlio e Sousa Costa, seu ministro da Fazenda, preparavam um Plano Quinquenal, que apresentava os seguintes itens principais: uma usina de aço, fábrica de aviões, usina hidrelétrica em Paulo Afonso, estradas de ferro e de rodagem, etc...

Manobrando inteligentemente, Vargas conseguiu um empréstimo de 20 milhões de dólares, do governo dos EUA, iniciando a construção da usina de Volta Redonda, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, que deveria produzir inicialmente 300 mil toneladas de aço por ano.

A partir de 1942, quando as relações Vargas-Roosevelt tornaram-se mais amistosas e aumentaram os empréstimos do Eximbank, o governo federal ampliou os investimentos estatais no plano de infra-estrutura. Nasceu a Companhia Vale do Rio Doce. Estava garantido o controle da matéria-prima para a indústria pesada.

Dentro dessa mesma orientação nacionalista, havia sido criado o Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, organismo subor-

dinado diretamente ao chefe do governo.

O Governo Dutra (1946-1951), a partir de 1948, determinou que as importações passariam a depender de uma licença prévia do governo, favorecendo a indústria nacional.

Procurando retomar suas antigas linhas nacionalistas e intervencionista, Vargas, em seu retorno ao poder (1951-1954), voltou-se, em especial, para a petroquímica, siderurgia, transporte, energia e técnicas agrícolas. Sua política econômica estava estruturada no Plano LAFER (Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico).

Em 1951, mandou ao Congresso um projeto de lei para a criação de uma empresa petrolífera de capital misto, com a maioria das ações em mãos do governo, denominada PETROBRÁS. Tal empresa ficaria com o monopólio da perfuração de petróleo e de todas as refinarias, ressalvadas as refinarias já existentes, que teriam permissão de permanecer como propriedade particular. A distribuição dos produtos do petróleo continuaria nas mãos de particulares. Instituiu-se, com isso, o monopólio estatal na extração e refino do petróleo no Brasil.

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi uma época de grande desenvolvimento industrial. A produção industrial cresceu 80% nesse período (1956/1960). O surto econômico, denominado nacionalismo desenvolvimentista, di-

ferente do nacionalismo de Vargas, era assentado no capital estrangeiro.

Sua política econômica apoiava-se em 3 fatores básicos:

- existência de um grande mercado interno, com grande oferta de matérias-primas, que possibilitasse maior produção de aço e ferro;

- disposição dos homens de negócios, devido aos incentivos concedidos, principalmente ao capital estrangeiro;

- existência de uma economia mista que possibilitasse, com ênfase, o desenvolvimento da indústria de base.

A industrialização atingiu apenas algumas áreas do País,

produzindo os desequilíbrios regionais.

O Governo Castelo Branco desenvolveu um modelo econômico antiinflacionário conhecido como PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Fundamentou-se na intenção de transformar o Brasil num país industrializado, compatível com os países desenvolvidos.

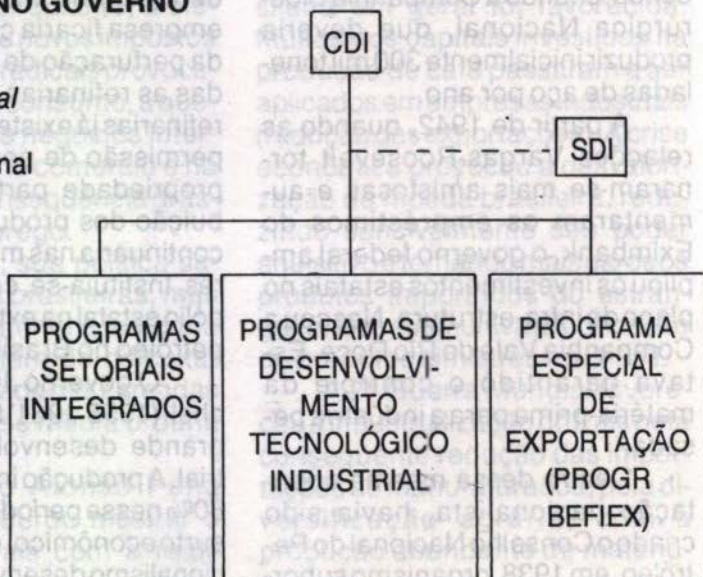
O Governo Médici foi a época do chamado “milagre brasileiro”. Internamente, o “milagre” resultou de um grande desenvolvimento industrial fundamentado na produção de bens de consumo. Enquanto o capital estrangeiro provocava o endividamento externo, altas taxas de crescimento econômico ocorriam devido ao crescimento industrial.

A INDÚSTRIA NO GOVERNO SARNEY

Política Industrial

- Base Institucional

- Mecanismos



■ Finalidades

— Ampliar a capacidade produtiva do setor de bens de consumo duráveis, dada a esperada elevação da demanda, em função da política de aumento real de salários, evitando a rigidez de oferta de bens essenciais;

— estimular a ampliação da capacidade produtiva instalada, mantendo uma relação de fatores regionalmente adequada e, dessa maneira, atender às demandas internas e externas da forma mais vantajosa possível;

— incentivar a implantação de setores de alta tecnologia, com legislação adequada à sua consolidação;

— aumentar o poder competitivo da indústria, por meio de incentivos a práticas de redução de custo e de sua modernização;

— aperfeiçoar o controle de qualidade, generalizando sua prática por imposição do respeito às normas técnicas;

— incorporar à atividade produtiva os recursos locacionais disponíveis e facilitar, assim, a descentralização da produção industrial;

— apoiar sob as mais diversas formas, o segmento constituído de micro e pequenas empresas, pelo papel relevante que representam no cenário econômico e social, principalmente na geração de empregos.

■ Objetivos

— Ampliar o mercado interno;

— aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo;

— obter saldos expressivos na balança comercial;

— investir em tecnologia de ponta;

— descentralizar a indústria;

— combater a inflação;

— criar condições para a retomada dos investimentos no setor;

— modernizar e fortalecer o Parque Industrial;

— reduzir a participação do Estado na atividade industrial.

Estratégias e Ações Preconizadas

■ Implantação de novas unidades e ampliação ou modernização de empresas produtoras de insumos básicos e de bens exportáveis, quando justificadas pelo mercado.

■ Ampliação da produção de bens essenciais de consumo, de insumos e de equipamentos agrícolas.

■ Desenvolvimento tecnológico, de rápido retorno, visando particularmente à eliminação de desperdícios na produção; à absorção e adaptação de novas tecnologias; à difusão do conhecimento tecnológico; à conservação de energia e à modernização de processos produtivos.

As ações estariam voltadas para favorecer os seguintes segmentos industriais:

■ segmentos de alta tecnologia, necessitados de legislação

pertinente e apoio à pesquisa e desenvolvimento;

- segmentos base do desenvolvimento, por produzirem bens de capital e fornecerem insumos básicos;

- segmentos produtores de bens de consumo necessitados de ampliação ou modernização para um atendimento mais adequado do mercado interno;

— Situação

Modelo brasileiro
"SIDERBRÁS"

Empresas Esatais

Iniciativa Privada

— aços planos e não-planos pesados.

— não-planos leves e aços especiais

(A grande dependência de outros setores à siderurgia justificava a proteção do Estado para a

garantia do fluxo de abastecimento).

Empresas
Estatais

— CSN

— USIMINAS

— COSIPA

— CST

— AÇOMINAS

= Companhia Siderúrgica Nacional

= Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

= Companhia Siderúrgica Paulista

= Companhia Siderúrgica de Tubarão

= Aço Minas Gerais S/A

— Perspectivas

— Acréscimo na produção através da expansão e modernização de plantas já existentes.

— Localização de plantas industriais em regiões de menor desenvolvimento relativo, de acordo com estudos de viabilidade técnica

co-econômico-financeira, visando ao desenvolvimento regional e à diminuição de disparidades especiais.

— Localização de uma planta siderúrgica na área de influência da Ferrovia Carajás-Itaqui, voltada principalmente para a exportação, consideradas as seguintes vanta-

gens: proximidade ao minério e ao porto; disponibilidade de energia elétrica; disponibilidade de água e interesse da iniciativa privada.

— Implantação de uma siderúrgica, no setor de laminados planos, no Maranhão (USIMAR), com participação de 30% da União, através da SIDERBRÁS, cabendo o restante a grupos nacionais e internacionais.

— Implantação, no Ceará, de uma usina siderúrgica de porte médio, para atendimento do mercado nordestino.

— Localização de pequenas siderúrgicas ao longo da EF Carajás-Itaqui, em pontos de encontro, denominadas "MINISTEEL", para atender à área de influência da estrada, ficando a cargo da iniciativa privada.

— Implantação de um pólo siderúrgico no sul do País, com uma usina em Santa Catarina (carvão mineral) e Rio Grande do Sul, para a produção de aços planos e laminação de tiras, respectivamente.

— Implantação de um pólo siderúrgico de aços não-planos no Mato Grosso do Sul (carvão vegetal e gás natural).

— *Problemas*

— política cambial irreal;

— política de preços do governo;

— nível de endividamento externo no setor;

— escassez de carvão mineral e o

— obsolescência de plantas instaladas foram os principais problemas encontrados.

■ **Metalurgia dos não-ferrosos:**

O objetivo, no setor, visou à substituição de importações e à busca de excedentes exportáveis.

O Estado atuava somente na produção de cobre, expandindo e beneficiando a empresa Caraíba Metais, único produtor nacional, além de participar, de maneira efetiva, da oferta de alumínio, amparado pelo controle acionário das empresas VALESUL e ALBRÁS.

■ **Alumínio:**

Por poder o País tornar-se um dos maiores produtores mundiais; o governo adotou medidas para incentivar o investimento do setor privado na área.

Projetos em execução: ALBRÁS — Alumínio do Brasil S.A. (participação da CVRD, com 51%, e empresas japonesas) e ALUNORTE — Alumínio do Norte do Brasil S.A. (participação da CVRD e capitais japoneses).

■ **Cobre Metálico:**

Os avanços tecnológicos, visando a substituir o cobre metálico em suas utilizações, favorecendo desta forma a situação brasileira de dependência de importações, determinaram os estudos de viabilidade técnico-econômica da jazida de Salobo, dentro do Projeto Grande Carajás, que indicaram grandes possibilidades de auto-suficiência na década que se inicia.

■ **Indústria Petroquímica:**

— Breve Histórico (principais tópicos)

— Rápido processo de desenvolvimento na década de 70. Auto-suficiência na maioria dos produtos do setor, já em 1980.

— Investimentos alocados principalmente nos pólos petroquímicos de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul (72, 78 e 82, respectivamente).

— Implantação paralela de unidades industriais de porte significativo em Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro.

— Controle nacional das empresas criadas, conjugando esforços do empresariado privado nacional, empresas estrangeiras e governo.

— Absorção de avançada tecnologia.

— Com o crescimento do mercado interno, o saldo líquido da balança comercial caiu.

— Importações concentradas em alguns produtos intermediários e naqueles de química fina ainda não fabricados no País.

— *Diretrizes básicas para o setor*

— Otimização dos requisitos energéticos, nas novas unidades, assim como nas já existentes, através de modificações.

— Manutenção de elevado padrão de segurança e controle ambiental, conforme estabelecido pela política de meio ambiente.

— Incremento da capacitação tecnológica interna e efetiva absorção de tecnologias importadas.

— Promoção e incentivo da concentração empresarial, para

aumentar a capacidade gerencial e técnica do setor. Possibilitar, ainda, o aporte econômico adequado à realização de inversões em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos.

— *Plano Nacional de Petroquímica (PNP)*

Com o objetivo de programar adequadamente a expansão e descentralização da produção petroquímica, foi elaborado um plano onde são indicados empreendimentos de primeira e segunda gerações a serem implantados para petroquímica de primeira e segunda geração, no qual se destaca:

— Petroquímica de primeira geração (Produtos básicos: Eteno, Propeno, Butadieno, Benzeno e Metanol).

Ampliação das capacidades anuais de produção das centrais petroquímicas de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, em eteno.

Implantação do pólo petroquímico do Rio de Janeiro, com capacidade de produção de 450 mil ton/ano em eteno. O dimensionamento da central petroquímica deve considerar a disponibilidade de gás natural — utilização de cargas líquidas (nafta e/ou gasolina natural).

Consolidação do pólo cloroquímico de Alagoas, para aproveitamento integral do cloro produzido na região.

Aproveitamento do cloreto de sódio rejeitado no processo de produção de cloreto de potássio pela PETROMISA, em Sergipe, na ex-

pansão da oferta nacional de cloro ou na produção de barrilha.

Equacionamento do problema de suprimento de eteno às unidades de Alagoas e Pernambuco.

— *Petroquímica de segunda geração (Produtos intermediários e finais)*

Compatível com as estimativas de produção de produtos básicos, previsão de implantação de projetos de segunda geração a serem detalhados posteriormente.

Os projetos de segunda geração teriam a sua localização e capacidade determinados de acordo com aspectos econômicos e técnicos.

Investimentos programados no Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro, com recursos próprios, empreendimentos privados e recursos estatais.

Recursos de terceiros contarão com financiamento do BNDES e do exterior.

— *Mudanças no Plano Nacional de Petroquímica (PNP)*

A principal mudança foi a transferência da planta de cumeno-fenol-acetona, do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro, entretanto, não deveria ficar sem a sua planta de fenol-acetona. O programa previa uma outra indústria em local a definir. Quando o pólo de Itaqui estivesse pronto, o Rio de Janeiro teria sua unidade desses produtos.

Com o fim do subsídio à alcoquímica, em 1992, o programa previa a implantação de uma nova

unidade de eteno, a partir da nafta (petroquímico), no eixo Bahia-Sergipe-Alagoas, em substituição à planta de eteno alcoolquímico existente na região.

Era, ainda, prevista a expansão das capacidades de produção da central petroquímica de Camaçari (BA) e de Triunfo (RS), em eteno. Quanto à expansão da capacidade de produção da central de Cubatão (SP), permaneceria inalterada.

— *Pólo Petroquímico do RJ*

Vantagem em âmbito nacional: promover a desconcentração industrial do setor; possibilitar maior integração econômica; combater as desigualdades regionais no Rio de Janeiro; e melhorar a produtividade da atividade industrial.

Vantagens no plano regional: consolidação e modernização da economia do estado; proximidade da matéria-prima (petróleo — o estado produz mais da metade da produção nacional); desenvolvimento da infra-estrutura da área em que se localizará o pólo; geração de empregos diretos e indiretos; proximidade do porto para escoamento da produção (Sepe-tiba); duplicação da receita do ICM; e grande mercado consumidor (segundo do Brasil).

ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE)

As ZPE foram concebidas pelo Governo Sarney como áreas de livre comércio com o exterior destinadas à instalação de empre-

sas industriais tendo, por objeto social, a produção de bens orientada para o mercado externo.

Teriam por finalidades: fortalecer o balanço de pagamentos, reduzir os desequilíbrios regionais e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País. Somente poderiam ser instaladas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.

Objetivos: promover o desenvolvimento regional; atrair tecnologia externa; gerar novos empregos; e modernizar, pelo aumento da competitividade e integração da economia brasileira com a dinâmica economia mundial.

Características principais:

— as empresas instaladas nas ZPE poderiam importar produtos sem pagar qualquer tributo;

— todas as importações e exportações de produtos da área de computação seriam regidas pela Lei de Informática. O decreto de sua criação não definia se os projetos seguiriam tal legislação, podendo gerar descumprimento da Lei;

— nas exportações, as indústrias das ZPE deveriam recolher imposto de renda de, no máximo, 6%, sendo a alíquota vigente para todas as exportadoras, a partir de 1989;

— as remessas de lucros, royalties e outros rendimentos seriam isentos de imposto de renda e, em compensação, as empresas não teriam qualquer cobertura cambial do Banco Central;

— as empresas deveriam assumir um compromisso de gasto mínimo (30%) no País, referente a salários, produtos e insumos nacionais;

— do total produzido nas ZPE, as empresas poderiam internar até 10% no mercado brasileiro. Tendo isenções fiscais, constituir-se-iam em concorrência desleal com as indústrias nacionais já instaladas no país;

— a possibilidade de venda de 10% da produção no mercado interno, assim como a perspectiva de compra de parte dos insumos na própria região, seriam fatores de dinamização e desenvolvimento regional;

— o projeto pretendia desenvolver a tecnologia nacional, já que grande percentagem da produção teria que ser exportada, competindo no mercado internacional e, conseqüentemente, obrigando a indústria nacional a desenvolver seus produtos. Provocaria, ainda, a indústria nacional para competir com a parte da produção internada (até 10%), pelas empresas das ZPE;

— o decreto de criação das ZPE proibia as empresas instaladas de terem filiais, constituírem firmas individuais ou participarem em outras indústrias fora da ZPE;

— os estados, municípios ou a iniciativa privada poderiam propor criação de ZPE no Norte ou Nordeste, exclusivamente.

As ZPE constituíam-se em um novo aliado ao sistema de incentivos fiscais ao Norte e Nordeste, po-

deriam representar uma contribuição efetiva ao processo de desenvolvimento regional, a perspectiva de introdução, na região, de poupança externa e, especialmente, de tecnologia avançada, criar oportunidades de emprego e integrar-se com as demais atividades industriais regionais.

Os municípios, podendo propor a instalação de ZPE, independente da aprovação do estado onde se localizam, poderiam gerar polêmica, já que a infra-estrutura depende de obras e serviços de concessionárias estatais (energia elétrica, água e esgotos).

Os primeiros projetos previstos foram de produção de alumínio, demandando muita energia elétrica, escassa no Norte e Nordeste. Dependendo do volume de projetos, a União teria que construir novas hidrelétricas.

AZPE poderia ser uma contribuição complementar de capital estrangeiro, sempre bem-vindo.

O Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportações já aprovava a criação de cerca de dez ZPE. Entre elas, podemos citar as do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins

(Araguaína), Bahia (Ilhéus), Sergipe (Nossa Senhora do Socorro) e Ceará.

O projeto encerrava grandes perspectivas econômicas, políticas e sociais para todo o País.

Principais óbices encontrados para sua implantação: decretos regulamentadores das obrigações e restrições; nova Constituição (nacionalista e xenófoba); reservas de mercados (restringem setores de atuação); falta de recursos para investimentos em infra-estrutura; escassez de energia elétrica; proibição de abertura de filiais em áreas fora das ZPE; e falta de mão-de-obra especializada local e a instabilidade política econômica do governo Sarney.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. São Paulo: Atlas, 1987.
- SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.
- Programa de ação do Governo (PAG) — Nova República.
- Informativos nº 17, 18, 19, 20 e 21 da ECEME.
- Publicações da ECEME.
- Reportagens publicadas no Jornal "O Globo", durante o ano de 1989.



RICARDO JOSÉ PESSOA DE MAGALHÃES — é Major do Exército, da Arma de Infantaria. Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, de Manutenção de Armamentos da Escola Material Bélico, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Técnica de Ensino do CEP. Possui ainda o curso civil de Administração de Empresas da UGF.

A mão-de-obra que o SENAI forma já sai pronta para servir à Pátria.

Há 48 anos o SENAI prepara e lança mão-de-obra especializada nos diversos setores da indústria. Um forte aliado na defesa dos interesses brasileiros, lutando sempre para tornar o país mais capacitado e com profissionais de qualidade a serviço da nação.

SISTEMA CNI
senai



TECNOLOGIA ANTIMATERIAL

JOHN B. ALEXANDER

Transcrito da Military Review, edição brasileira (1.º Trimestre de 1990).

Consta de sua sinopse:

"Com o custo dos novos armamentos aumentando a um ritmo inaceitável, meios alternativos para derrotar e reduzir as capacidades do inimigo devem ser extensivamente analisados. O autor do presente artigo afirma que a tecnologia antimaterial, conforme desenvolvida através de protótipos simulados, proporciona inúmeros métodos para lograr uma "destruição alternativa" e uma considerável redução na capacidade dos armamentos e unidades."

As forças armadas modernas estão se tornando cada vez mais dependentes de meios motorizados para se locomover. Daí a razão porque as armas ofensivas e defensivas vêm sendo projetadas de modo a avariar ou destruir, à força, as viaturas militares, produzindo a chamada "destruição explosiva", decorrente de explosão(ões) próxima(s) ou do impacto de projéteis. Tecnologias recentes têm motivado outro tipo de arma, que incapacita os armamentos militares sem a necessidade de empregar a força bruta, logrando o que previamente vinha sendo chamada de "destruição alterna-

tiva" ou, mais recentemente, "tecnologia antimaterial". O presente artigo delinea uma maneira de abordar as tecnologias antimaterial tais como o pulso eletromagnético, as microondas de alta potência, a luz isotrópica, os neutralizadores de motores de combustão interna e os agentes químicos que incapacitam tripulações ou guarnições.

O termo destruição alternativa esteve em voga por algum tempo, porém foi descartado quando certos comandantes militares interpretaram seu significado, erroneamente, como sendo "menos que eficaz". Outros ter-

mos empregados para transmitir o conceito geral incluem “destruição decorrente da missão” ou “destruição operacional”. Todos esses termos são muito obscuros, uma vez que não especificam um objetivo claramente definido, e referem-se à “destruição” ao invés de diminuição na capacidade do sistema. Com relação à maioria dos sistemas de armas propostos que se enquadraram nessa categoria, o efeito mais provável será a diminuição da capacidade de um componente ou subsistema vital da plataforma de armamento que for atacada.

O FIM DO CONCEITO DE BRASAS ARDENTES

No passado, a destruição de uma viatura blindada, navio ou aeronave era normalmente aceita como a neutralização total ou parcial dessa plataforma de armas. As categorias eram inoperante ou operante — não havia ambigüidades. Era fácil determinar em que categoria as plataformas se enquadravam, uma vez que, em geral, havia um monte de destroços. Essa simples categoria incutia nos comandantes e soldados no campo de batalha uma grande dose de confiança quanto à eficácia de seus armamentos. Outrossim, deu início ao que poder-se-ia chamar de síndrome de “brasas ardentes” ou “carcaças incandescentes”. Isso significa que os soldados queriam ver um monte de destroços ou brasas ardentes no

campo de batalha a fim de se certificarem de que a plataforma de armamento inimigo havia sido efetivamente neutralizada ou “destruída”.

Um exemplo freqüentemente citado, do desejo de se ter certeza absoluta da completa neutralização de um sistema inimigo, provém da perseguição israelense às forças blindadas egípcias pelo Sinai em 1973. Segundo se relatou, à medida que cada unidade israelense estabelecia contato visual com um CC egípcio, uma ou duas granadas anticarro eram lançadas contra ele. Os CC destruídos no início da retirada foram atingidos repetidas vezes, à medida que cada unidade em reforço da força principal o ultrapassava. Tais CC se tornaram coletores de balas para uma grande quantidade de munições israelenses. Nessa conjuntura da guerra, os israelenses pensavam que podiam dar-se ao luxo de despender múltiplas munições por alvo. O fato mais relevante que pode ser extraído disso é que, durante o combate, os soldados não estavam psicologicamente preparados para correrem o risco, independente de quão remota for a possibilidade de o inimigo possuir uma capacidade de combate em sua área de retaguarda.

Embora a abordagem de atingir repetidas vezes um alvo já destruído proporcione elevada confiança, ele simplesmente não será economicamente viável nos futuros campos de batalha de mé-

dia a alta intensidade, onde haverá um número limitado de munições altamente dispendiosas. A doutrina dos EUA tem sempre reconhecido a necessidade da disciplina do fogo, porém raras vezes esta tem sido observada em combate. Em anos recentes, particularmente durante a Guerra do Vietnã, temos dependido do poder de fogo esmagador para superar todos os obstáculos. Empregamos a artilharia e as aeronaves contra franco-atiradores e demos início a períodos de fogo intenso antes de deslocar-nos pela manhã, apenas para termos certeza de que não havia forças inimigas ocultas por perto. Tendemos a justificar esses grandes consumos de munição citando as vantagens proporcionadas pelos fogos de neutralização. Embora argumentos convincentes possam ser apresentados em prol das vantagens da neutralização durante o desenvolvimento do combate, esses fogos são empregados, mais frequentemente, para que o atirador se sinta seguro (protegido), ao invés de aproveitar seus verdadeiros benefícios táticos. Nossa história não reflete a disciplina que será exigida para derrotar um grande número de alvos resistentes. Isso não significa, porém, que tal coisa não possa ser feita.

A TAXIONOMIA DA TECNOLOGIA ANTIMATERIAL

Para fins deste artigo, decidi empregar o termo "tecnologia an-

timaterial" para descrever um amplo espectro de técnicas de ataque. O estabelecimento de uma taxionomia de sistemas de armamentos incorporando a tecnologia antimaterial é extremamente difícil, uma vez que não há um consenso definido quanto à demarcação entre sistemas de destruição explosiva e de destruição por meios alternativos. Frequentemente, eles podem ser mais bem delineados com base naquilo que os sistemas de tecnologias antimaterial não são.

As tecnologias antimaterial são aquelas que não se valem da força bruta para penetrarem em blindagens protetoras. Exemplos desta última incluem as munições perfurantes químicas e de energia cinética utilizadas pelas armas anticarro e os efeitos de choque ou de fragmentação produzidos pelo fogo de artilharia. Tais efeitos destroem o alvo ao superar as medidas de proteção mediante a força física. Essa abordagem requer o consumo de quantidades relativamente grandes de energia a fim de destruir alvos altamente resistentes, tais como CC, VBTP ou peças de artilharia autopropulsadas. Os navios vêm sendo projetados como sistemas relativamente resistentes mediante a aplicação de blindagem de grande espessura, ao passo que as aeronaves dependem bastante de sua capacidade de manobra, contramedidas eletrônicas e sistemas de emergência para sua sobrevivência física. Tanto as aeronaves como os sub-

marinos dependem sobremaneira da diminuição de seus sinais para evitarem ser detectados por todas as técnicas possíveis, à exceção das mais sofisticadas. Eles também possuem compartimentos minuciosamente projetados, que lhes permitem absorver consideráveis danos estruturais e ainda permanecer em ação, freqüentemente em condições de concluir a sua missão.

A capacidade de durar na ação de que dispõem muitos sistemas de armamentos atuais, e de que disporão sistemas futuros, torna a destruição de alvos resistentes bastante difícil e inexequível sem o emprego de armas nucleares. Levando-se em consideração o número de alvos em potencial, tornar-se-á praticamente impossível fabricar sistemas de armamentos convencionais, ou linhas de armamentos, que possam provocar a destruição explosiva de todas as plataformas inimigas. A tecnologia antimaterial oferece uma alternativa viável capaz de neutralizar o inimigo a nível operacional, independente de quem ele possa ser em um determinado momento.

As tecnologias antimaterial tendem a ser menos dependentes de energia e podem, ou não, provocar uma falha catastrófica. Com freqüência, os mecanismos antimaterial produzem uma diminuição na capacidade de funcionamento do sistema de arma, sem incapacitá-lo totalmente. Os dois

exemplos que melhor demonstram a diminuição da capacidade de um sistema, sem provocar falhas desse tipo, são a neutralização da mobilidade e do poder de fogo. No primeiro caso, uma viatura blindada pode estar fisicamente imobilizada e impossibilitada de deslocar-se por um período de tempo considerável, porém ainda é capaz de lançar fogos precisos contra alvos dentro do seu campo de visão e alcance. No segundo, uma viatura blindada pode deslocar-se livremente, porém é incapaz de disparar. Isso lhe permite dispor da liberdade para deslocar-se até uma nova posição visando realizar reparos, ou continuar no ataque a fim de tirar proveito da ação de choque proporcionada pelas velocidade e quantidade de viaturas blindadas.

Tanto na neutralização da mobilidade quanto na do poder de fogo, o sistema de armas pode dar a impressão de encontrar-se em pleno estado operacional. É impossível avistar a plataforma e rapidamente determinar o seu estado de combate. Para determiná-lo definitivamente, é necessário que se realize uma observação contínua durante um período de tempo. Essa incapacidade constitui uma das desvantagens dos sistemas de tecnologia antimaterial, sendo ela especialmente acentuada quando as unidades estão em combate direto. Não obstante, quando empregadas no combate em profundidade, as preocupações concernen-

tes à avaliação do índice de destruição são consideravelmente menores.

Aprendemos com a Guerra Árabe-Israelense de 1967 que, "o que pode ser observado, pode ser atingido; o que pode ser atingido, pode ser destruído". Evidentemente, a letalidade no campo de batalha deu um grande salto para a frente no período que se seguiu ao fim da 2.^a Guerra Mundial. Nos 22 anos que se passaram desde a Guerra do Oriente-Médio, a tecnologia aumentou, consideravelmente, tanto a capacidade de proteger alvos resistentes como a de localizar e atingir esses alvos com extrema precisão.

Consideráveis esforços e verbas têm sido investidos no "laço DO" de blindados/anti carro (A^o). Os armamentos A^o estão constantemente aumentando em tamanho, potência e sofisticação tecnológica. Para cada aperfeiçoamento na área de blindados, há uma nova munição perfurante; para cada novo tipo de munição perfurante, há um novo tipo de blindagem. E o ciclo continua. Uma miríade de programas abordando a proteção e outras capacidades de sobrevivência redundaram em consideráveis aperfeiçoamentos na capacidade dos sistemas de armas de permanecer eficazes em ambientes de combate extremamente rigorosos.

Pode-se observar uma concorrência semelhante entre os avanços tecnológicos na área de defesa antiaérea e as mudanças

na doutrina de aviação acompanhadas de programas de sobrevivência. Os aperfeiçoamentos na artilharia vêm colocando uma maior ênfase no posicionamento e nos fogos da contrabateria, ao passo que a necessidade de mais meios de comunicações age contra os esforços visando atender aos requisitos de segurança e antiinterferência.

Dentre os subprodutos desses programas, citam-se os elevados aumentos nos custos e na complexidade dos novos sistemas de armas e a necessidade de realizar uma extensa manutenção e modernização dos sistemas já distribuídos que devem permanecer no arsenal. Para cada avanço, tem havido uma contramedida, normalmente seguida de uma contra-contrainiciativa. Há despesas diretas associadas à aquisição de cada sistema, e despesas indiretas relacionadas com os maiores peso e complexidade. A verdade é que em algum momento, no futuro não muito distante, os sistemas de armas tornar-se-ão tão complexos e caros que os contribuintes e o Congresso não mais considerarão a sua aquisição como sendo economicamente viável.

A ALTERNATIVA ANTIMATERIAL

Existem outras soluções no tocante à destruição explosiva de todos os alvos inimigos. A aplicação dessas soluções requer tanto o desenvolvimento de nova doutrina

quanto uma nova mentalidade por parte dos comandantes militares em todos os níveis. Embora as mudanças doutrinárias não representem um desvio radical do que ora existe, elas de fato exigem que os Estados Unidos adotem uma política de aceitação da projetada diminuição da capacidade de uma força inimiga como fator de êxito. Isso implica em uma determinação em empregar sistemas de armas que diminuirão a capacidade de funcionamento dos sistemas inimigos, sem provocarem a destruição total de *todos* os elementos dessa força. Naturalmente, a necessidade de atacar alvos, com armamentos que produzem a destruição explosiva, continuará a ser uma preocupação prioritária. A tecnologia antimaterial complementar, porém não substituirá, a destruição explosiva.

A mudança de mentalidade será mais difícil para um grande número de soldados, particularmente para aqueles que defrontam, diretamente, um adversário potencialmente belicoso. Nos escalões mais altos da liderança, a necessidade de se contar com meios alternativos aos armamentos de destruição explosiva já foi reconhecida e geralmente aceita. O que ora precisamos é de nos conscientizarmos da necessidade de desenvolver e empregar armamentos dotados de tecnologia antimaterial em todas as Forças Armadas. Tais sistemas devem ser compreendidos e aceitos em virtude de sua capacidade de propor-

cionar contribuições de vulto no campo de batalha.

Há vários exemplos históricos que sustentam as soluções antimaterial. Uma das técnicas mais antigas, e que continua a ser utilizada, é o emprego da fumaça para diminuir a mobilidade e o poder de fogo. Atualmente, agentes fumígenos de múltiplos espectros são empregados para obstruir sensores que possam "ver" além do alcance da visão, conseqüentemente diminuindo os sistemas de armas inimigos e aumentando a capacidade de durar na ação de nossos sistemas. Outros exemplos incluem o emprego, durante a 2ª GM, de técnicas de despistamento por radio-farol, visando atrair aeronaves para áreas bem-defendidas, o que aumentava a sua vulnerabilidade, desviando-as, ao mesmo tempo, dos seus alvos designados.

Há um grande número de vantagens a serem obtidas da adoção atual da abordagem da tecnologia antimaterial. Acima de tudo, as armas dotadas dessa tecnologia serão eficazes no combate travado no nível operacional da guerra. Ataques eficientes contra alvos em profundidade constituem um pré-requisito para o cumprimento da missão da força terrestre.¹ Ao empregar sistemas de tecnologia antimaterial de longo alcance ou obstáculos dessa tecnologia, projetados de modo a diminuir a mobilidade do inimigo, poder-se-á neutralizar, consideravelmente, o ritmo exigido pela dou-

trina inimiga. Pequenas interrupções nos padrões de mobilidade do inimigo, quando em profundidade na sua área de retaguarda, poderão produzir efeitos "cascata" mais adiante. O atraso de uma hora por parte de uma força inimiga, localizada em profundidade no seu próprio território, poderá resultar em que a força não chegue a sua posição de deslocamento designada até várias horas após o seu momento previsto para o ataque. Esse período poderá ser crucial para a força norte-americana que tiver de engajar alvos inimigos no limite anterior das posições amigas (LAPA), uma vez que tal interrupção reduzirá o número de viaturas blindadas inimigas que irá enfrentar diretamente em qualquer momento específico. O tempo economizado proporcionará aos comandantes uma oportunidade para obter maiores informações, realizar estudos de situação mais precisos, transmitir ordens operacionais e valer-se da mobilidade necessária para derrotar uma força blindada numericamente superior. Esta é uma vantagem de fundamental importância, comprovada repetidas vezes em exercícios de campanha e em simulações. A capacidade do comandante norte-americano de tomar decisões chaves e reconstruir forças, mais rapidamente do que o inimigo possa reagir, representa um importante e decisivo papel na determinação do desfecho da batalha.

O emprego de tecnologias

antimaterial é bem compatível com a doutrina emergente de estratégias de evolução competitiva, ao dar ênfase à nossa tradicional virtude de inovação científica (tecnologia imaginativa). Os sistemas de armas decorrentes dessas tecnologias são bem adequados à exploração das vulnerabilidades típicas soviéticas relacionadas às redes logísticas limitadas, à dependência de concentrações de força e aos sistemas de decisão e controle centralizados. Na maioria das vezes, os sistemas de armas antimaterial propostos poderão ser empregados de modo a proteger os soldados, auxiliando, dessa forma a manter a necessária maior flexibilidade da nossa força em relação à do inimigo².

Em comparação com as armas de destruição explosiva, as armas antimaterial destruirão os alvos de modo mais econômico. Muitos dos sistemas antimaterial propostos consistem em armamentos de área que poderão engajar, simultaneamente, múltiplos alvos. Para citar um exemplo, o emprego de luz isotrópica para causar cegueira por ofuscamento nos soldados inimigos afetaria os sensores ópticos/infravermelhos de qualquer sistema que estiver orientado na direção da explosão. Ainda outro exemplo consistiria no emprego das armas de microondas de alta potência (HPM) para eliminar sistemas de comunicações e outros equipamentos eletrônicos vulneráveis cuja faixa de operação estiver dentro do raio de ação do

pulso da microonda. Em ambos esses exemplos, é provável que o nível de energia total necessário para afetar, adversamente, o alvo seja muito menor do que aquele exigido para destruí-lo com energia cinética ou química.

Outra aplicação da tecnologia antimaterial como arma de área de emprego eficiente de energia seria a utilização de substâncias que interrompam o funcionamento dos motores. O professor Hoenig, da Universidade de Arizona, sugeriu tal técnica há vários anos, porém suas idéias foram rejeitadas.³

Os sistemas de armas antimaterial poderão ser empregados de modo semelhante aos obstáculos e campos de minas atualmente utilizados pela engenharia de combate. Estas técnicas jamais são empregadas por si só, mas, sim, de modo a canalizar a força inimiga e em combinação com fogos. Da mesma forma, os sistemas de armas poderão canalizar o inimigo para as zonas de destruição designadas, bem como aumentar a probabilidade de destruição (P_d) dos sistemas de armas projetados para penetrar em qualquer tipo de blindagem protetora.

Para citar um exemplo, se pudessemos provocar a perda de velocidade do motor de uma viatura blindada, mesmo que temporariamente, então os mecanismos de destruição explosiva, tais como Mísseis de Detecção e Destruição de Blindados (SADARM), *Hellfire* ou *Copperhead* seriam muito mais efi-

cazes, uma vez que a probabilidade de impacto (P_i) e a P_d dependem da mobilidade da plataforma. A P_i aumentará à medida que a mobilidade dos alvos diminuir. Em outra abordagem, se pudessemos alterar a trafegabilidade do terreno em determinadas áreas, então as forças inimigas seriam forçadas a transitarem em redes rodoviárias já existentes, o que aumentaria as probabilidades de impacto e de destruição dos armamentos sofisticados, ao reduzir a área de busca para os sensores de bordo.

Em se tratando de distâncias mais curtas, talvez seja vantajoso que a infantaria leve disponha de sistemas antimaterial, pois, ao possuírem um sistema que provoca falhas mecânicas nos motores, o infante poderá escolher entre escapar de uma posição prestes a ser ultrapassada pelas viaturas mais velozes, ou permanecer na posição o tempo necessário para permitir que seu sistema de arma anticarro dispare um tiro certo contra um alvo estacionário. Tal conceito poderá ser de considerável ajuda para o comandante de frontado com o dilema concernente à introdução de unidades de infantaria leve em campos de batalha de média e alta intensidade, onde há uma preponderância de forças de infantaria mecanizadas e blindadas, apoiadas por artilharia autopropulsada.

Outrossim, existe a possibilidade de um papel de defesa anti-aérea para a tecnologia antimate-

rial. As aeronaves, tanto os helicópteros quanto as de "alta velocidade", são bastante vulneráveis à introdução de objetos estranhos em suas turbinas. O desenvolvimento de substâncias aerotransportadas, projetadas para provocar falhas mecânicas nas turbinas, constituiria uma abordagem ao papel de defesa antiaérea. Essas substâncias poderiam ser dispersadas pelas rotas de voo das aeronaves, ocasionando uma interrupção temporária ou uma falha catastrófica. A perda de velocidade das turbinas produzida por meios eletromagnéticos ou o embaçamento do *canopy* deslizante da cabine do piloto representam outras possibilidades do emprego de tecnologia antimaterial. Em qualquer caso, evitar-se-á que a aeronave inimiga conclua sua missão.

Aplicações avançadas para a defesa antiaérea poderão ser concebidas mediante a combinação de tecnologias emergentes. Por exemplo, se as tecnologias de sistemas eletrônicos não padronizados de identificação de aeronaves (IFF) forem combinadas com um aerossol neutralizador de turbinas, poderão ser empregadas minas aéreas para controlar o espaço aéreo que não for protegido, fisicamente, pelos sistemas de Defesa Antiaérea Avançada (FAAD). Mesmo com a padronização dos sistemas IFF, a sua introdução aumentaria, de modo considerável,

a complexidade do controle do tráfego aéreo.

Embora se possa empregar uma substância invisível na mina aérea, há um grande número de vantagens em combiná-la com um gás colorido. Ao tornar a nuvem visível, os pilotos teriam a opção de atravessá-la ou contorná-la. Após presenciarem outras aeronaves chocando-se contra o chão, eles se manterão afastados da nuvem. Produzir-se-á, dessa forma, um fator dissuasor eficaz. Mais adiante, a fumaça colorida, sem a substância nociva, poderia ser empregada da mesma forma, de modo a dissuadir as aeronaves inimigas de penetrarem na área.

Os sistemas antimaterial também proporcionam grandes oportunidades no que diz respeito à segurança das instalações. Uma vantagem de sua aplicação nesse papel é o ambiente relativamente controlado em que atuarão. Podem-se preparar concentrações químicas de qualquer densidade necessária para cumprir a missão. Para citar um exemplo, uma embaixada poderia instalar geradores de agentes químicos não-letais nos portões do recinto. Eles poderiam ser ativados manualmente pelos guardas, ou por sofisticados sensores projetados para detectar explosivos. Essa abordagem não-letal teria um significativo valor diplomático, se os terroristas pudessem ser capturados vivos ou, pelo menos, dissuadidos do seu objetivo.

NOVOS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DO COMANDO

Há, associado à maioria das armas de área, um assunto relacionado com o fratricídio. Esse problema poderá ser solucionado se for adequadamente abordado na formulação da doutrina, porém requererá considerável atenção. O comando e controle de tais sistemas exigirão uma rígida observância das normas. Alguns sistemas não serão adequados para o combate aproximado, mas poderão ser decisivos no combate em profundidade.

O comandante encarregado do emprego desses sistemas antimaterial deverá possuir alguns conhecimentos do funcionamento dessas tecnologias, de modo que as possa empregar segura e eficazmente. O comandante que empregar os sistemas antimaterial enfrentará um campo de batalha bem mais complexo. Embora não esteja previsto que o comandante seja um cientista, conhecimentos básicos de física, química e engenharia de armamentos poderão tornar-se muito mais importantes do que o foran no passado. Não é prematuro demais começar a considerar a introdução de cursos de reciclagem em ciência básica nos currículos de todas as escolas técnicas militares, em todos os níveis.

Naturalmente, todos os esforços serão envidados a fim de facilitar ao máximo a compreensão dessas tecnologias por parte dos soldados. Mesmo assim, eles te-

rão de saber muito mais do que simplesmente apontar a arma, tanto da perspectiva dos efeitos da arma sobre o inimigo quanto da sua própria segurança. Por exemplo, saber proteger-se das armas eletromagnéticas poderá tornar-se tão importante quanto os conhecimentos dos perigos atuais relativos às ameaças nucleares, biológicas ou químicas, conforme ilustrado pela incorporação de equipamentos de proteção contra raios laser, já exigido para as unidades deslocadas à frente. A preparação e o adestramento dos soldados terão de seguir técnicas mais sofisticadas tendo em vista a tecnologia.

ARMAMENTOS ELETROMAGNÉTICOS

Os armamentos eletromagnéticos representam uma classe de sistemas antimaterial que estão sendo integrados, gradativamente, ao campo de batalha. Até agora, essa abordagem tem sido de modo parcelado, com cada tecnologia e sistema sendo introduzido e desenvolvido de forma quase que independente. O raio laser foi originariamente empregado em armas terrestres como telêmetro, mais tarde, como arma defensiva e, posteriormente, como arma ofensiva, à medida que níveis mais elevados de potência tornavam-se disponíveis. É muito provável que as necessidades de propagação e de potência da onda permitam apenas o emprego de

sistemas terrestres a laser de baixa a média potência em um futuro próximo. Os "perfurantes" de alta potência ainda não atingiram seu potencial previsto, após muitos anos de pesquisa e desenvolvimento.

O emprego do raio laser como arma no campo de batalha foi adiado em virtude da incapacidade de definir assuntos relacionados com o comando e controle e da falta de confiança nas análises da relação custo-benefício e da eficácia operacional. O *Stingray*, por exemplo, consiste em um sistema de arma a laser de baixa potência, projetado para ser empregado em apoio a uma força blindada.⁴ Há vários anos atras, a tecnologia tipicamente antimaterial do *Stingray* foi posta à prova, sob condições de combate, logrando significativo êxito. O que ainda falta é a definição da estrutura da força e da doutrina sobre como empregar esse sistema em combate. Não havia certeza quanto à quantidade de armas *Stingray* que seria necessária para proteger uma força de determinado valor, quantos alvos seriam destruídos pelas armas de destruição explosiva e como os comandantes empregariam o sistema de modo a garantir que as forças amigas também não fossem atingidas. É imperioso que esses problemas sejam resolvidos, caso quisermos determinar se a relação custo-benefício exigirá a introdução de um novo sistema. Ainda assim, os raios laser certamente se tornarão mais preponderantes no

campo de batalha, e, conseqüentemente, requererão maior atenção doutrinária.

Com a detonação de armas nucleares, deparamos com os problemas associados ao pulso eletromagnético (EMP). A conseqüência disso foi a implementação de programas destinados a proteger nossos sistemas contra os efeitos do EMP, bem como a criação de técnicas para o desenvolvimento de armamentos que pudessem empregar o pulso eletromagnético produzido tanto por armas nucleares como não nucleares. Além disso, as microondas de alta potência foram consideradas como sendo altamente vantajosas para as Forças Armadas, tendo-se já estabelecido programas para desenvolver seu potencial.

Em 1988, foi conduzido um jogo de guerra na instalação de Provas de Waterloo a fim de analisar o impacto das tecnologias emergentes sobre o combate no futuro. Uma das tecnologias mais bem-sucedidas foi a das Microondas de Alta Potência (HPM). Concluiu-se que "os sistemas operados remotamente HPM davam a impressão de proporcionar o potencial de neutralizar, de modo considerável, o sistema de comando, controle e comunicações do inimigo na zona de combate".⁵ Tem-se dado pouca consideração ao impacto das HPM do ponto de vista doutrinário. Além de tornarmos os nossos sistemas de comunicações mais resistentes, devemos estudar os conceitos de-

fensivos que serão necessários para combater nesse ambiente altamente electromagnético.

O que agora é preciso e já está começando a tomar forma é um programa nacional coordenado abrangendo todo o espectro das armas eletromagnéticas, exigindo, portanto, que se dedique uma maior atenção à doutrina para seu emprego.

PROTÓTIPOS SIMULADOS

Existe um grande número de tecnologias adequadas aos sistemas antimaterial. Pela sua própria natureza, várias delas são classificadas. A esta altura, é necessário que haja um diálogo cerrado entre a comunidade de "usuários" e a de "responsáveis pelo desenvolvimento", a fim de que possamos tirar proveito das oportunidades tecnológicas atualmente disponíveis. Para isso, deverá haver um equilíbrio entre a procura de aplicações militares gerais para a tecnologia e a seleção de tecnologias específicas destinadas a atender às necessidades atuais. Precisamos de usuários dotados de capacidade técnica adequada para compreender as vantagens e implicações da alta tecnologia. Em contrapartida, precisamos que o pessoal técnico responsável pelo desenvolvimento de tais tecnologias esteja ciente das necessidades operacionais dos soldados, os quais deverão empregar os sistemas de armas após seu desenvol-

vimento e distribuição às unidades. Isso somente poderá ser feito mediante uma coordenação cerada e um processo iterativo.

Em virtude da rapidez com que as novas tecnologias estão se tornando disponíveis, haverá uma necessidade urgente para que os responsáveis pelo desenvolvimento do treinamento e da doutrina sejam integrados ao planejamento, juntamente com os responsáveis pelo material bélico, no início do processo. A consequência disso será que precisaremos de uma capacidade de simulação mais avançada. Uma maneira de levarmos a cabo o desenvolvimento simultâneo de diversas tecnologias consistirá no emprego de protótipos simulados. A atual abordagem referente ao desenvolvimento de doutrina e à engenharia de sistemas tende a ser um processo baseado em tentativas. Essa situação está mudando, porém, até agora, o ritmo vem sendo demasiadamente lento para acompanhar os avanços na área de sistemas de armas.*

O conceito do protótipo simulado consiste na criação de uma simulação de engajamento representando um futuro campo de batalha, juntamente com sistemas amigos e inimigos, os quais seriam desdobrados no momento previsto. Esse conceito permite ao pessoal responsável pelo desenvolvimento de sistemas conceber, hipoteticamente, um sistema fictício e atribuir-lhe certos parâmetros técnicos. As características desse sis-

tema fictício seriam então introduzidas numa simulação e postas à prova em combate em diversas situações. O operador do sistema fictício seria treinado da mesma forma que o seria se o sistema fosse real.

Haveria oportunidade para incorporar o sistema fictício a uma equipe de armas combinadas, de modo a analisá-lo da perspectiva do "FIGHTPRINT", "TRAINPRINT" e MANPRINT (integração de recursos humanos e pessoal). Isso implica que o FIGHTPRINT permite o desenvolvimento e a avaliação do conceito de como o sistema fictício seria empregado no combate real, ao passo que o TRAINPRINT forneceria as respostas necessárias para estabelecer as normas de treinamento mais adequadas. Os resultados, em conjunto, ajudariam a guiar a preparação e a confirmação das relações de necessidades, a partir das quais poderão ser desenvolvidos os sistemas de armas reais. Essa abordagem também poderá fornecer dados relativamente baratos que indicarão se um sistema fictício deverá, ou não, passar para a fase seguinte de desenvolvimento de engenharia.

Além de confirmarem as necessidades, os protótipos simulados permitirão aos formuladores de doutrina observar diversos conceitos relacionados com o emprego em combate de sistemas fictícios e lhes ajudarão a formular e confirmar futuras doutrinas. Os protótipos simulados represen-

tarão uma opção bastante econômica para pôr à prova múltiplas tecnologias novas, com vistas a determinar quais delas produzirão os maiores benefícios. Ao mesmo tempo, os responsáveis pelo desenvolvimento do treinamento poderão antecipar-se bastante ao processo ao invés de acompanhá-lo, o que vem sendo o caso com demasiada frequência.

Ao aplicarmos os protótipos simulados à tecnologia antimaterial, deveremos prestar bastante atenção às estimativas do atrito produzido pelo sistema fictício. As cifras deverão refletir as capacidades razoavelmente previstas do sistema fictício atuando em um determinado nível de desempenho. Parte do exercício consistirá em determinar que resultados significativos, do ponto de vista militar, terão de ser alcançados e em fornecer orientação para os métodos de emprego/colocação e os sistemas de lançamento.

Por exemplo, para um sistema HPM ser eficaz do ponto de vista militar, o modelo poderia proporcionar o raio de ação do pulso, em um determinado nível de energia, que seria necessário para diminuir a capacidade de uma porcentagem específica de sistemas de comunicações inimigos. Em seguida, o responsável pelo desenvolvimento poderia determinar a potência da fonte de energia necessária para garantir que energia suficiente seja dirigida em direção à zona de ação do alvo, de modo a neutralizar esses sistemas. Além

disso, ele poderia determinar se existe um mecanismo de lançamento capaz de transportar a fonte de energia e os outros componentes da arma. Esses dados indicarão à pessoa interessada se a tecnologia atual ou prevista poderá atender às necessidades do desenvolvimento de tal arma. Finalmente, os riscos associados ao seu desenvolvimento poderão ser identificados e avaliados.

VULNERABILIDADE DO SISTEMA

A fim de empregarmos adequadamente o potencial proporcionado pela tecnologia antimaterial, teremos de conceituar os sistemas de armas nos termos mais abrangentes possíveis. Esse processo deverá incluir as características do sistema em conjunto, bem como cada um dos subsistemas que apóiam a eficiência da plataforma no decorrer das missões. Além disso, todos os mecanismos de apoio, seu desenho, função e relacionamento ao sistema principal, deverão ser incluídos nesse processo mental. O objetivo será identificar qualquer deficiência no sistema.

Será possível diminuir a capacidade de um sistema de armas sem atacar a plataforma principal. A diminuição da capacidade de sistemas sem atacar uma viatura blindada poderia envolver, por exemplo, o emprego de agentes químicos altamente corrosivos contra os comboios de remunicia-

mento ou reabastecimento. Essas substâncias poderiam ser concebidas para corroer, rapidamente, os pneus de viaturas sobre rodas, ou danificar os filtros ou as mangueiras nos seus motores. Outra abordagem consistiria no desenvolvimento de agentes químicos que se misturassem com o combustível sendo transportado ou interagissem com o propelente da munição, alterando, dessa forma, as características químicas necessárias para o funcionamento adequado dos referidos suprimentos. Soldado algum deseja munição que não funcione corretamente ou combustível contaminado em situação de combate.

Os agentes anteriormente mencionados podem ser introduzidos em qualquer fase da vida de serviço do alvo. Com um planejamento adequado, a matéria-prima poderia ser danificada, ou o produto final interceptado e contaminado antes de ser distribuído às unidades ou durante o seu trajeto até o campo de batalha. Temos de procurar os pontos vulneráveis. Por exemplo, talvez seja mais vantajoso atacar os comboios de ressuprimento do que lançar agentes químicos antimaterial sobre uma unidade blindada operacional, uma vez que as viaturas sobre rodas do referido comboio constituem alvos menos resistentes, que devem deslocar-se por redes logísticas conhecidas e limitadas. Os requisitos são uma análise de "princípio a fim" do sistema de armas a ser atacado, seguida do de-

envolvimento de aplicações específicas para as novas e emergentes tecnologias, objetivando as vulnerabilidades observadas.

Adequadamente identificados, os sistemas vulneráveis às armas antimaterial poderão proporcionar uma classe de alvos adequada à doutrina de "decisão-deteção-lançamento", quando da condução de um combate em profundidade. Os comboios de viaturas, pontos de reabastecimento ou elementos de comando, pela sua própria natureza, possuem características ou assinaturas identificáveis que permitem o desenvolvimento de algoritmo para a busca de alvos. A interdição do comando e controle ou das atividades de reabastecimento, mediante a introdução desses tipos de armas de área em profundidade na retaguarda do inimigo, proporcionará aos comandantes divisionário e de corpo-de-exército uma alternativa eficaz aos mecanismos de destruição explosiva. Essas armas poderão interromper sobremaneira o ritmo do inimigo, além de contribuir para a sua derrota tanto no limite anterior das posições amigas como a nível operacional.

Outra vantagem proporcionada por algumas tecnologias antimaterial é a possibilidade de aumentar a variedade de opções de que dispõe o comandante em qualquer situação. Ao dispor de sistemas não-letais, o comandante será capaz de ampliar as regras de engajamento, diminuindo, dessa forma, o perigo para seus solda-

dos. Tais sistemas oferecem excelentes opções para situações altamente instáveis em que o início de hostilidades não tenha sido declarado oficialmente, porém o clima de tensão esteja muito acentuado.

Por exemplo, um comandante poderia autorizar o emprego de um sistema capaz de neutralizar uma viatura atravessando uma zona proibida, ao passo que talvez haja certa indecisão na hora de atuar se as únicas opções disponíveis provocarão, com toda a probabilidade, a perda de vidas. Do ponto de vista diplomático, é muito mais fácil lidar com um incidente envolvendo a destruição de propriedade do que com um em que tenha havido mortos ou feridos.

De modo semelhante, a destruição explosiva — particularmente os danos secundários concomitantes — é politicamente inaceitável em muitos conflitos de baixa intensidade ou em situações de contraterrorismo. Nesses casos, tecnologias como, por exemplo, as munições pirotécnicas de efeitos ópticos podem ser empregadas de modo a cegar por ofuscamento ou, de outra forma, incapacitar temporariamente os agressores.

O emprego de armas dotadas de tecnologia antimaterial no futuro campo de batalha apresentará várias vantagens. Elas constituirão uma alternativa econômica ao emprego de mecanismo de destruição explosiva, se aceitarmos o fato de que a diminuição da capa-

cidade de sistemas provocará uma interrupção significativa, do ponto de vista militar, no ritmo das operações inimigas. Para aproveitarmos adequadamente esse potencial, os sistemas inimigos deverão ser analisados do "princípio ao fim", as vulnerabilidades identificadas e os imaginativos recursos tecnológicos empregados. Quando for efetivamente desenvolvida, a tecnologia antimaterial proporcionará uma maior variedade de opções eficazes ao comandante no campo de batalha de média e alta intensidade e em situações de conflito de baixa intensidade. Para citar as palavras do Major General Robert Stunell, "para enfrentar a ameaça soviética, os Estados Unidos terão de efetuar uma mudança revolucionária no emprego de sua tecnologia num futuro campo de batalha".⁷ A tecnologia antimaterial

proporciona os meios para efetuar essa mudança revolucionária, ao constituir-se numa opção viável aos mecanismos de destruição explosiva.

NOTAS

1. Gen Hans Henning von Sandart, do Exército da RFA, "Considerations of the Battle in Depth", *Military Review*, Out. 87.
2. *United States Army Themes for Competitive Strategies*, Ago 88.
3. Roland K. Mar, "Bang-less Tank Killer", *U.S. Naval Institute Proceedings*, Set 86.
4. David Morrison, "Tactical Laser Weapons", *Lasers and Optonics*, Mai 89.
5. *Warfhting with Emerging Technologies: Report on the Tech Base War Games*, jogos de guerra conduzidos na Instalação de Provas de Watterways, Mar 88, Comando de Laboratórios do Exército dos EUA.
6. Gen Paul Gorman, "Training Technology", *International Military and Defense Encycloperia*, Anteprojeto, Nov 88, e comunicação particular.
7. Maj Gen Ruber Sunnell, *Defense News*, 17 Out 86.

O Coronel R/1 John B. Alexander, do Exército dos EUA, é o diretor da Seção de Tecnologia Antimaterial do Laboratório Nacional de Los Alamos, em Los Alamos, Novo México. Quando rta Ativa, serviu como diretor do Departamento de Conceitos de Sistemas Avançados, Comando de Laboratórios do Exército; chefe do Departamento de Integração de Tecnologia, Comando de Material Bélico do Exército; assistente do subchefe-de-estado-maior da Seção de Administração e Planejamento de Tecnologia, Comando de Material Bélico do Exército e chefe da Seção de Tecnologia Humana Avançada, Comando de Informações e Segurança.



GASOLINA OU ÁLCOOL?

**JULIO SERGIO DOLCE DA SILVA e
GUSTAVO BORGES**

Este artigo, escrito em março de 1990, dá a visão pessoal dos autores sobre um assunto de permanente evidência na imprensa, desde a decisão de utilizar-se o álcool como solução brasileira para atender às necessidades de uma de suas matrizes energéticas.

O CARRO E SEU TABELAMENTO

Carro tipo "passeio" é meio de transporte privilegiado: serve a poucas pessoas, poucas horas por dia. À sua falta, seus usuários habituais podem sempre recorrer ao transporte coletivo ou ao táxi. Poucas pessoas dele realmente dependem para seu trabalho: médicos atendendo clientes em casa, profissionais trabalhando em horário ou local desprovido de transporte coletivo adequado, etc. Mas mesmo esses, via de regra, podem repassar, a terceiros, custos mais elevados de combustível. Basta recordar como sobreviveram durante a 2ª Guerra.

A posse de carro pressupõe proprietário com posses de classe média, cuja renda é também suficiente para custear abastecimento e manutenção. Se o preço do combustível for alto, os proprietários reduzirão seus deslocamentos (principalmente passeios e viagens), ou simplesmente venderão o veículo. Ao contrário da alimentação básica, da saúde, da educação e da moradia, sua falta não é desastrosa nem prejudica a saúde. Apenas reduzirá o conforto de se deslocarem sozinhos, a qualquer momento e em poltronas anatômicas.

A produção e venda de carros é considerada importante pelo Governo da União pelo vulto do IPI gerado. Isso, porém, não nos parece

racional, pois o fato de contribuir para a arrecadação federal não justifica o gasto em divisas e a poluição causada pela gasolina. A contrária senso, deveriam ser tabelados outros produtos supérfluos: perfumes, jóias, marron glacê e caviar.

O fomento à produção de carros sob a alegação de criar empregos e melhorar o transporte é discutível. Desde logo, o lucro das multinacionais é repatriado com divisas subsidiadas (atualmente mais de 100%). O maior paradoxo, porém, é o Governo — através de suas siderúrgicas — achatar o preço da chapa de aço (absorvendo o prejuízo) para permitir, às montadoras, praticarem preços menores. Em outras palavras, subsidia o aço para serem vendidos mais carros; subsidia a remessa de lucros; e impede a implantação de novas montadoras. Hoje, as primeiras (GM, Ford, Volkswagen, etc.) formaram imenso cartório protegido contra qualquer nova concorrência. Se os preços dos carros estão altos (e, portanto, as montadoras estão consumindo divisas com seus lucros), parece óbvio ser mais fácil e mais lógico baixar preços pelo ingresso de novas montadoras. Não só cairia o preço como beneficiaria a qualidade do veículo nacional, hoje comparado a "carroças" dado o seu estado tecnológico.

Se os japoneses e coreanos entrarem com nova indústria automotiva, as existentes vão quebrar, alegam. Pois que quebrem. Seus

operários irão para as novas fábricas, os carros deixarão de ser "carroças", Volta Redonda dará menos prejuízo (ou terá mais lucros) e serão repatriadas menos divisas.

O polinômio siderurgia montagem tabelamentos controle cambial é mais uma prova das fantásticas ilusões e distorções criadas pela interveniência do Estado na economia. Libere-se a economia do dirigismo estatal, e todos se acomodarão.

Tabelar carros, em verdade, é um feixe de perversidades:

- beneficia os consumidores de maior renda;

- obriga ao tabelamento do aço, cujo preço é o maior insumo dos carros;

- comprime os salários e lucros das siderúrgicas, entre as quais, ironicamente, várias estatais (atualmente no vermelho);

- reduz o lucro das montadoras, porém é o próprio Governo quem lhes fornece divisas subsidiadas para remessa dos correspondentes lucros;

- como as multinacionais, as montadoras, em particular, consomem mais divisas do que deve-

Notas:

Tão irracional quanto o tabelamento de carros é o do cigarro. Com isto, o Governo estimula um vício pernicioso à saúde. Não há lógica em tabelar o fumo e não tabelar, por exemplo, bebidas alcoólicas.

Como o aço tabelado, a privatização da CSN será ruínoza para o Estado. Liberado o aço, ela será vivamente disputada em leilão público, alcançando preço compensador. Vender agora, na "bacia das almas", acarretará prejuízo vultoso pois, algum dia, os controles de preços haverão de cair (como já caíram até na União Soviética).

riam. Livre fosse o câmbio, so-
brariam mais para pagar a dívida
externa.

OS COMBUSTÍVEIS DISPONÍVEIS

Os veículos automotores exi-
gem fontes de energia "portáteis".

A eletricidade "armaze-
nada" tem sido objeto de longas
pesquisas, porém enquanto não
for descoberto um acumulador
leve, será inadequado. O peso e
volume das baterias inviabiliza a
solução.

A eletricidade obtida do sol,
isto é, fotovoltaica já tem sido ex-
perimentada com algum sucesso,
porém para operar à noite o carro
necessita de acumuladores, ca-
indo no caso anterior.

O óleo Diesel é excelente,
quer quanto ao rendimento, quer
quanto à portabilidade. Os moto-
res, porém, são inerentemente
mais pesados e ruidosos, razão
pela qual é quase exclusivamente
utilizado em máquinas de terraple-
nagem, caminhões e ônibus.

O gás natural se tem revelado
excelente substituto do Diesel e
seu uso deve ser incrementado por
não ser poluente. Em razão dos
problemas de abastecimento e do
peso/volume dos botijões, não
teve sucesso para carros de pas-
seio. Mesmo para caminhões e
ônibus, seu uso, por enquanto, só
é viável nas vizinhanças dos poços
naturais ou de terminais de gaso-
dutos, ainda raros no País.

Portanto, para carros de pas-
seio, restam apenas o etanol (ál-
cool) e a gasolina. O primeiro
merece capítulo à parte. A segun-
da será discutida a seguir e no pró-
ximo capítulo.

A primeira restrição à gaso-
lina é a circunstância de provir do
petróleo, de cujo consumo o Bra-
sil só produz a metade. E impor-
tação significa dispêndio de
divisas e dependência do estran-
geiro.

O petróleo, ao ser refinado,
gera numerosos produtos em pro-
porções pouco variáveis pela ma-
nipulação do homem. Como os
óleos (Diesel e lubrificantes) são
essenciais ao transporte coletivo
e de carga, resulta produção inco-
ercível de gasolina. Cortando o
consumo desta, podemos vendê-
la no mercado internacional.
Mesmo a preço vil, ela gerará divi-
sas para ajudar no pagamento da
dívida. Apenas será necessário
melhorar-lhe a qualidade.

A segunda e pior restrição à
gasolina é a poluição. Numa ci-
dade grande, são lançadas diaria-
mente, na atmosfera, toneladas de
CO, CO₂, SO₃, NO_x e fumaça. O
primeiro é tóxico; o segundo é su-
focante e gera o "efeito estufa"; o
terceiro gera a "chuva ácida"; e o
quarto prejudica os pulmões. Para
aumentar o rendimento, o melhor
aditivo é tetraetila de chumbo. Ora,
os compostos desse metal pe-
sado, lançados na atmosfera, são
ainda mais nocivos à vida animal
do que os quatro citados gases e
pó. Entretanto, o tetraetilo pode ser

substituído, com vantagem, por 10% de... álcool!

O aspecto positivo da gasolina é o custo, atualmente menor (Cr\$/Km rodado) do que o do álcool.

O primeiro "choque do petróleo", quando o barril subiu de US\$ 2 para US\$ 12/barril já serviu para mostrar como os países importadores dependiam da OPEP (cartel com maioria árabe). O segundo choque, quando o barril ultrapassou US\$ 32, tornou-o mais caro do que o álcool* e estrangulou países como o Brasil. E aí partimos, como de costume, para a solução errada: fazer empréstimos (com juros variáveis!) para pagar petróleo.

Segundo o Prof. Delfim Netto, então Ministro da Fazenda (75/79), boa parte dos petrodólares emprestados foram desperdiçados em gasolina barata. Em outras palavras, o Brasil endividou-se para alguns milhões de privilegiados poluírem o ar e se deslocarem sozinhos e com conforto, devendo a conta ser paga pela imensa maioria sem posses para comprar e sustentar um carro.

Raciocínio lógico e cartesiano nos conduz à conclusão de que:

■ O preço da gasolina não deveria ter máximo: que PETROBRÁS e postos cobrem o que melhor lhes convier. Ao contrário,

* É com um vermos comparações dos custos de barris de óleo e de álcool. Este está pronto para consumo; o primeiro ainda carece de refinação e só uma parte se transforma em gasolina.

deveria o Governo fixar um preço mínimo, a fim de mantê-lo sempre 30% mais caro do que o álcool, como incentivo ao uso deste;

O preço do álcool, até que estejam praticamente desaparecidos os carros a gasolina, deverá continuar tabelado a um teto bem compensador, porém liberados os produtores e os postos a praticarem preços menores, criando parcial e livre concorrência.

Os táxis a gasolina, caso aumentado o custo desta, realmente sofrerão sensível queda de renda, porém, graças aos incentivos proporcionados pelo Proálcool, são hoje pequena quantidade e podem ser trocados por modelos movidos a álcool, para os quais vem de ser renovada a isenção de IPI.

Não há, portanto, razão para se manter baixo o custo da gasolina em detrimento da PETROBRÁS e, portanto, do Tesouro Nacional. A rigor, inexistente razão para o tabelamento da gasolina: ao fazê-lo, o Governo está beneficiando cerca de 5 milhões de abonados proprietários em detrimento dos 135 milhões cuja renda não permite possuir carro. Mas a poluição é para todos!

A GASOLINA E A POLUIÇÃO

A poluição causada pelas gigantescas quantidades de petróleo queimadas pelo homem já preocupa seriamente todos os países. Chuva ácida, fumaça, intoxicação por efluentes do tetraetila de

chumbos são diariamente objeto de artigos assustadores, na Imprensa.

São Paulo, vez por outra, é obrigada a proibir a circulação de carros no centro, para evitar intoxicações graves na população. Los Angeles recém-adotou (ou está em vias de adotar) plano pelo qual irá gradualmente reduzindo a circulação de carros a gasolina até, dentro de 20 anos, somente permitir, no município, carros a álcool e ônibus a gás. Notícia-se que, dentro em pouco, o tetraetila será proibido e toda gasolina americana será misturada com 10% de álcool (o denominado "gasohol"). Taiwan (Formosa) publica diariamente as condições "respiratórias" de suas principais cidades e Taipei — a capital — não sai da condição de "insalubre". E o petróleo deve acabar entre os anos 2030 e 2050...

O baixo custo de gasolina (no Brasil) é falaz: consome divisas e qualquer conflito no Oriente Médio só fará aumentá-lo. Até que a PETROBRÁS remaneje suas fontes de abastecimento, poderá causar um colapso em nossos transportes. Nossa experiência com o Iraque foi funesta, mas rica em ensinamentos: não só tivemos períodos de redução nas exportações daquele país, com ele nos tomou "manu militari" o poço de Majnoon, por nós descoberto e que, por tratado assinado, deveria ser por nós explorado durante várias décadas.

Mais uma vez, aqui se repete

a afirmação: milhões de brasileiros labutam para produzir mercadorias de exportação, cuja renda é canalizada para os árabes, a fim de felizes proprietários de carro passearem a baixo custo. E os árabes torram seus petrodólares em Montecarlo, iates, e castelos na Inglaterra.

O ETANOL E O PROÁLCOOL

A matriz energética nacional, desde a década passada, possui, na composição dos combustíveis líquidos, alternativa de um combustível renovável e produzido dentro das nossas fronteiras com tecnologia totalmente nacional: o etanol obtido da cana-de-açúcar. Foi no Brasil que, pela primeira vez, o álcool teve emprego intensivo na indústria automotiva, rompendo a combinação petróleo/gasolina/carro que durou um século. De grande valor estratégico para o Brasil, o emprego do álcool carburante foi estimulado pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool), surgido em momento de grande incerteza para o futuro da Humanidade. Dois choques sucessivos nos preços do petróleo despertaram a sociedade para a fragilidade em que se baseava todo o sistema de transporte mundial, quase inteiramente dependente do petróleo, um combustível fóssil, finito, poluente e *desigualmente distribuído* sobre a Terra.

O Proálcool demonstrou a viabilidade técnica do etanol por mais de uma década, quando fo-

ram vencidos obstáculos de toda ordem, para finalmente consagrar-se como um combustível limpo e, por isso, recomendado para emprego em motores usados nas grandes concentrações urbanas.

Assiste-se, hoje, por motivos de interesses setoriais, muitas vezes pouco patrióticos, ao abandono dos objetivos iniciais do Proálcool. Objetivos esses que procuravam dotar o País de uma solução alternativa para o problema dos combustíveis líquidos automotivos, com tecnologia totalmente nacional. O não crescimento do preço do barril de petróleo aos níveis projetados para o final desta década foi o único argumento válido para se desprezar todos os incentivos proporcionados pelo Proálcool e fazer retornar o Brasil novamente à dependência energética de outros países.

Truísmo, pois, dizer que álcool é a melhor solução para a conjuntura brasileira: não polui; cria empregos (distribui riqueza, portanto), a maioria na lavoura (fixa o homem à terra e, portanto, reduz as migrações para as favelas); não gasta divisas (50% de nossa gasolina ainda provém do petróleo importado).

A CONSTITUIÇÃO — 88

A seguir, comenta-se — *em tipo itálico* — alguns dispositivos de nossa Carta Magna, de 88.

"Art. 1.º — A República Federativa do Brasil... tem como fundamentos:

I — a soberania;

Não éramos soberanos quando um simples capricho ou guerra do Iraque lançaria o caos em nossos transportes e em nossa economia.

IV — os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;"

Há décadas a livre iniciativa, na área do açúcar e do álcool vem sendo espezinhada e sufocada. Nas palavras do jornalista John Barham, do NY Times (ver apêndice):

"O Instituto (IAA) diz aos produtores quanta cana devem plantar, quanto deve ser transformada em álcool, quanto em açúcar e quanto deve ser exportado. É pleitora de órgãos governamentais quem organiza a espantosamente complexa estrutura de preços e subsídios, com o objetivo de manter comercialmente as vastas destilarias do Sul e sustentar a sobrevivência dos ineficientes do Nordeste... O Sr. Gustavo Maranhão, presidente da Associação dos Canavieiros do Nordeste, declarou que os exportadores nordestinos teriam condições de negociar contratos capazes de cobrir, com sobras, seus custos... O Sr. Maranhão é entusiasta do livre comércio. "Nós somos a favor da livre empresa", disse. "Queremos liberdade para exportar sem subsídios nem impostos". E conclui o jornalista: "Melhoramentos tecnológicos podem substancialmente reduzir o custo do álcool. Isto, porém, é inútil enquanto prevalecerem os rígidos controles do IAA"... "Uma

vez que os preços fixados pelo IAA são calculados para sustentar até o mais ineficiente dos produtores, as modernas e bem organizadas destilarias obtêm lucros maciços sem fazer força”

Obs.: recomendamos a leitura do citado artigo na íntegra (ver Apêndice 3).

“Art. 3º — Constituem objetivos fundamentais do Brasil:

I — construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Não pode haver justiça social em sistema de governo que eleva preços artificialmente para premiar incompetentes e ineficientes; que subsidia o aço para os carros de passeio ficarem mais baratos; que sustenta um câmbio artificial para as multinacionais enviarem mais lucros; que baixa o custo de um combustível importado em detrimento de um produto nacional.

.....
III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

Não pode um Governo “reduzir as desigualdades sociais” quando subsidia um produto não essencial e consumido por menos de 5% da população: o carro de passeio.

“Art. 23 — É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....
VI — proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.”

Não pode um Governo “combater a poluição” quando, tendo

uma solução “limpa” ao seu alcance, proporciona meios para perdurar solução “suja”.

“Art. 238 — A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.”

O problema, portanto, só parcialmente pode ser solucionado via decreto.

Pelo exposto acima, e considerando que:

— o Brasil realiza tarefa inédita já sendo copiada por outros países;

— a Petrobrás se deve concentrar no cumprimento de suas missões institucionais, em vez de se dedicar a criar regras para todo o País;

— o preço do petróleo, ao menor sinal de instabilidade dos países produtores, novamente começará a subir no mercado internacional;

— o petróleo é um combustível importado, finito e com suas reservas em franco declínio;

— o álcool é um combustível renovável, limpo e com praticamente ilimitadas possibilidades de expansão;

— a tecnologia para a produção do álcool é inteiramente nacional;

— os problemas atuais do Proálcool aconteceram unicamente por incompetência administrativa;

— o Brasil pode e deve ser auto-suficiente na questão energé-

tica de combustíveis líquidos;

Vimos sugerir projeto de lei tendendo a:

— fomentar o uso de álcool carburante;

— evitar prejuízos para a PETROBRÁS;

— evitar subsídio indireto à gasolina em detrimento ao usuário de transportes coletivos;

— moralizar o processo de aquisição de petróleo e do álcool carburante pela PETROBRÁS;

— reduzir a interveniência do Estado, na forma prescrita pela Constituição, Arts. 170 e 173.

Finalmente, cabe prognosticar as prováveis resistências a medidas tão radicais quanto as aqui propostas:

— pela PETROBRÁS, pelo

receio de seus funcionários perderem poder e empregos, decorrentes da redução do consumo de gasolina;

— pelos usineiros ineficientes, pelo receio de falirem, evento normal em economia de mercado (como haverá aumento de demanda de álcool, outras usinas eficientes surgirão para absorverem a mão-de-obra das falidas);

— pelas multinacionais do petróleo, pela certeza de que irão perder mercado;

— pelos países da OPEP, pelo receio de perderem um "cliente submisso" do tamanho do Brasil;

— pelas montadoras, ora no País, receosas de perderem o mercado cativo hoje desfrutado.



Cel QEM Júlio Sérgio Dolce da Silva — Engenheiro Mecânico e de Automóvel e Mestre em Ciências em Engenharia Mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia e Ph.D em Engenharia Mecânica pela University of Florida, USA. Professor da cadeira de Motores de Combustão Interna desde 1975 do IME onde ocupou a função de Chefe da Seção de Engenharia Mecânica até ser designado Chefe da Subdivisão de Cursos de Pós-graduação.



Cel Av R/1 Gustavo E. de O. Borges — Ingressou na FAB em 1939. Possui os cursos de Tática Aérea, Estado Maior e Telecomunicações Militares (U.S.A.). Foi Diretor-Geral da ECT, Diretor da CHEVAP e Secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara (governo Carlos Lacerda). Atualmente dirige uma empresa de Consultoria e Projetos de Engenharia.



DESTAQUES DA IMPRENSA

PRIVATIZAÇÃO EM DEBATE

Como um cartesiano convicto, de teste o fanatismo dos que se tramam em soluções radicais, num sectarismo intransigente. Parece que estamos entrando numa fase de maniqueísmo, com opções limitadas ao Bem e ao Mal, com algumas cadeias reservadas aos dissidentes, o Mal para todas as estatais e o Bem como coroamento de sua total extinção. Quando seria o caso de perguntar o que seria do Brasil sem algumas das estatais que se transformaram em colunas de seu desenvolvimento econômico. Como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, que inaugurou, no Brasil, a instalação da grande siderurgia, numa hora em que o capitalismo internacional o condenava a mero exportador de minérios. E como não reconhecer a benemerência da Petrobrás e da Eletrobrás e o que elas fizeram para a conquista de uma tecnologia, sem a qual não teríamos tido condições para o posto que já estamos ocupando, na economia mundial, nesse oitavo-lugar, fruto de um trabalho permanente, com que tanto se desvanece o cidadão brasileiro. Não posso esquecer que fez parte das tradições privatistas o combate à Usina de Paulo Afonso, com o argumento de que não encontraria consumidores para a energia que iria gerar. E os fatos aí estão, para desmentido dos derrotistas, que já lutavam contra um Brasil independente e autônomo.

Como me situo ao largo desse estreito maniqueísmo, torno a liberdade de indagar por que não se privatizam o Instituto do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool, entregando-os aos produtores, que já os vêm sustentando, com taxas especiais destinadas a um fim específico? Cabe aos produtores, e não ao Governo, resolverem se devem ser, ou não extintos, pois que os interesses que devem defender têm grande importância para os próprios produtores. Não seria o caso de convocar congressos de produtores para opinar e decidir a respeito, em vez de tomar medidas à revelia de todos eles? Situações como essa que está ocorrendo na Usina Ana Florência deveria ser decidida num órgão dos produtores, que não poderia ser indiferente ao destino de tantos plantadores de cana, no município mineiro de Ponte Nova. Quando se conhece a importância dos subsídios que a Comunidade Europeia está proporcionando aos plantadores de soja dos países que a compõem, e que se pode julgar do desprezo das autoridades brasileiras pelo esforço de seus produtores, deixados à margem de uma decisão que pode ter, para eles, importância realmente vital. Tanto mais quando as culpas que são acusados podem ser da responsabilidade exclusiva dos Ministérios a que estavam subordinados, como era o caso dessas exportações a longo prazo, que tanto prejuízo trouxeram para o Brasil, e presentes num processo que ninguém sabe por que parou, quando havia que apurar se figu-

rava, ou não, entre as demonstrações de corrupção do governo da Nova República.

Mais um argumento contra o miquelismo, sobretudo agora, quando começam a surgir as demonstrações dos inconvenientes da privatização à *outrance*, à margem das atitudes da sra. Thatcher, que está arrastando consigo o Partido Conservador ao abismo da impopularidade. Já no pleito de 1987, votação por ele alcançada não foi tão grande quanto se disse no noticiário internacional. Não foi além de 43% dos votos de todo o eleitorado que compareceu às urnas, favorecido menos pelo apoio popular do que pelo sistema eleitoral adotado na Inglaterra. Numa excelente reportagem, a correspondente do **JORNAL DO BRASIL**, Ruth Aquino, já nos recorda que "não basta privatizar para conseguir eficiência". E refletindo pronunciamentos que vêm ocupando a imprensa londrina, acrescenta que "o economista encontrou, na herança da sra. Thatcher, a prova viva de que o miquelismo, na economia, não funciona. Não dá para dizer que tudo que vem do Estado é o Mal e tudo que vem do setor privado é o Bem. Temos, aliás, no Brasil, uma prova dessa verdade, no caso da estatal Mafersa. Foi pelo fracasso de uma administração privada que o estado se viu obrigado a encampá-la, para atender a um numeroso operariado, sob a ameaça de fechamento da fábrica, embora tudo isso trouxesse o aumento do número de estatais.

Nem sempre a privatização é fonte de popularidade para o governo que a realiza. Aqui, no Brasil, por exemplo, companhias de fornecimento de energia elétrica estrangeiras, como a Light e a Bond and Share, estavam longe de conquistarem o apoio popular. Da Light se falava que era o "polvo canadense". A Bond and Share era objeto de críticas contundentes, nos Estados em que vivia como concessionária de serviços públicos. Com a privatização as críticas e as censuras se transferem para o Estado que a adotou. Isso mesmo já está acontecendo na Inglaterra, inscrevendo-se

nas campanhas contra o governo da sra. Thatcher. Embora haja outros fatores, não se pode ignorar que também está presente a insatisfação gerada pelas estatais privatizadas.

Há outro aspecto que precisa ser considerado. A privatização se completa com o concurso de capitais disponíveis, desviados de outras aplicações, que poderiam concorrer para uma maior diversificação da industrialização nacional. Quando revele maior eficiência, o que nem sempre acontece, pode trazer maior rendimento para o Produto Interno Bruto do país, mas não em condições de superar a receita que poderia resultar de uma diversificação maior da capacidade industrial da Grã-Bretanha. Optando pela privatização, a sra. Thatcher está condenando a Inglaterra a desistir de maiores mudanças, a troco de algumas migalhas que vão para os cofres do Estado, o que está longe de ser um programa de progresso industrial. Como quem se contenta em mudar a fachada de sua residência.

Por isso um comentador de economia, o sr. Victor Keegan, que encontro citado no JB, opina que a "economia da Grã-Bretanha precisa urgentemente, de uma terapia eletroconvulsiva, usada às vezes, como último recurso, no tratamento de problemas psiquiátricos. Ninguém sabe exatamente como, ou porque isso funciona, mas, com o choque, o cérebro volta a um estado que torna possível a adoção, com eficiência, da terapia tradicional".

Embora haja que distinguir entre os choques, os que são estimulantes e os que desanimam sempre os doentes em tratamento. A privatização se vale de capitais disponíveis, contentando com escassos proventos de eficiência. Tem, por isso mesmo, efeitos limitados e restritos, não passando de uma substituição da administração das empresas, como esses golpes de estado que mudam o nome do dirigente. Não chega a criar ou a inovar coisa alguma, o que nos leva a concluir como a sra. Thatcher está longe dos inventores que, pelo seu des-cortino, ou pela sua imaginação, soube-

ram promover, em fins do século XVIII, a Revolução Industrial que deu à Inglaterra o domínio do mundo.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, edição de 06/05/90. Artigo assinado pelo jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e presidente da Associação Brasileira de Imprensa, BARBOSA LIMA SOBRINHO)

O BRASIL DO SR. MABUL UI HAQ

Com foguetório e conferências de imprensa, o PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) acaba de lançar um livro que promete ter grande impacto. As primeiras oito mil cópias do *Human Development Report 1990* esgotaram-se em dois ou três dias.

Para entender de que se trata, é preciso revisitar uma área da economia que quase nos esquecemos ter curta história. Certamente, o brasileiro médio conhece melhor os resultados da última Copa do Mundo do que a ordem de grandeza da renda nacional ou da renda per capita dos países. Não que sejam conceitos esotéricos compartilhados apenas pela máfia dos economistas profissionais. Quando falamos que o país cresceu 0 ou 5%, na verdade, está aí subjacente que a massa de salários e rendimentos do conjunto da população aumentou deste ou daquele tanto. E é esta soma total de rendas que constitui a Renda Nacional.

Parece óbvio e intuitivo. Mas não é. Representa um enorme esforço conceptual e estatístico que só toma corpo após a Segunda Guerra, quando os países criam a chamada contabilidade nacional para gerar dados que dêem carne às teorias de um bandinho de economistas.

Vingou a idéia de que a renda nacional e a renda per capita são indicadores eminentemente úteis para gerir uma economia e para medir o grau de prosperidade (ou de pobreza) de uma nação. Mal passado o entusiasmo — de resto, justificado pela importância do conceito — começamos a conviver com as suas limitações.

A renda per capita não conta toda a estória da qualidade da vida ou do bem-estar de uma sociedade. Quando a renda de um país é maior mas é menos bem distribuída do que a de outro, este país está melhor ou pior? E a saúde? E a educação?

Os economistas mais ortodoxos não negam estas dificuldades. Mas acontece que os dados da renda são práticos, úteis, cuidadosamente calculados e estão imediatamente disponíveis em séries históricas que cobrem longos períodos. Ao frigar os ovos, após as advertências de praxe, acaba-se ficando com as análises puramente económicas.

Diante deste círculo vicioso de análises centradas nos conceitos de renda nacional, o paquistanês Mabul UI Haq foi convidado pelo diretor-geral do PNUD para examinar a possibilidade de construir indicadores sociais que permitam dar sentido e praticidade a um conjunto disparatado e enome de dados que captam a qualidade da vida ou o lado humano do desenvolvimento. O conceito por trás destes indicadores não é novo. Centenas de pesquisadores já criaram uma infra-estrutura teórica respeitável e até mesmo algumas séries estatísticas interessantes. Mas não basta. A moda não pegou ainda.

O esforço do PNUD em fazer tanto barulho no lançamento do livro é, em boa parte, a tentativa de relançar a moda. Ao Sr. UI Haq não faltam qualificações profissionais, experiências de governo e uma pena inspirada. Foi um dos gurus do Banco Mundial quando MacNamara introduziu o conceito de necessidades básicas e lançou o Banco na área social. Mais adiante foi ministro do Planeamento do Paquistão e nos intervalos produziu livros importantes e atraentes.

A mensagem do livro é simples e sequer chega a ser tão original. Mas nem por isso é menos candente nos dias que correm. Houve um enorme processo de desenvolvimento econômico nos últimos 30 anos, mesmo nos países mais pobres. Todavia, o progresso foi profundamente desigual. Não apenas as diferenças entre os países pobres e os ricos aumentaram, mas dentro dos países os frutos do desenvolvimento econômico nos últimos 30 anos, mesmo nos países mais pobres. Todavia, o progresso foi profundamente desigual. Não apenas as diferenças entre os países pobres e os ricos aumentaram, mas dentro dos países os frutos do desenvolvimento continuam pessimamente distribuídos. Por exemplo, diferenças de 8:1 na distribuição de atendimento público entre populações rurais e urbanas e diferença de 20 anos de expectativa de vida.

Quando se constroem indicadores sociais e listam-se os países em ordem decrescente, não vemos mais aquela sequência a que já nos habituamos. Por exemplo, os Estados Unidos estão em 19º lugar e não no primeiro ou segundo como seria de se esperar (a queda na lista é sobretudo devida à alta mortalidade infantil).

A implicação desta análise, também pouco original mas enormemente importante, é que o objeto do desenvolvimento econômico deve ser o desenvolvimento humano e o seu bem-estar. A renda per capita não pode ser um *deus ex machina*. Os objetivos do crescimento não devem se desatrelar do bem-estar do povo.

Os frutos do desenvolvimento econômico devem ser usados para promover o bem-estar da sociedade. É aí que o carro pega. Para que melhore a situação do povo é preciso duas coisas. Que haja desenvolvimento econômico. E que os resultados sejam mobilizados para melhorar a situação dos que não estão bem.

Alguns países tentaram gastar muito na área social sem que houvesse um crescimento econômico para pagar a conta. O sr. Haq cita o Quênia, a Ja-

maica e a Tanzânia. Neles faltou gás e estão recuando os progressos sociais. Possivelmente poderia também citar os países do Leste Europeu.

Há os que cresceram muito e sonharam nos gastos sociais. Há um sem-número de países que se deram bem na área econômica, mas que pouco fazem pelo povo. O Sr. Haq citaria o Brasil nesta categoria? Curiosamente, não.

Ao contrário do que se poderia esperar, o Brasil está em uma categoria de países que, em termos comparativos, gastam muito na área social. Apenas, gastam mal. Pelos cálculos da sua equipe, o Brasil gasta mais de 10 por cento da renda nacional em áreas como educação, saúde, nutrição etc. Em termos internacionais, é um esforço respeitável.

Por acaso, ouvi o Sr. UI Haq em duas ocasiões. Em ambas ele citou o Brasil. Parece ser o seu exemplo favorito de país bem-sucedido economicamente, que decidiu investir no social, mas onde este investimento não deu em quase nada.

Ora, já que somos um exemplo tão citado, vale a pena saber por quê.

Segundo o livro, não gastamos pouco em educação. Mas certamente gastamos mal. Já se calculou que há mais professores contratados lidando com a burocracia da educação do que dando aula. Se usássemos os recursos dos que não estão dando aula para pagar melhor aos que estão, certamente as coisas seriam melhores. Que não fazem falta na burocracia, já bem o sabemos. Nossa administração escolar é catastrófica. Em uma pesquisa recente, 60% das diretoras não estavam presentes na escola quando chegou o enumerador do IBGE. Faltam as coisas mais elementares como cadeiras e livros.

Na longa e tortuosa migração dos recursos do tesouro até a sala de aula, vaza por todos os lados. E na escola de quem é pobre e mora longe não chega quase nada. É intuitivo comparar o gasto total por aluno com educação básica no país, com o gasto por aluno nas escolas de pobre que mora longe. A di-

ferença é imoral. Uma vez comparei os custos por aluno das escolas municipais da Zona Sul do Rio de Janeiro com o das escolas de subúrbios. São prédios iguais, administrados pela mesma secretaria e os professores ganham o mesmo. Na teoria, deveriam ser custos iguais. Olhando os dados, descobri que o aluno da Zona Sul custava o dobro. Ou está faltando professor no subúrbio ou as escolas da Zona Sul os têm demais. Qualquer das alternativas mostra algo errado.

Na área da saúde, a situação é algo diferente. Com educação, a estratégia é correta, mas a execução é lamentável. É preciso começar com a pergunta mais elementar de todas: Queremos saúde ou queremos tratamento? Não, não é a mesma coisa. E a diferença é brutal.

Admitamos que se queira saúde. Concretamente, saúde se mede pela esperança de vida, pela mortalidade infantil e pela estrutura das estatísticas de morbilidade (que doenças sofrem as pessoas). E como as nossas estatísticas são para lá de ruins (empatamos com os países mais pobres do continente e com alguns africanos), há boas razões para se dar prioridade à saúde.

Quando Ilich publicou seu livro (*Nêmesis da Medicina*), chocou a muita gente ver a afirmativa de que o atendimento médico não mudava as taxas de mortalidade. Se os médicos parassem de atender os doentes, as estatísticas de mortalidade não registrariam alterações. Mas nem foi Ilich quem criou estas estatísticas e nem elas foram desmentidas nos anos que se sucederam. Hoje, sabemos que a duração da vida humana depende sobretudo da qualidade da água, da existência de esgotos, da boa alimentação e dos cuidados sanitários preventivos, como vacinação. Mudanças nestes fatores são o que faz a diferença entre a vida e a morte para o conjunto da sociedade.

Em contraste, o que quer que se faça com a atividade hospitalar, em nada mudará a expectativa de vida e a mortalidade infantil. Mais hospitais, menos hospitais, mais ou menos médicos ou

consulta não mudam as chances de as crianças vararem a primeira infância ou de os adultos viverem mais tempo. Parece difícil acreditar em dados tão pouco intuitivos. A idéia de que hospitais salvam vidas é muito poderosa no nosso imaginário. Mas acontece que são tantos os que morrem por ausência dos fatores básicos de saúde (água, alimentação e prevenção) que o impacto dos hospitais fica perdido nas decimais dos quadros estatísticos. Não é que os médicos não prolonguem e salvem vidas ou reduzam sofrimento e desconforto. Agradecemos que possam fazê-lo, sobretudo quando não nos sentimos bem. Mas, em países como o nosso, as vidas estão sendo encurtadas ou interrompidas por outros fatores tão formidáveis e ubíquos que o impacto da medicina curativa não chega a pesar nas estatísticas globais.

Entre investir nos fatores que geram saúde e nos gastos médicos e hospitalares, o Brasil optou (implicitamente) pela segunda alternativa. Despendemos uma fortuna em atendimento médico e hospitalar e migalhas com prevenção e atenção primária de saúde. Apenas para ilustrar, há alguns anos verifiquei que o governo federal gastava menos na merenda escolar que se destina a 15 milhões de crianças do que em diálise renal que mantém em vida pouco mais de três mil pessoas (nossa política em diálise era mais generosa do que a de alguns países europeus cuja mortalidade infantil é um quinto da nossa!). Por odiosa que possam parecer tais comparações (sobretudo para quem precisa de diálise renal para ter mais alguns meses de vida), recursos desta ordem de magnitude investidos em atenção primária ou prevenção permitem salvar milhões de vidas.

A boa notícia é que — segundo UI Haq — já estamos gastando bastante na área social. Para ter um impacto mais significativo não é necessário gastar mais. É só gastar certo.

A má notícia é que o desvirtuamento dos gastos sociais no Brasil não ocorreu por acaso ou por ignorância. Resulta, pelo contrário, de um alinhamento de forças políticas e de interesses (e de

desinteresse) que continuam vivos

Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 30.05.90 — Artigo assinado pelo economista CLÁUDIO DE MOURA CASTRO).

ENSAIO SOBRE A MISERIOLOGIA

"...sem desenvolvimento das forças produtivas... a carência se generalizaria a todos e, por isso, com o estado de necessidade, recomençaria também a disputa pelas coisas necessárias e a mesma velha merda (die alte Scheisse) se tornaria a manifestar..."

Karl, em "A Ideologia Alemã"

Em meus dias de tecnocracia, costumava achar injusta a acusação dos políticos de que a economia é a arte de alcançar a miséria com o auxílio da estatística. Hoje, nem tanto. Resolvi por isso tomar lições de "miseriologia". Nenhuma introdução melhor do que o livro de Luiz Fernando da Silva Pinto, "O social inadiável". O autor sempre me deixara perplexo com dois conceitos, um otimista e outro pessimista. A visão otimista era a de que o Brasil seria um país de grande vocação comunitária. Sempre julguei, ao contrário, que fôssemos inexoravelmente individualistas, pobres naquilo que os anglo-saxões denominam de cultura cívica. Luiz Fernando, entretanto, como Presidente da Legião Brasileira de Assistência de 1976 a 1979, dedicou-se ao chamado quarto extrato, ou seja, os pobres, miseráveis e indigentes, sem acesso à fugidia Previdência Social e desprovidos de integração familiar. E descobriu reservas insuspeitadas de espírito comunitário, que acredita terem vetustas raízes na experiência dos jesuítas com os aldeamentos dos padres Anchieta e Nóbrega e as famosas "Misericórdias" do Sul.

O conceito que eu achava pessimista era que o estoque de miseráveis na União Soviética — país que matou muita gente em nome do igualitarismo — era quase igual ao do Brasil, país acusado de um capitalismo selvagem.

Não é à toa que Churchill dizia que a Rússia era "um quebra-cabeças", embrulhado num mistério, dentro de um enigma". Antes da glasnost pouco se sabia sobre a real pobreza do socialismo real. Luiz Fernando Pinto estimava ao estoque de pobres da União Soviética em 1985 em 40 milhões, pouco inferior ao estoque brasileiro de 46 milhões. Hoje, a situação soviética é pior. Algarismos referentes a 1988, depois que a glasnost de Gorbatchov aboliu a tradição soviética de usar as estatísticas somente como os bêbados usam o poste (para apoio e não para iluminação), revelam a existência de 41 milhões de pessoas com renda mensal inferior ao 78 rublos. Isso equivale a cerca de dois salários-mínimos brasileiros, sendo de se considerar que nossas condições climáticas são mais amenas.

A União Soviética também tem seu Nordeste. Apenas ele se situa nas repúblicas do Sudeste, onde a população na faixa da pobreza atinge 59% do Tatjiquistão, 45% no Usbequistão, e cerca de 37% na Kirguízia e no Turquemenistão. As repúblicas mais prósperas são as bálticas — Estônia, Lituânia e Letônia —, cuja população pobre está em torno de 3%, não sendo de estranhar que, por isso mesmo, aspirem pela independência e pela integração no mundo capitalista.

É vasta na América Latina, particularmente entre os teólogos da libertação e os socialistas de botequim, a sobrestimação das realizações igualitárias do marxismo-leninismo. Esses erros de avaliação não são aliás de estranhar, pois mesmo uma organização nunca acusada de parcimônia nos gastos de pesquisa — a CIA — admite hoje ter subestimado gravemente a crise terminal das economias socialistas. A soviética parou de crescer de 1980, e em 1989 tinha encolhido de metade para cerca de

1/3 da economia norte-americana. Assim, a proporção dos gastos militares sobre o produto nacional, que nesta década se estimava em 15%, atingiu na realidade entre 22 a 25% do produto, nível absolutamente insustentável. Isso explicaria tanto o neopacifismo de Gorbachov quanto o lançamento da perestroika, com sua hesitante e controvertida guinada para formas capitalistas de mercado.

A pobreza é uma sinistra maldição, que resiste tanto ao capitalismo como ao socialismo. Mas, ao contrário do que se pensa, as economias de mercado se têm provado muito mais eficazes que as economias planejadas na erradicação da pobreza. Calcula-se que o estoque de pobres da Europa Ocidental, não exceda de 30 milhões, contra cerca de 60 milhões no bloco soviético e uns escandalosos 120 milhões na América Latina, continente que não é capitalista nem socialista e sim apenas mercantilista.

No campeonato da pobreza, medido pelo número de habitantes carentes, o Brasil ocupava em 1985 um vergonhoso 7º lugar (46 milhões), cabendo à União Soviética o 8º lugar (40 milhões). Mas, por estranho que pareça, o desempenho da desigualmente cruel sociedade brasileira foi melhor do que o da igualmente sociedade soviética. Entre 1980 e 1985, a população brasileira cresceu em 17 milhões, enquanto que o estoque de pobres se elevava de apenas 1,8 milhão. Na União Soviética, enquanto a população crescia de apenas 11,9 milhões o estoque de pobres subia assustadoramente de 33,3 para 40 milhões.

Uma suprema ironia para os marxistas-leninistas é que na literatura política soviética os sem teto sempre foram considerados símbolo clássico do malogro do capitalismo ocidental. Mas hoje o que espanta os visitantes em Moscou é a presença dos "bomzhi", isto é, os sem teto espalhados nas estações ferroviárias, aeroportos e edifícios abandonados, sendo miraculoso explicar como sobrevivem aos rigorosos invernos.

É vergonhoso que o Brasil, com seu clima ecúmeno favorável, ainda te-

nha tão elevado estoque de pobreza. Como este ficou relativamente constante entre 1940 e 1985, enquanto a população crescia rapidamente, poder-se-ia dizer que o País foi capaz de dar razoáveis índices de bem-estar social à população nova, sem curar as carências antigas. Em 1960, 69% da população estavam na faixa de pobreza; hoje apenas 34%. Isso significa que em um quarto de século 90 milhões de brasileiros atingiram um nível razoável de bem-estar.

Isso é menos animador do que parece. E que para reduzir sua taxa de pobreza a cerca de 15%, a Argentina, Hong Kong e Espanha levaram 25 anos, a partir de nível comparável ao do Brasil de hoje. Sem uma aceleração dramática do processo de eliminação da pobreza somente no ano 2010 alcançaríamos a situação recente desses países. É preciso encurtar nosso tempo da miséria...

Os economistas se concentram obsessivamente nos indicadores globais do PIB e da renda por habitante. Hoje se tornaram importantes outros índices, como o índice de desconforto, que é o somatório da taxa de inflação com a taxa de desemprego, e o índice de qualidade de vida, que além de fatores sociais leva em conta a taxa de destruição da natureza e o nível de poluição. No caso brasileiro, os economistas fariam bem em estudar um pouco de miserologia. E descobririam que coisas como o planejamento familiar, a alfabetização e a eliminação de obstáculos ao surgimento de microempresas talvez sejam mais importantes que pomposos investimentos governamentais.

(Transcrito de O Globo, edição de 06.05.90 — Artigo assinado pelo Senador Roberto Campos)

UM SUCESSO MALEXPICADO

"Para os socialistas franceses o fracasso do socialismo não é um fracasso; é um sucesso mal explicado."

Jean-François Revel

De repente, quase de repente, as coisas ficaram mais claras. Não necessariamente mais simples.

No *Annus Mirabilis* de 1989, pode-se dizer que terminou a guerra fria entre o capitalismo e o comunismo. Este deixou de ser um paradigma. E para alguns um pesadelo, para outros uma nostalgia, para ninguém um modelo. Mas talvez tenha começado uma guerra fria dentro do capitalismo. Isso se deve a quatro transformações históricas. Primeiro, o declínio relativo americano; segundo, a ascensão do Japão; terceiro, a unificação européia; quarto, o colapso do comunismo.

Na velha guerra fria, a essência do problema era a competição militar entre as duas superpotências; na nova guerra, é a busca da superioridade econômica e tecnológica.

A grande discussão dos próximos anos não será entre a Otan e o Pacto de Varsóvia. Este se desintegrou com a descolonização do Leste Europeu. A insegurança dos Estados Unidos provém agora de sua transformação de maior credor em maior devedor do Mundo; da competição tecnológica do Japão; do receio de que o protecionismo transforme a Europa unificada em Fortaleza Europa.

Ouviremos nos próximos anos falar-se menos de mísseis intercontinentais e ogivas nucleares do que de comércio administrado, política industrial, blocos econômicos versus comércio multilateral e da reforma do Gatt para abranger também a área de serviços e não apenas o comércio de mercadorias.

Da mesma forma que a União Soviética não era uma potência normal no campo político em virtude do seu expansionismo ideológico, o Japão não é considerado potência normal no campo econômico, pela sua agressividade comercial. Supostamente, sua baixa propensão a importar, e os obstáculos burocráticos e culturais que interpõe à penetração estrangeira exigiram respostas não convencionais como o comércio administrativo (ao invés de livre comércio) e o dirigismo governamental na indústria (política industrial).

O "medo do Japão" na guerra fria comercial substituiu hoje o "medo da Rússia" na guerra fria ideológica. Trata-se de um exagero. São cada vez maiores as indicações de que o Japão é uma potência normal. O país está se abrindo ao consumismo. Seu saldo em conta corrente no balanço de pagamentos tem declinado rapidamente de quase 5% do PIB em fins de 1985, para não mais que 1,3% no ano passado. E independentemente das políticas industriais dos governos, a iniciativa privada vem eliminando a guerra tecnológica através dos casamentos corporativos. Assim, na informática, a Motorola americana se casa com a Toshiba japonesa; a Texas Instruments com a Hitachi e agora se fala de um possível casamento de dois gigantes: a Daimler Benz, alemã, e a Mitsubishi, japonesa.

Esta discussão centrou-se até aqui nos problemas do Primeiro Mundo. Mas que trouxe o fim da guerra fria em termos de opções de desenvolvimento para o Terceiro Mundo? Trouxe uma enorme simplificação. Não há mais a angústia de decidir entre o capitalismo, o socialismo e a terceira via de que tanto se falava na América Latina. Estes dois últimos sistemas simplesmente fracassaram. O que não quer dizer que o capitalismo tenha sido um êxito. Depende do tipo de capitalismo. A enorme vantagem deste é exatamente a ausência de modelos rígidos e a enorme capacidade de adaptação.

Assim, o problema de opção se simplificou. Remanescem sem dúvida, entre os países de capitalismo maduro,

algumas características distintivas — no Japão, as participações cruzadas entre as grandes empresas; na Alemanha, a influência dos bancos sobre os complexos industriais; na Inglaterra, o enorme peso dos investidores institucionais (os fundos de pensão); nos Estados Unidos, a nova febre de captura agressiva de empresas por grandes investidores, mancomunados ou não com gerentes profissionais, através do processo de compras alavancadas (leveraged buy out). Qualquer que seja o seu rótulo, reconheçamos os sistemas capitalistas por duas características essenciais: a predominância das forças de mercado nas decisões de produção; e o respeito ao princípio da propriedade privada dos meios de produção.

Passando ao problema, para nós mais excitante, da avaliação de modelos de desenvolvimento, haveria, segundo Peter Berger, três critérios de sucesso: (1) crescimento sustentado e autopropulsor; (2) melhoria expressiva na condição dos pobres e menos privilegiados; (3) ausência de violação maciça dos direitos humanos. Sob todos esses critérios, as histórias de sucesso desenvolvimentista estão no capitalismo asiático. O Japão foi o primeiro caso, seguindo-se depois Cingapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan, todos os quais satisfizeram os três critérios.

O socialismo pode ser descartado como modelo de desenvolvimento. Se nem todos os países que se dizem capitalistas conseguiram satisfazer os critérios acima, a verdade é que nenhum regime socialista, em nenhum continente, conseguiu fazê-lo. O fracasso é uniforme aplicando-se tanto ao marxismo leninismo da Europa Oriental como ao maoísmo ou fidelcastrismo. A opção entre os socialismos — branco e amarelo, preto ou moreno — é apenas uma opção entre graus de pobreza, de violência ou de atraso tecnológico. E a idéia da justiça social fica apenas uma miragem. A não ser que se considere justo que todos vivam igualmente mal. Os russos já se resignaram a isso e cunharam uma expressão *vranilovka*, ou seja, o nivelamento por baixo, de modo que todo o

mundo viva mal, porém igualmente mal...

Quanto aos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia, é tempo de cessarem essa masturbação ideológica da busca de uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo. Acabam misturando os piores aspectos de ambos os sistemas.

A América Latina se desapontou com o capitalismo antes de praticá-lo. Precisa de mais mercado e menos Estado. A vantagem do capitalismo é que, por ter exemplos de sucesso, admite fracassos e tem mecanismos de correção. Para os socialistas, ao invés, o fracasso é apenas um sucesso mal explicado.

(Transcrito de O Globo, edição de 20.05.90. Artigo assinado pelo senador ROBERTO CAMPOS).

A MARGINALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

"Para um ibérico não é suficiente que o céu lhe seja garantido; ele precisa também garantir o inferno para seus vizinhos."

Aforismo espanhol

Viagens aos países do Primeiro Mundo sempre ensinam um alargamento de contágio cultural. Mas também servem para reduzir nosso coeficiente de angústia. É que esses países atingiram o estágio de tranquilidade sistêmica. Não há mais querelas sobre o formato político social desejável. Este se traduz no casamento entre o liberalismo político e a economia de mercado. E inexistente a angústia da engenharia financeira que nos obriga não só a escolher mercadorias mas a aprender o buliçoso *ballet* dos índices de correção monetária.

Ultimamente, entretanto, essas viagens abrem uma área de angústia.

É a percepção da crescente marginalização da América Latina no concerto mundial. Anteriormente éramos um continente pitoresco, mas promissor. Continuamos pitorescos, mas problemáticos.

Perdemos substância no concerto mundial em função de vários fatores; o fator geopolítico, o ideológico, o comercial e o financeiro.

No plano geopolítico, com o advento dos mísseis e dos armamentos nucleares, tornaram-se menos necessárias as bases militares e os pontos de apoio logístico no Hemisfério Sul. As bases úteis são as destinadas à cooperação em pesquisas espaciais, e essas são fáceis de obter pela utilidade da cooperação científica, sem a necessidade de dispendiosa persuasão financeira ou delicada barganha política. Acrescente-se a distensão entre as superpotências, que encurtou dramaticamente o mercado de aluguel de bases logísticas.

O segundo fator é ideológico. Éramos, paradoxalmente, valorizados pela guerra fria. Havia interesse em manter-nos no campo capitalista, pois que poderíamos alterar o balanço do poder mundial se fizéssemos uma opção socialista. Hoje, a opção socialista se a figura cada vez mais uma opção pela tirania política e pela estagnação econômica. O Terceiro Mundo perdeu seu poder de chantagem com o colapso da alternativa soviética. Quem deseja manter-se não-alinhado terá que fazê-lo sem financiamento.

O terceiro fator é comercial. Estamos na era dos grandes blocos econômicos e a América Latina ficou (com exceção da faixa da fronteira mexicana) marginalizada no processo de globalização da economia. Os projetos de integração regional que há trinta anos pareciam excitantes e promissores, quer pelas economias de escala quer pelo aumento da potência de barganha da região, perderam expressividade. Tomado em seu conjunto, o comércio da América Latina não representa senão 4% do comércio internacional. A integração regional da América Latina continua, assim, sendo uma conveniência. Mas deixou de

ser uma epopéia. Enquanto isso a América se funde num mercado comum, a Europa se unifica e o Japão tece uma trama de investimentos no Leste e Sudeste da Ásia, com resultados comerciais surpreendentes. No mês passado, pela primeira vez na História, o comércio do Japão com seus parceiros da Ásia excedeu seu comércio com os Estados Unidos.

O quarto fator é o financeiro. Por serem mercados pequenos e excessivamente regulados, com moedas inconversíveis e controles cambiais exasperantes, nossos países há muito deixaram de ser o paraíso das multinacionais. Nosso problema não é disciplinar sua entrada e sim desencorajar sua saída. Ainda somos importantes fontes de matérias-primas, mas hoje surgem materiais de laboratório, e aumenta constantemente no processo industrial o conteúdo espiritual do conhecimento e se reduz o conteúdo material do produto. Perde importância a mão-de-obra barata, em virtude da automatização e da robotização. E talvez nem sequer nossa mão-de-obra seja barata. Os países da América Latina engenharam um paradoxo: os salários são baixos mas os custos da mão-de-obra são altos, em parte pela baixa produtividade, em parte por imposições extra-salariais destinadas a alimentar sistemas previdenciários corruptos e ineficientes. Neste os assistidos têm muito melhor dieta que os assistidos!

Até não há muito tempo a América Latina era a quarta prioridade de investimentos, vindo após os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia e a esfera de co-prosperidade asiática. Hoje corremos o risco de ser deslocados pela Europa Oriental. Afinal de contas, talvez seja mais fácil lidar com socialistas arrependidos do que com capitalistas envergonhados...

Nada mais dramático para documentar nossa marginalização como campo de investimentos do que a distribuição das aplicações japonesas em 1989. A América Latina ficou com apenas 2%, contra 44% para os Estados Unidos, 23% para a Europa Ocidental,

12% para o Sudeste Asiático e 11% para a Europa Oriental.

Há alguns otimistas que pensam que a América Latina terá uma segunda janela de oportunidade. É que os Estados sofrerão aguda competição de investidores no Mercado Comum Europeu, onde a Alemanha unificada desponta como a superpotência da Mittel Europa, e tenderão a perder terreno para os japoneses no espaço asiático. Restaria a dinamização capitalista da América Latina como um fator de contrapeso no balanço do poder mundial. É o que pensam e desejam alguns diplomatas e políticos norte-americanos, interessados no traçado de uma estratégia de longo prazo. Não é ainda, infelizmente, a percepção

dos investidores, que enfrentam problemas concretos de lidar com um nacionalismo obsoleto no Brasil (tipificado na burrice exemplar dos "xiitas" da SEL), um sindicalismo irrealista na Argentina e um pandemônio terrorista no Peru.

O neoliberalismo econômico vitorioso em todo o Mundo chega atrasado às plagas latino-americanas. Este é o último continente onde o marxismo ainda é um nome respeitável e a burocracia dirigista provoca resignação antes que repugnância.

(Transcrito de O Globo, edição de 10.06.90. Artigo assinado pelo Senador ROBERTO CAMPOS).
